Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Semanário
ISSN 0870-1865
Preço: 180$00 (IVA incluído)
16 de Novembro de 2000
N.º 1407
Director: José Casanova

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Avante!

21.º aniversário da JCP

Com luta vamos lá

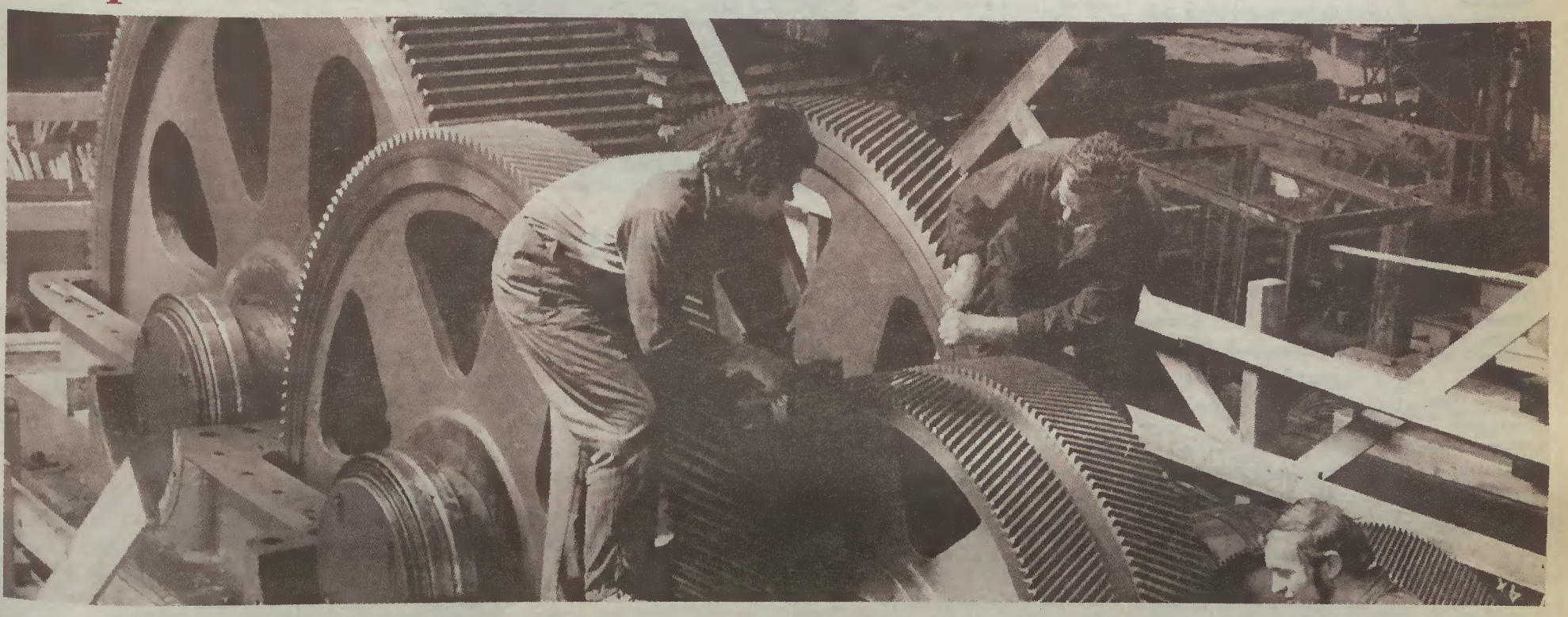
Foram dois dias de festa a comemorar os 21 anos da Juventude Comunista Portuguesa. A jornada decorreu no passado fim-de-semana na *Voz do Operário*, em Lisboa. E teve a participação do Secretário-Geral do Partido e do candidato do PCP às presidenciais, António Abreu.

Págs. 5 e 6

Campanha do PCP continua nas presidenciais

Prioridade ao trabalho

Culminando três semanas de acções do Partido junto dos trabalhadores, António Abreu recebeu, dia 9, um forte apoio de dirigentes sindicais e outros militantes das causas laborais. **Pág. 7**



António Abreu em Paris

Mais apoio ao ensino

O candidato do PCP, entre as várias iniciativas em que participou, deslocou-se à região de Paris, onde contactou com a comunidade portuguesa que pela primeira vez irá votar nas eleições presidenciais.

Pág. 10

Argentina em pé de guerra

Privatizar, privatizar

O governo argentino quer privatizar a previdência social pública para fazer face à crise económica do país e garantir novos acordos com o FMI, que impõe cortes drásticos na despesa pública.

Pág. 26

XVI Congresso

Proposta de Regulamento

Para além das muitas cartas e da *Agenda* de reuniões e plenários que o *Avante!* continua a publicar na *Tribuna do Congresso*, o nosso jornal divulga hoje a *Proposta de Regulamento do Congresso*.

Pág. 21

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 – 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A, – 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 – 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt
Web: http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121, 1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova – Capa Rota Linhó – 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia Sector IX
Rua B Lt. 227 – 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121, 1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)
PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)
50 números: 8 100$00
25 números: 4 200$00
EUROPA
50 números: 21 850$00
EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 23 000$00

*Enviar para Editorial «Avante!» nome, morada com código Postal e telefone a acompanhar cheque ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 – 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

A JCP faz 21 anos

Resumo

8 Quarta-feira

O OE para 2001 é aprovado na AR com a abstenção de Daniel Campelo • Inspectores da União Europeia concluem que em Portugal o controlo dos produtos derivados da carne de vaca não está a ser feito • As Associações dos Deficientes protestam contra o aumento do grau de invalidez para efeitos de desconto de IRS • Imagens de vídeo dos destroços do Kursk confirmam a hipótese de colisão com outro submarino • O condutor de um autocarro, que ficou gravemente ferido no último atentado da ETA em Madrid, morre no hospital.

9 Quinta-feira

O ministro Jaime Gama reúne em Moscovo com o MNE e o primeiro-ministro russo • A secretária de Estado da Florida, Katherine Harris, anuncia que o resultado oficial da eleição do novo Presidente não será comunicado antes do dia 17 • Um helicóptero israelita lança um míssil contra um comboio de veículos palestiniano, provocando a morte do chefe militar da Fatah em Beit Sahur • Yasser Arafat reúne-se com Bill Clinton.

10 Sexta-feira

Os sindicatos consideram «inaceitável» a proposta governamental de aumentos salariais da função pública • Sob fortes críticas, O Governo aceita a manutenção das deduções em IRS para deficientes com um grau de invalidez de 60% • Ehud Barak afirma-se pessimista sobre a hipótese de um reinício das negociações para a paz • A ETA falha um atentado contra dois jornalistas en San Sebastián.

11 Sábado

A JCP faz 21 anos • Mais de 300 carros e motas invadiram o IP5 para reivindicarem maior número de médicos pediatras para o hospital da Guarda • Em Serzedo, Vila Nova de Gaia, um incêndio destrói grande parte das instalações da fábrica de rendas «Cotex» • Na comemoração dos 25 anos de independência de Angola, a organização Médicos Sem Fronteiras afirma que a situação continua a agravar-se quer a nível de segurança quer humanitária • Na localidade austríaca de Kaprun um acidente num comboio teleférico provoca a morte de mais de 150 pessoas • Dois novos medicamentos para o combate à hepatite C e ao vírus da sida são apresentados à classe médica.

12 Domingo

António Abreu encontra-se com emigrantes portugueses em Paris • A presidente da Sociedade Portuguesa de Pneumologia, Maria João Marques Gomes, prevê que dentro de cinco anos se comece a sentir a carência de especialistas nesta área • Ocorre um derrame em Matosinhos junto à refinaria de Leixões • Em Díli são assinalados os nove anos sobre o trágico massacre no cemitério de Santa Cruz • Mary Robinson, a Alta Comissária da ONU para os direitos humanos, visita Hebron, cidade dividida da Cisjordânia • Os corpos das vítimas do incêndio no funicular em Kaprun, Áustria, começam a ser resgatados • Morre Leah Rabin, viúva do antigo primeiro-ministro israelita Yitzhak Rabin.

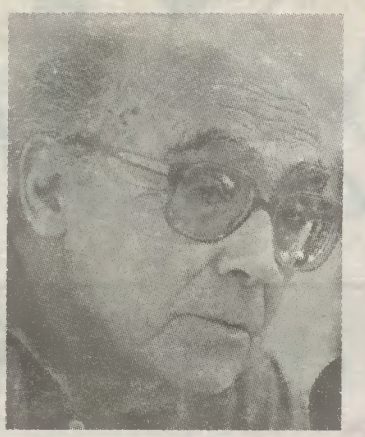
13 Segunda-feira

Supremo Tribunal de Justiça dá razão à DECO, suspendendo a taxa de activação da Portugal Telecom • O Tribunal de Moura extingue os processos movidos contra a Câmara de Barrancos, Comissão de Festas e matadores sobre os touros de morte • Em Miami, o juiz Donald Middlebrooks recusa interromper a contagem manual dos votos • Gilead Sher, chefe de gabinete de Barak, afirma que o primeiro-ministro «considera que os acordos foram gravemente violados e dá ordens ao exército israelita para tomar as medidas necessárias»

14 Terça-feira

O grupo parlamentar do PCP defende que a taxa média de crescimento dos salários para a função pública seja de cinco por cento • A PT não devolve o dinheiro referente à taxa da activação aos clientes, e aguarda a sentença sobre a ilegalidade da mesma • A Federação Nacional do Ensino e Investigação (FENEI) reúne com o titular da pasta da Educação, Augusto Santos Silva, para debater a reorganização curricular do ensino não superior • Israel encerra as fronteiras com todas as cidades palestinianas autónomas • Nas Filipinas continuam as manifestações e as greves contra o chefe de Estado Joseph Estrada.

Aconteceu



Saramago ovacionado em Santiago do Chile

O escritor José Saramago, Nobel da Literatura de 1998, foi distinguido quinta-feira passada com o grau de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Santiago do Chile, no meio de uma forte ovação. O escritor esteve em Santiago do Chile para participar na Vigésima Feira do Livro. No seu discurso, recordou que há cerca de 50 anos foram instaurados os Direitos Humanos no mundo, mas hoje há muitos problemas que impedem a vigência desses direitos. «Escutemos as campainhas do campanário, por favor», pediu Saramago, aludindo a esse som como a voz de alerta que devemos escutar, quando os direitos fundamentais forem violentados. O Reitor da Universidade, Ubaldo Zuniga, afirmou que entregar esta distinção a José Saramago «é um tributo a que se unem dois expoentes chilenos que também já receberam o prémio Nobel da Literatura: Gabriela Mistral e Pablo Neruda».

Teleférico nos Alpes mata 172 pessoas

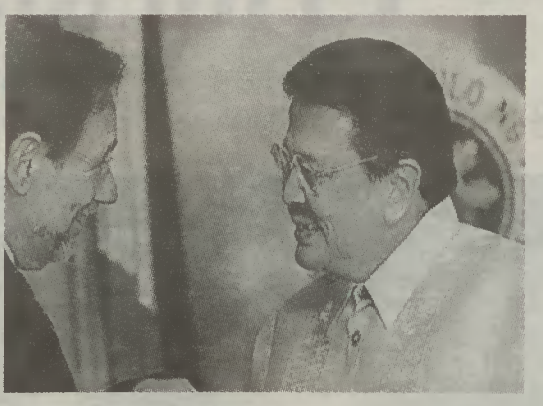
Um comboio teleférico incendiou-se no interior de um túnel nos Alpes austríacos matando 172 pessoas, a maior parte completamente carbonizadas, havendo apenas seis sobreviventes. As vítimas eram de diversas nacionalidades. O trágico acidente deu-se perto da pequena localidade austríaca de Kaprun e o comboio teleférico atravessava um estreito túnel – praticamente um «tubo» à justa para nele caber a composição – perfurado no interior da montanha numa longa extensão e subindo até a uma estância de esqui, para onde se dirigiam os passageiros deste comboio teleférico, todos praticantes desta modalidade desportiva e vindos não apenas da Áustria, mas também de vários outros países. Segundo já relataram os sobreviventes, a composição do teleférico teria começado a deitar fumo ainda antes de entrar no túnel, incendiando-se totalmente no interior da montanha. Devido ao escasso diâmetro do túnel, as operações de resgate dos corpos estão a ser particularmente dificultadas pelos fumos que demoram a sair, problema acrescido por outra dificuldade: a identificação das vítimas mortais, que terá de ser feita através de amostras de ADN dado que a maior parte ficou totalmente carbonizada.

Fujimori acusado de ligações à droga

O novo Procurador-Geral do Peru, José Ugaz, ordenou ao Ministério Público a imediata investigação sobre o presumível relacionamento do presidente Alberto Fujimori com o narcotráfico colombiano. O escândalo foi pela primeira vez denunciado no fim-de-semana passado pelo diário colombiano *Cambio*, dirigido pelo Nobel da Literatura Gabriel García Marquez, que cita declarações de Roberto Escobar - irmão do líder do «cartel» de Medellín, Pablo Escobar, morto pela polícia em 1993 – incriminando Fujimori. Segundo Roberto Escobar, o actual presidente do Peru beneficiou de muito dinheiro (pelo menos um milhão de dólares) fornecido pelos cartéis da droga colombianos para pagar a sua campanha eleitoral de 1989, que o levaria à presidência do país. Quem transferiu essas verbas do narcotráfico para as contas da campanha de Fujimori terá sido, nem mais nem menos, que o ex-chefe dos serviços de informação do Peru, Vladimiro Montesinos, homem de mão de Fujimori e actualmente a monte, após ter sido demitido por corrupção activa.

Parlamento filipino impugna Presidente

Os deputados da Câmara dos Representantes das Filipinas impugnaram o mandato do Presidente da República, Joseph Estrada, devido ao seu alegado envolvimento num escândalo de corrupção. Foi um aliado de Joseph Estrada que espoletou o escândalo, ao acusá-lo de receber subornos no valor de milhões de dólares por parte de organizadores de jogos clandestinos. A partir daqui tem sido uma bola de neve: a vice-presidente do país, Gloria Arroyo, retirou-lhe também o seu apoio e afirmou-se pronta para o substituir no cargo da Presidência do país, enquanto a oposição, em peso, exigia a saída de Estrada, tudo num cenário de crise económica que não pára de se agravar, com os mercados financeiros em queda e os sindicatos, articulados com a oposição parlamentar, a convocarem uma greve geral. Joseph Estrada – um antigo actor de cinema – ainda mantém a esperança de receber um apoio do Senado que possa contrariar a impugnação agora votada pela Câmara dos Representantes.



Frente Anti-Racista (FAR) assinala «Noite de cristal»

Foi há 62 anos, em 9 de Novembro de 1938. Um conjunto de massacres contra a comunidade judaica deu início ao holocausto. Data sangrenta que viria a ser recordada como «A noite de cristal» e que a Frente Anti-Racista (FAR) decidiu assinalar, «pela importância e actualidade que reveste a luta anti-racista».

As recentes agressões a vários povos em todo o mundo, «em nome de uma dita *defesa dos direitos humanos*» e as diferentes formas de discriminação, «incluindo as que se pretende fazer aprovar relativas à imigração», e que não respeitam «as garantias constitucionais dos cidadãos imigrantes em Portugal», são algumas das preocupações manifestadas pela FAR em comunicado de imprensa.

A Frente apela a todas as organizações anti-racistas, de imigrantes, de defesa dos direitos humanos e a todos os cidadãos para que «se unam e desenvolvam acções que protejam as vítimas do racismo, fascismo e xenofobia», para que os ideias de liberdade, igualdade e fraternidade «possam vir a ser a realidade de todos».

Crónica Internacional

● Albano Nunes

Públicas misérias

A Festa final das mais dispendiosas eleições presidenciais dos EUA está irremediavelmente estragada. Meses e meses de investimento numa campanhá de publicidade avassaladora, imposta ao mundo pela incontestada hegemonia norte-americana dos «media», estão em risco de ir por água abaixo. E pior do que isso é a própria imagem de marca dos EUA, de sucesso e triunfalismo, que fica em xeque e com ela a tão apregoada superioridade do «modelo» norte-americano de sociedade e de vida que a globalização imperialista pretende apresentar como exemplo a todo o mundo.

Daí o nervosismo e a inquietação que se apoderou dos mentores e propagandistas do sistema, visivelmente bem mais preocupados com o «prestígio» dos EUA do que com a verdade das urnas. Para eles há que pôr cobro o mais rapidamente possível à exposição pública das misérias do sistema político e eleitoral da superpotência. E receosos de que, embora ambos candidatos do «establishment», Gore e Bush possam ser tentados a esgrimir mais do que o razoável pelos seus interesses pessoais e de grupo, apelam à sua máxima contenção e desprendimento, em nome dos superiores interesses da «América».

O que é bom para o «prestígio» dos EUA é bom para o «*Público*»

«Sob pena, como escreve um editorialista do "*Público*" em 11.11.00, de minar de forma grave a credibilidade de todo o sistema democrático norte-americano» e «em nome da estabilidade e prestígio externo da América», até porque, acrescenta à cautela, «se é possível alegar irregularidades, ninguém se atreveu ainda a falar de fraude». E aí está como o que é bom para o «prestígio» dos EUA é bom para JMF e o «*Público*», ficando claro o que realmente representam para os plumitivos do capital conceitos como «Democracia», «Lei», «Estado de Direito», em nome dos quais o imperialismo norte-americano se arroga o papel de polícia do mundo.

Claro que não era necessário chegar à ridícula situação a que se chegou - que entretanto pode abrir uma inesperada crise política e constitucional - para saber que o sistema eleitoral norte-americano, vetusto e reaccionário, é profundamente antidemocrático e a sociedade norte-americana, em questões decisivas, uma paródia de democracia. Mas a política espectáculo, o império do dinheiro, o autêntico sistema de partido único «Republicrático», o massivo alheamento do povo dos processos «eleitorais» e tudo o mais que um sistema corrupto e mafioso segrega, é sistematicamente soterrado pela avalancha de propaganda mistificatória com que somos quotidianamente bombardeados. É por isso importante em termos de luta de ideias apontar a embaraçosa situação criada nas eleições presidenciais para evidenciar as misérias da «democracia» americana e desmistificar a inaceitável pretensão dos EUA de exportar o seu sistema de «valores» e impor ao mundo o seu domínio, se necessário pela força das armas. Tudo quanto possa evidenciar a férrea natureza de classe do «modelo» americano e as suas anacrónicas e antidemocráticas expressões no sistema político e eleitoral, contribuirão para minar a arrogância do império e fortalecer o espírito de resistência anti-imperialista.

O que é tanto mais necessário quando, com inevitáveis variantes, o que se projectou durante a campanha eleitoral em matéria de política externa dos EUA, tanto do lado de Bush como de Gore, foi o prosseguimento e intensificação da política de exploração, opressão e guerra e a afirmação arrogante do «leadership» norte-americano. O «suspense» criado em torno do desfecho final das eleições não deve distrair-nos desta realidade.

Editorial

A DIFERENÇA

Nos dias 8, 9 e 10 de Dezembro realiza-se o XVI Congresso do PCP. Estamos, portanto, a menos de um mês da reunião do órgão supremo do Partido – acontecimento que constitui momento marcante na vida partidária.

Entretanto, prossegue a terceira fase preparatória, no decorrer da qual o colectivo partidário procede à discussão das Teses e à eleição dos delegados. E não é de mais relembrar que o documento em debate é, ele próprio, a síntese de uma muito ampla e valiosa reflexão colectiva que envolveu milhares de militantes do Partido e contou com a contribuição de muitos sectores, comissões, frentes de trabalho e propostas individuais – ao contrário do que tem vindo a propagandear certa comunicação social que persiste em atribuir a elaboração das Teses a nem mais nem menos do que quatro camaradas! Não por ignorância, obviamente, mas por indisfarçável intenção mistificatória.

Nas centenas de reuniões, plenários e assembleias já realizados, milhares de militantes comunistas dão o seu contributo para o enriquecimento do conteúdo das Teses – com as suas opiniões, as suas propostas, os seus conhecimentos, as suas experiências e marcando, assim, uma diferença essencial que distingue o PCP de todos os restantes partidos nacionais.

"No PCP, o debate democrático mostra a diferença"

As Teses são um novo e valioso ponto de partida para o debate colectivo em curso. Constituindo uma avaliação séria da situação internacional e das suas evoluções previsíveis; uma análise responsável da situação nacional e da procura dos caminhos das lutas capazes de conduzirem à concretização de uma alternativa de esquerda; uma avaliação ponderada do estado do Partido, das suas fragilidades e insuficiências, da sua força real, das suas potencialidades de reforço, do seu papel, das suas características essenciais – as Teses são, como não poderiam deixar de ser, um documento inacabado, uma reflexão a prosseguir, uma pista de um debate que se quer que prossiga participado, vivo, criativo.

São conhecidas as referências depreciativas, as leituras enviesadas, as distorções e manipulações a que alguma comunicação social tem recorrido na abordagem das Teses – facto que, sendo digno de registo, não surpreende e deve ser considerado como componente da ofensiva de intoxicação e pressão visando, nomeadamente, desviar a atenção do colectivo partidário das importantes tarefas que lhe são colocadas pelo Congresso.

Utilizando um «critério» que muito nos honra, muitos órgãos de imprensa exigem ao PCP, em matéria congressual, o que a nenhum outro partido exigem: exigem-nos, e ainda bem, um funcionamento democrático impecável – e fecham os olhos aos atropelos à democracia que caracterizam os outros partidos; exigem-nos, e ainda bem, uma participação militante intensa e interessada – e jamais se incomodaram com a total ausência de intervenção militante nos restantes partidos; exigem-nos, e ainda bem, a elaboração de Teses que abordem e aprofundem a problemática internacional, nacional e partidária – e aplaudem a ausência de tal abordagem e aprofundamento nas «moções de estratégia» (elaboradas por três ou quatro pessoas...) de que são feitos os congressos dos outros partidos; exigem-nos, e ainda bem, que abramos as páginas do «Avante!» ao debate livre e democrático – e nunca se aperceberam que nada disso acontece nos jornais dos outros partidos; enfim, exigem-nos, e ainda bem, que demonstremos ser diferentes e melhores do que os outros – e nós, naturalmente, demonstramos.

Para que tanta exigência contenha um mínimo de seriedade só lhe falta ser complementada com a comparação entre as práticas do PCP e as dos outros partidos e com a publicação das devidas ilações. Mas isso, convenhamos, seria pedir demasiado a uma comunicação social que, decididamente, não está vocacionada para o rigor e a objectividade em geral e muito menos quando se trata do PCP.

A «Tribuna do Congresso» cumpre nesta edição a sua sexta semana de existência. Espaço de debate livre sobre os temas que estão na ordem do dia nesta fase – e que, como já se disse, não pretende substituir, antes complementa, o imenso espaço de debate livre que é a organização do Partido - a «Tribuna» divulgou até agora cerca de uma centena de textos reflectindo opiniões diversificadas. Começámos por publicar alguns textos que nos haviam sido enviados antes mesmo da abertura da «Tribuna» e, ainda na fase inicial e porque o volume de textos chegados o permitia, aceitámos publicar, em edições sucessivas do «Avante!», mais do que um texto de alguns camaradas – o que, como o desenvolvimento ulterior mostrou, conduziu a algumas injustiças quanto à data de publicação de outros textos recebidos. Depois, a quantidade de materiais chegados colocou-nos perante a necessidade de dar prioridade às primeiras cartas de cada camarada, remetendo para eventual publicação posterior as segundas, terceiras... cartas recebidas. Paralelamente a isso, temos vindo a aumentar o espaço da «Tribuna» e contamos dedicar-lhe pelo menos dez páginas na próxima semana. Outro problema é o que respeita à dimensão dos textos: estando definido como limite máximo os 3600 caracteres, espaços incluídos, chegam-nos com frequência textos que ultrapassam largamente esse limite – e nestes casos temos procurado sempre que sejam os autores dos textos a proceder às necessárias reduções.

Também neste caso, a forma como a «Tribuna» e os textos nela publicados têm vindo a ser abordados em vários jornais mostra o sentido e o objectivo da abordagem que fazem ao Congresso do PCP. E, já agora, se quiserem proceder ao tal exercício de comparação, comparem o funcionamento da «Tribuna» com as suas secções de «Cartas dos Leitores»... e publiquem a diferença.

Actual

Jornais «de referência»

● José Casanova

Pela segunda vez em três meses (12 de Agosto e 10 de Novembro), o *Diário de Notícias* utiliza a sua primeira página para desferir torpes calúnias contra Álvaro Cunhal. Em ambos os casos, a prosa vertida decorre, obviamente, do facto de ter sido bebida não em fontes sérias e credíveis mas nos charcos da provocação organizada.

Também o *Público*, na sua edição de 10 de Novembro e no seu estilo característico, destila insultos contra o mesmo alvo - insultos que facilmente se adivinham bebidos nas mesmos bebedouros.

As reincidências destes jornais ditos «de referência», constituindo visíveis obsessões que, numa situação normal, não mereceriam mais do que um profundo desprezo, exigem, nesta situação concreta, outro tratamento. Atribuindo ao alvo dos seus rancores uma intensa actividade «conspiratória», o *DN* e o *Público* optam visivelmente pelo método da baixa calúnia, neste caso, com a agravante de o estado de saúde actual da pessoa que caluniam ser absolutamente incompatível com qualquer intensa actividade – situação que habitualmente merece o respeito de toda a gente de bem mas que, pelos vistos, não preocupa minimamente esta gente.

Por tudo isto, as reincidências dos dois jornais obrigam-nos a optar por uma das duas seguintes conclusões: ou mentem e caluniam, sabendo que o fazem, querendo fazê-lo e não hesitando em recorrer a um desumanizado vale-tudo, ou as notícias caluniosas que difundiram se devem *apenas* a uma postura no mínimo leviana e irresponsável. A escolha é deles...

Outro jornal «de referência» - o *Expresso* – deu-nos, nas suas duas últimas edições, um claro exemplo... «de referência». Em 3 de Novembro, este semanário publicou, com grande destaque, uma informação falsa que envolvia Urbano Tavares Rodrigues. O nome deste grande escritor – ao qual o *Expresso* nunca deu nem dará semelhante destaque nessa qualidade – constituía o elemento essencial de uma peça provavelmente bebida em «fontes» gémeas das utilizadas pelos dois diários acima referidos. UTR desmentiu a notícia no que lhe dizia respeito. E que faz o *Expresso* na sua edição de 10 de Novembro? Reconhece que mentiu e publica, com igual destaque, o desmentido? Pede desculpa ao visado e aos seus leitores pela mentira que lhes vendeu? Nada disso: pega no desmentido e, numa pirueta bem ao estilo da nova ordem comunicacional, acusa o ofendido de... estar a mentir.

Eis algumas das «referências» de que são feitos os jornais «de referência».

Modelos que vêm a propósito

● Aurélio Santos

Há uma certa subserviência que inala e mesmo exala a aceitação de modelos. Chamemos-lhe, para poupar palavras e contornar tempo de leitura, um certo servilismo ideológico.

Ironiza-se hoje sobre a barafunda eleitoral nos EU, que deve estar a pôr toda a América Latina a rir para ver mais. Mas não se critica esse «modelo» de democracia ocidental, a de um chamado mundo livre e próspero, sempre prometedor de um melhor futuro para quem queira trabalhar em solo norte-americano, tomando sempre em atenção que o fará sem rede: saúde, segurança social, lei contra o imediato desemprego, despejo imediato da casa de família, não são direitos adquiridos. O que nos aparece como uma caricatura de democracia, com um tal cambalacho de votos que vale a pena recontar tudo à mão. É um facto que a electrónica pode sempre errar. Mas a mãozinha humana, quando bem empregue, faz falta.

Muito se tem falado – e será necessário falar ainda muito mais – dos erros do modelo assumido nas experiências de construção do socialismo, primeiro na União Soviética, depois noutros países do leste europeu (aliás, todas elas de cariz diferente, mas de matriz mais ou menos idêntica quanto ao encaminhamento sócio-político dos problemas gravíssimos – fome, enorme inferioridade tecnológica em relação ao ocidente, herança vinda e acumulada de muitos antigos tempos feudais e guerras impostas – tudo a resolver). O que hoje em dia se chamaria bloqueio, dizia-se naquele tempo dos anos 20 e princípio de 30 o «anel de ferro contra a URSS», declarado com grande simplicidade (diriam hoje alguns aprendizes, com toda a frontalidade e transparência)...

Contra nós também as críticas se alargam, quantas vezes em ondas pretendidas largas mas em ideias tão estreitas que não conseguem alcançar a barra baixinha da maré. A verdade é que quanto a outros partidos, mesmo com escândalos a abarulhar e embaralhar militantes, direcções partidárias, governo ou parlamento, não se lhes ataca o sistema. Mas a nós, querem sempre frechar fundamentos. Sem provas nem testemunhas. E até sem defensor, porque só deixam falar quem querem. Com um objectivo que está gasto, pensado e repensado, visto e revisto, vivido e revivido por muitos que deram e darão a vida pelo ideal comunista: desfazer o comunismo à custa de um comendo capitalista.

Temos um modelo e não aceitaremos outro enquanto não for aprovado por nós. Nem nunca tivemos nenhum a não ser aquele que decidimos: o nosso programa.

Imitar sociedades ou supor futuros desconhecidos nunca foi nossa intenção de trabalho. Nem seguimos, nem queremos modelos. Mas possuímos um ideal de igualdade, justiça e liberdade, estabelecidos em programa e estatutos. Quanto a mim, não há nenhum outro que possa corresponder às mais profundas aspirações de um ser que se olha e orgulha de estar e continuar sempre humano.

Paródia de democracia

● Anabela Fino

Uma semana depois das eleições os americanos continuavam sem saber quem tinha ganho a corrida à Casa Branca, mas em contrapartida tomaram conhecimento, tal como o resto do mundo, que a propalada democracia americana não passa de uma fraude.

O que no passado recente passou despercebido assumiu desta vez, dada a renhida disputa de votos, toda a dimensão de escândalo público. Houve de tudo: urnas «esquecidas» em caves; assembleias de voto que fecharam depois da hora legal com o beneplácito de um juiz, logo de seguida desautorizadas por outro juiz; boletins de votos deliberadamente confusos devido a uma súbita vontade de poupar papel; votos rejeitados pelas máquinas de apuramento por não estarem devidamente perfurados; pelo menos um morto eleito como senador e a oferta do respectivo lugar à viúva que assim, via defunto, envereda pela vida política; anúncios antecipados de vitória e precipitadas felicitações de dirigentes mundiais com medo de se atrasarem na vassalagem. Enfim, uma autêntica palhaçada.

Não deixa de ser curioso que o cerne do imbróglio tenha surgido na Flórida, justamente onde está instalada a mafia cubano-americana, que com os sectores mais reaccionários norte-americanos protagonizou recentemente o sequestro do pequeno cubano Elián González, e que a exemplo deste caso também agora se perfile no horizonte o recurso aos tribunais para resolver a questão. Se o paralelo se mantivesse, só lá para a Primavera haveria novo inquilino na Casa Branca...

É claro que não será preciso esperar tanto. No dia 18 de Dezembro, com ou sem representantes da Flórida, o Colégio Eleitoral escolherá o presidente, o que é mais uma demonstração da vitalidade da «democracia» americana. Ansiosos mesmo estão os serviços que se encarregam da cerimónia da tomada de posse e do tradicional baile presidencial, ainda sem saber a quem deverão mandar convites, e, evidentemente, os caçadores de donativos para o pagamento das despesas - orçadas entre 20 a 30 milhões de dólares -, divididos entre o assédio a democratas ou a republicanos. Tudo o mais é de somenos importância.

Não consta que a NATO esteja pronta a intervir, que o diligente Javier Solana se questione sobre a legalidade democrática, ou que a OSCE esteja a preparar um relatório duvidando que as eleições tenham sido livres e justas. Decisões dessas são da estrita competência norte-americana, e a seu tempo o novo presidente, seja ele qual for, lá estará para as tomar. Entretanto o espectáculo continua, até à próxima fita.

Frases

«Que se assista à humilhação de esguelha de Daniel Campelo por Paulo Portas, percebe-se: a hipocrisia política tem destes teatros, e Paulo Portas tinha de fazer tudo para impedir que o homem de Ponte de Lima recuasse na sua indisciplina e – inviabilizasse o Orçamento!»

(Óscar Mascarenhas, *Diário de Notícias*, 8.11.00)

«Se não for sancionado o deputado Campelo, se ele for candidato pelo PP à Câmara de Ponte de Lima, significa que este negócio [da aprovação do Orçamento de Estado] foi arranjado entre o eng.º Guterres, o dr. Paulo Portas e o deputado Campelo.»

(Isaltino Morais, *o Diabo*, 14.11.00)

«Quando era Presidente da República Francesa, o general De Gaulle disse um dia, com humor, que era muito difícil governar um país com 340 queijos diferentes.»

(Alfredo Barroso, *Expresso*, 11.11.00)

«De facto, tal como o Orçamento, o queijo come-se às fatias. Ainda por cima, não podia ter sido mais oportuna esta possibilidade de substituir a já tão estafada e insípida "terceira via" pela tão original e saborosa "via limiana" para o socialismo.»

(*idem, ibidem*)

«Como de costume, metade do eleitorado [dos EUA] não votou. Como de costume, a campanha foi irrelevante e bronca. Como de costume, há pouca diferença entre o andróide Gore e o analfabeto Bush, que – segundo a lúcida observação de Stuart Reid – se portaram como idiotas, não apenas porque são mesmo idiotas, mas porque pretendiam o apoio de idiotas.»

(Vasco Pulido Valente, *Diário de Notícias*, 12.11.00)

«Pouca gente se deu ao trabalho de lembrar que Kennedy ganhou por 150 mil votos, a maior parte produto do zelo patriótico da Mafia de Chicago. E ninguém disse uma palavra sobre a essência da questão: a América é uma República *Federal* e o presidente pouco afecta a vida do cidadão comum. (...) Bush ou Gore, Woody Allen ou Búfalo Bill – quem se rala?»

(*idem, ibidem*)

«(...) As eleições mostraram como o povo norte-americano está dividido (...) Não é preciso muito para incendiar a opinião pública e trazer as pessoas à rua. É por isto que todas as devotas garantias de que os Estados Unidos são uma nação de leis com uma Constituição de mais de 200 anos, neste caso de nada servem.»

(David Ignatius, *Público/Washington Post*, 14.11.00)

• Isabel Araújo Branco Texto

• Sérgio Morais Fotos

JCP faz 21 anos

Comemorar o passado a olhar para o futuro

O 21.º aniversário da JCP foi comemorado no fim-de-semana por centenas de jovens comunistas, na Voz do Operário, em Lisboa, dois dias em que se reafirmaram ideais, se debateram propostas e se ouviu muita música.

Não era preciso entrar no edifício da Voz do Operário, em Lisboa, para perceber a animação que lá dentro reinou durante o fim-de-semana. Centenas de jovens comemoraram com euforia os 21 anos da JCP, tendo à disposição um programa recheado de música, teatro e debates.

Os visitantes eram recebidos por uma faixa com a frase «Por cada comunista que cair outro se levantará» e facilmente se integravam no ambiente em que se trocam cumprimentos de parabéns - porque todos fazem anos - e se fala das lutas mais recentes.

Hélder Morais, de 21 anos, é um dos jovens que mostra mais animação com as comemorações, destacando ao «Avante!» o ambiente da festa e a sua programação.

Quando lhe perguntamos o que o levou a aderir há quatro anos à JCP, começa por dizer que é fácil responder. «É o ideal», afirma, lembrando que começou como «amigo da JCP». «Fui adoptando o ideal e entendendo que era isto que eu queria para o meu futuro. É a maneira de a minha voz ser ouvida», acrescenta Hélder.

Em Beja, a sua terra natal, tem participado nas mais variadas lutas da juventude, desde os protestos contra a revisão curricular do ensino secundário à implementação da educação sexual nas escolas.

Cláudia Pereira fala nos ideais que a levaram à JCP: «Unidos vamos lá!»

«A JCP é a vanguarda da luta, tem um papel importantíssimo. Ouço falar nas outras juventudes partidárias, mas pouco fazem. Nós estamos sempre presentes. Estamos organizados e conseguimos quase sempre aquilo que queremos. E isso, no mínimo, é consciencializar as pessoas para a luta», afirma.

Cláudia Pereira, de 17 anos, veio de Silves propositadamente para participar na festa. Está há dois anos na JCP e também fala nos ideais que «convergiam com a minha maneira de ser». «E a euforia da Festa do Avante! marca qualquer pessoa...», acrescenta.

Quando se juntou à organização dos jovens comunistas, Cláudia sentia necessidade de ser mais participativa e de sedimentar a sua relação com o Partido. «Os meus princípios baseiam-se na união, na partilha, na defesa dos mais fracos», afirma com convicção.

«As pessoas estão desinformadas, talvez queiram chegar mais longe mas não têm a porta aberta», diz. Cláudia costuma falar com muita gente, esclarece, recolhe opiniões, informa e, regra geral, a reacção é sempre positiva. «Há muita receptividade.»

De sorriso aberto, Cláudia mostra o quanto está a gostar da festa. «É um espaço para nos exprimirmos, debatermos de forma divertida. E serve para recordarmos o passado, os 21 anos de batalha pelos jovens. Nem sempre conseguimos o que queremos, mas unidos e com luta vamos lá.»

Na tarde de sábado, depois do comício com Carlos Carvalhas e Nuno Teixeira, o tradicional bolo de anos foi partido com um gigantesco coro a cantar a «Internacional» a capella. A festa prolongou-se pela madrugada com os concertos dos Despe & Siga e dos espanhóis Eskorzo e a música de um *sond sistem* instalado num pavilhão da escola da Voz do Operário.

No domingo, e apesar da chuva, ninguém desmobilizou. Havia que comemorar em grande mais este aniversário. Depois do debate sobre «Música de Intervenção», houve ocasião de assistir a uma peça de teatro, jogar basquetebol e assistir a espectáculos. O momento alto foi a intervenção de António Abreu, candidato à Presidência da República, muito aplaudido pelos jovens comunistas.

«PCP, Partido da juventude»

Comunistas na vanguarda da luta

«Não há projecto mais actual e revolucionário do que o comunista», afirmou a deputada Margarida Botelho, no debate sobre o «PCP, Partido da juventude», que teve lugar na tarde de sábado. Esta ideia ganhou eco em todas as intervenções, sendo sublinhada a necessidade de os jovens comunistas serem mais revolucionários. Pois, como disse uma participante, «de pequenino se torce o pepino».

Luisa Araújo, da Comissão Política do PCP, afirmou que este «é um Partido muito forte e muito enraizado nas massas trabalhadoras, que está presente não só nas grandes lutas, mas também nas pequenas batalhas do dia-a-dia». E para se fortificar é muito importante a acção dos jovens revolucionários preparados para a luta ideológica.

«Somos marxistas-leninistas. Somos e sem reservas ou dogmas», disse Luisa Araújo, numa afirmação muito aplaudida pelos participantes do debate, que responderam em coro «Juventude comunista, marxista-leninista».

«É preciso aplicar esta filosofia, usar uma frase de Marx ou Lenine e adaptá-la a uma situação concreta, usando os seus ensinamentos como base e não os passar a papel químico», declarou Luisa Araújo, que não esqueceu que «os momentos difíceis do Partido foram ultrapassados com unidade e firmeza ideológica e política».

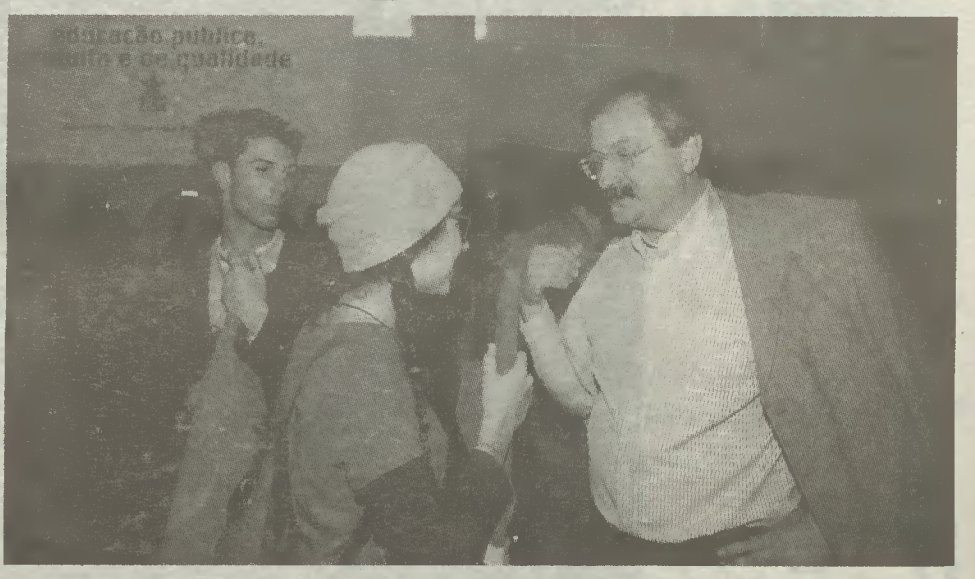
«É preciso que o PCP continue a ter a sua expressão revolucionária e se mantenha do lado do povo», defendeu um outro participante, uma ideia partilhada por Nuno Costa, membro do Comité Central do PCP, outro participante do debate que falou da importância de «organizar para intervir e intervir para organizar, recrutando e responsabilizando mais jovens».

«A defesa dos jovens não se pode fazer com a participação num Governo de políticas de direita. A construção da alternativa começa na intensificação da luta e os comunistas têm de estar na vanguarda dessas lutas», defendeu Nuno Costa.

«Ser comunista hoje é continuar a fazer brilhar a bandeira vermelha, que já na Idade Média era símbolo da luta; é levantar a foice e o martelo, símbolo da aliança dos camponeses e dos operários; é fazer ouvir a "Internacional"», concluiu.

JCP faz 21anos

Comemorar o passado, a olhar para o futuro



Carlos Carvalhas

Em festa mas sempre em luta

«Estamos em festa, mas a dizer que a juventude pode contar com a JCP para ir em frente e termos um Portugal melhor», afirmou Carlos Carvalhas, no comício de sábado, lembrando as lutas dos jovens comunistas contra o pacote laboral - «que atingiu principalmente os jovens» -, pela educação sexual, em defesa de um ensino de qualidade público, pelo ambiente, contra a pena de morte, sem esquecer a solidariedade com Abu-Jamal e os povos de Chiapas, Cuba, Timor, Palestina.

Transmitindo o «abraço fraterno e caloroso do PCP», Carlos Carvalhas afirmou que «o Orçamento de Estado não serve para os jovens». «O Governo só oferece desemprego, trabalho precário e emigração, fecha as portas à juventude. Não contem com o PCP para isso», declarou.

Nuno Teixeira

«Vivemos a transformar a vida»

«Mensagens... foi por elas que viemos aqui comemorar os 21 anos da JCP. E que mensagens? A mensagem de que vivemos a transformar a vida. A mensagem de que é possível tornar possível o impossível. A mensagem que queremos e que somos capazes de continuar a luta. A mensagem que a juventude está viva, participa, tem objectivos e quer decidir a sua vida, quer decidir o seu futuro», afirmou Nuno Teixeira.

«Nos 21 anos da JCP damos voz às mensagens de milhares de estudantes, que este ano encheram as ruas do nosso país. Da luta pela suspensão da revisão curricular e pelo fim dos *numerus clausus*, pela aplicação da lei de educação sexual nas escolas, por educação pública gratuita e de qualidade, contra a lei de financiamento do ensino superior.»

«Nos 21 anos da JCP reafirmamos a nossa mensagem que sem emprego não há futuro e que emprego sem direitos não é futuro para ninguém», sustentou.

«Somos pela paz. Lutamos contra a invasão da Jugoslávia, manifestamos a nossa solidariedade com o povo timorense e agora queremos deixar também a nossa solidariedade com o povo palestiniano, que luta pela defesa dos direitos a um Estado que é seu», sublinhou Nuno Teixeira.

«A luta tem de continuar, a nossa mensagem tem de passar. O nosso trabalho é levar aqueles que não acreditam a acreditar, que não participam a participar, que não lutam a lutar», defendeu.

«Vamos agora levar este aniversário pelo país fora e assim reforçaremos o nosso trabalho em torno do XVI Congresso do nosso Partido e das eleições presidenciais», concluiu Nuno Teixeira.

António Abreu

Jovens têm direito a educação, emprego e habitação

António Abreu esteve presente na festa de aniversário, participando num concorrido comício na tarde de domingo, onde afirmou que «a JCP não é a antecâmara para a formação de barões de partidos ou um lugar para preparar futuros administradores de empresas», mas sim uma organização de defesa dos direitos da juventude, com ideais e capacidade de realização, onde a actividade militante é aliada à actividade criativa.

«O Presidente da República não pode ter uma visão dos jovens apenas como futuros consumidores. O Presidente da República não pode olhar os jovens como um grupo social que dá boas fotos para as reportagens», defendeu António Abreu.

«A juventude tem de ser tratada com grande respeito, porque é uma força capaz de operar mudanças significativas na sociedade», disse o candidato à Presidência da República, acrescentando que «é fundamental garantir as condições essenciais para que isso aconteça: educação de qualidade, trabalho, habitação e direito de constituir família».

«Não é por acaso que os comunistas casam tão bem a actividade política com a musica: é a criatividade», concluiu.

Música de intervenção

Rap recupera a palavra

«Música de intervenção sempre houve e sempre haverá», afirmou Ruben de Carvalho no debate realizado sobre este tema, na manhã de domingo. Numa conversa descontraída com dezenas de jovens, este jornalista e membro do Comité Central falou sobre a história da música, trauteou algumas canções para ilustrar explicações e defendeu que a música de intervenção vai ser apurada dentro de décadas devido à reaproximação da palavra pelo rap.

«Vamos atravessar um período de recuperação da palavra para a música, graças ao rap», disse Ruben de Carvalho, lembrando que, no contexto das minorias étnicas, o sentido semântico das palavras foi reassumido, num discurso verbal e não apenas musical.

Mobilizar, denunciar e participar sempre foi o objectivo da música de intervenção. A primeira que aparece - há muitos séculos atrás, num contextos de analfabetismo generalizado em que a música é usada como fixadora de um poema -, conta história, satiriza as classes altas ou relata situações de exploração e injustiça.

Os Estados Unidos do século XIX são o palco da ampliação e estruturação da música de intervenção como consequência directa dos movimentos operários. Fruto da lutas dos trabalhadores e herança das tradições musicais europeias que foram trazidas pelos emigrantes, este tipo de canção adquire grande importância nas organizações sindicais e partidárias, que frequentemente adapta músicas conhecidas modificando a letra. É o caso, por exemplo, de «Amazing Grace», um hino religioso norte-americano transformado em canção de protesto pelos trabalhadores do porto de Londres.

«Quanto mais força tem o movimento operário, mais força tem a canção de intervenção como instrumento de luta», afirmou Ruben de Carvalho, lembrando os casos de Cuba, Chile, Brasil e Portugal.

Mas a música de intervenção não é feita só de palavras. A expressão musical é fundamental e vale por si própria. Foi o que aconteceu a partir da década de 60, com o desenvolvimento da indústria técnica e eléctrica e a generalização dos discos e amplificadores. Surgem então novas sonoridades e novos instrumentos, explorados ao pormenor por músicos seduzidos pelas novas tecnologias.

E hoje, como é a canção de protesto? Como disse um participante, passa por lutar contra o sistema das editoras multinacionais de música e por lançar os novos trabalhos na internet.

Campanha do PCP continua nas presidenciais

Prioridade ao trabalho

Culminando três semanas de acções do Partido junto dos trabalhadores, António Abreu recebeu dia 9 um forte apoio de dirigentes sindicais e outros militantes das causas laborais.

O candidato comunista retribuiu com o compromisso de manter a valorização do trabalho como tema destacado na campanha para as eleições de 14 de Janeiro. **António Abreu** recordou que, logo na apresentação da candidatura às presidenciais, «dei prioridade à afirmação do valor do direito do trabalho e do trabalho com direitos» e que, até ao dia das eleições, vai procurar «introduzir no debate eleitoral a questão da importância na política diária e no discurso político».

Os trabalhadores têm direito a vida melhor e há condições no País para tal

Estímulo e responsabilidade

Na sala Petropolis, do Hotel Altis, compareceram na passada quinta-feira cerca de meio milhar de dirigentes e delegados sindicais, membros de comissões de trabalhadores, dirigentes e deputados comunistas, militantes com ligações profundas ao mundo do trabalho. A iniciativa do PCP destinou-se a assinalar o encerramento da campanha «Os trabalhadores têm direito a uma vida melhor», que decorreu desde 14 de Outubro e que, a par da distribuição de mais de 250 mil folhetos, divulgando as mais recentes propostas legislativas dos comunistas e estimulando a luta dos trabalhadores, integrou também a recolha de assinaturas de apoio à candidatura de António Abreu.

O resultado – um volumoso *dossier* com 1670 nomes a subscrever um abaixo-assinado – foi entregue ao candidato comunista durante a iniciativa de dia 9, sob fortes aplausos. Para António Abreu, este acto «traduz-se num estímulo e numa responsabilidade acrescidos», face à «confiança que me é transmitida na lista de apoiantes, com estes mais de 1600 sindicalistas e membros de Comissões de Trabalhadores que, na sua luta quotidiana, na sua generosa contribuição para alcançar uma vida melhor para quem trabalha, apesar de tantas dificuldades, persistem na recusa da moderação, do conformismo e da indiferença».

«Amplo e estimulante apoio de milhares de trabalhadores, mesmo de muitos que ainda não votam no PCP», foi o que assinalaram os mais de 150 camaradas que, num primeiro levantamento, participaram nas acções centrais da campanha. A informação foi dada por **Jerónimo de Sousa**, da Comissão Política do PCP, numa breve intervenção, antes de dar a palavra a Célia Lopes (que leu a declaração de apoio e entregou o abaixo-assinado) e a Manuel Carvalho da Silva, e depois de apresentar a mesa da reunião no Altis – onde se sentaram também os camaradas Paulo Trindade, Manuela Prates, Rui Paixão, Octávio Teixeira, António Filipe e Arménio Carlos.

Jerónimo de Sousa referiu que «em muitas empresas onde, há anos, havia recusas e indiferença, houve diálogo e aceitação» dos folhetos, das propostas e dos objectivos do PCP.

Carvalho da Silva, dirigindo-se directamente a António Abreu mas apoiado nos acenos e aplausos do auditório, destacou que «esta candidatura é necessária», para dar «centralidade aos problemas, à organização e à acção dos trabalhadores» e para «afirmar caminhos diferentes e verdadeiramente alternativos», face às grandes pressões para impor o absolutismo capitalista e negar os valores da solidariedade e do humanismo. Ao candidato reconheceu «capacidade, coerência e coragem» para afirmar aqueles valores.

No final, enquanto ainda mais um camarada acrescentava o seu nome na lista dos apoiantes de António Abreu, faziam ainda mais sentido as palavras da jovem que entregou o *dossier* ao candidato comunista: «Este não é um apoio de circunstância, havemos de nos encontrar noutras batalhas de futuro».

***As opiniões e propostas** do PCP tiveram boa recepção durante esta campanha*

Mulher e do Homem como centros de actividade económica, como pontos de partida dela, como sua inspiração permanente e como seus objectivos finais», o que «implica que a Mulher e o Homem, enquanto seres humanos e produtores de mais-valias, ocupem outra

***Os trabalhadores** têm na candidatura comunista valores e objectivos que justificam um forte apoio a António Abreu*

Extractos da declaração de Carlos Carvalhas

Um apoio com grande significado

«Em nome do PCP, Partido que dá suporte à candidatura de António Abreu, quero agradecer a vossa generosa presença e o vosso apoio que para nós tem um grande significado.

Estamos perante homens e mulheres estreitamente vinculados aos trabalhadores, aos seus problemas, à sua luta, às suas aspirações e esperanças. É por isso um testemunho que muito nos honra.

O magistério da Presidência da República, tal como o entendemos tem que colocar no centro das suas atenções e preocupações o mundo do trabalho. E tem o dever de velar pelo cumprimento dos direitos que a estes diz respeito.

E tem o dever de intervir, no quadro dos poderes que lhe estão conferidos, pela melhoria da distribuição do Rendimento Nacional.

Isto significa que o Presidente da República não deve ter uma posição passiva, conformada ou de suporte a políticas que põem em causa salários dignos, trabalho com direitos, ou uma justa partilha dos frutos do crescimento económico.

É por isso de grande acuidade que a candidatura do nosso camarada António Abreu tenha tido a possibilidade de estar presente no encerramento da campanha "Os trabalhadores têm direito a uma vida melhor!", que decorreu durante as últimas três semanas em que muitos militantes comunistas distribuíram largas dezenas de milhar de documentos aos trabalhadores, sobre os seus direitos, sobre as posições e medidas defendidas pelo PCP.

Este nosso Encontro tem também lugar um dia após a aprovação do Orçamento de Estado, cujas orientações vão influenciar a vida dos trabalhadores e dos cidadãos em geral.

E, naturalmente, uma candidatura apoiada pelo PCP, não pode deixar de seguir com atenção e preocupação as escolhas que aí são feitas.

Nós consideramos desde logo inaceitável que o Governo do Partido Socialista tenha vinculado a negociação e a aprovação da nova tabela salarial da Administração Pública à viabilização do Orçamento. Nada o impedia de negociar. Agora que já não tem pretexto vamos ficar a saber agora as propostas que vão apresentar aos trabalhadores.

Como o nosso grupo parlamentar afirmou ontem na Assembleia da República "só um sensível incremento dos salários reais pode permitir o desenvolvimento sustentado do consumo e da economia"».

(...)

«Mas a qualidade de vida dos trabalhadores e dos portugueses está também dependente do nível e qualidade dos serviços públicos prestados. Ora as políticas sociais nomeadamente, em relação à educação e à saúde não só estão muito longe do propagandeado, como do que seria necessário e possível.

Para nós é inaceitável que se continue a deixar degradar o Serviço Nacional de Saúde e o Sistema Público de Ensino.

O que o país precisava era de um Orçamento que contribuísse positivamente para a melhoria da distribuição do Rendimento Nacional, e da carga fiscal e não de um Orçamento que acentue as desigualdades sociais.

De um Orçamento que privilegiasse o investimento produtivo, as actividades produtivas e o emprego com direitos e não as actividades especulativas, parasitárias e sumptuárias.

De um Orçamento que preservasse e dinamizasse as Empresas Públicas básicas e estratégicas e não que as leiloasse escancarando as portas ao seu domínio pelo capital estrangeiro com as consequências conhecidas ao nível do emprego, dos direitos e dos salários.

Este Orçamento não vai contribuir para a correcção dos desequilíbrios e fragilidades da nossa economia, nem para a correcção das "fracturas" sociais.

O atraso do crescimento em relação à média europeia, o desequilíbrio das contas externas, o endividamento dos cidadãos e o agravamento dos compromissos de dívida de milhões para o futuro, comprometendo nomeadamente, a vida de gerações.

Caros amigos e camaradas,

Junto dos trabalhadores podereis dizer-lhes e garantir-lhes que podem contar com este Partido e com a candidatura de António Abreu à Presidência da República, que não regatearão esforços para que as suas justas reivindicações e aspirações sejam concretizadas.

Que este Partido e esta candidatura continuarão a lutar por uma viragem à esquerda e por soluções de esquerda e que por isso mesmo também não aceitam com o seu voto branquear ou viabilizar políticas que vão contra os interesses dos trabalhadores, do povo e do país.

Que este Partido vai continuar com os trabalhadores e o povo a sua intervenção e a sua luta por um Portugal de progresso e justiça numa Europa de paz e cooperação.»

Esclarecimento da DORS

Do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, recebemos um comunicado que, a seguir, transcrevemos.

No «Avante!» do passado dia 9, inscrito no suplemento dedicado à «Tribuna do Congresso», o camarada Adelino Chapa, de Palmela, afirma no texto que enviou com o título «Exijo ter opinião» que, na ORS, os camaradas responsáveis pelos concelhos evitam a todo o custo que cada organismo eleja os seus coordenadores. Esta afirmação merece do Secretariado da DORS os seguintes comentários:

1 - Apesar de já ter participado em várias reuniões onde foi feito o esclarecimento devido sobre a resolução aprovada no CC de 14 e 15 de Fevereiro [1998], sobre a possibilidade dos organismos dirigentes das organizações de base na distribuição de tarefas entre os seus membros, poder escolher ou eleger o camarada ou a camarada que vai coordenar e dinamizar o funcionamento do colectivo, no quadro dos princípios estatutários, o camarada teima em insistir propositadamente numa interpretação das decisões tomadas que não correspondem à decisão do CC;

2 - Quando o camarada afirma que os responsáveis concelhios optam «pela muito democrática nomeação, forma airosa de garantir que apenas têm assento nos órgãos de direcção as pessoas que, por ambição ou falta de opinião, concordam com esses mesmos responsáveis», o camarada não só evidencia desconhecimento dos Estatutos do Partido sobre a composição dos organismos de direcção, como evidencia igualmente uma grande falta de respeito pelas centenas de camaradas que exercem essas funções quando diz que têm «ambições políticas ou falta de opinião». Tal como tem sido amplamente divulgado no seio da ORS, nos últimos três anos e meio foram realizadas mais de 80 Assembleias das organizações, em que participaram cerca de 6500 camaradas e onde foram eleitos para os organismos de direcção mais de 500 camaradas. São camaradas que têm toda a legitimidade democrática dentro do Partido para dirigirem as respectivas organizações.

3 - É falso que os camaradas responsáveis pelas organizações concelhias tenham tido qualquer intervenção no sentido de evitar a escolha ou eleição do coordenador de um qualquer organismo de base, no estreito cumprimento das decisões do CC.

4 - O PCP rege-se por princípios e valores, não podendo as relações entre membros do Partido e destes com os organismos, assentar em posturas que não olham a meios para atingir os fins, mesmo que estes sejam justos, o que não é de todo o caso do texto escrito pelo camarada Adelino Chapa que, desta forma, põe de facto em causa a democracia interna no Partido que tanto diz defender.

Revolução de Outubro inaugurou nova época na História da Humanidade

Sem memória não se faz futuro

As organizações do Partido prosseguem as comemorações do 83.º aniversário da Revolução de Outubro. No sábado, dezenas de camaradas fizeram-no, na Quinta da Atalaia, com um almoço, no fim do qual Aurélio Santos proferiu uma breve intervenção política e, no próprio dia 7 de Novembro, como é já de tradição, cerca de uma centena de camaradas reuniu-se no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, cabendo, este ano, a Carlos Aboim Inglez proferir «umas breves palavras» a propósito do motivo que ali os juntava:

«O facto de nos reunirmos neste 7 de Novembro é, mas não é apenas, a justa e necessária memória, da Revolução Socialista de Outubro de 1917 e da nova época que ela inaugurou na História da Humanidade. Essa memória não pode ser apagada - a memória dos últimos 84 anos deste século XX, marcado indelevelmente pela luta dos comunistas, a luta pelo socialismo. Luta que tem sido também, para uns há mais, para outros há menos anos, a nossa própria vida.

Porque sem memória não se faz futuro, e como as palavras que hoje aqui dissesse a propósito seriam curtas de mais, tendes aí na mesa exemplares do documento do nosso Partido, publicado em Outubro de 1997, comemorativo do 80.º aniversário da Revolução de Outubro. Documento curto para tão denso tema. Mas documento que vale a pena todos relermos, porque a sua apreciação é justa e actual: parte da memória para apontar o futuro.

Porque o exame que fazemos do mundo em que hoje vivemos (e resumido brevemente no 1.º capítulo das «Teses/Resolução Política» para o nosso XVI Congresso) também conclui hoje, mais do que nunca, o socialismo é uma instante necessidade para a Humanidade, o socialismo é uma causa com futuro. É essa causa emancipadora e humanista que nos convoca a nós, comunistas, à nossa esperança militante, à nossa tenacidade revolucionária, à nossa generosidade, à nossa criatividade, à nossa ajuda mútua, à nossa coesão. À nossa luta.

Porque - apesar de tantas e importantes conquistas de civilização que persistem, tantas e tantas outras lutas pelo progresso que se travam, hoje mesmo, em todo o mundo - os tempos actuais são duros, exigem têmpera de comunistas.

Firmes com um só leme

É fácil ser comunista quando os ventos e os meios vão de feição. Por vezes até fácil de mais. Mas quando os tempos são adversos - e os tempos que correm são, ainda, adversos - então é que os comunistas são mais que necessários, são imprescindíveis. Saber resistir, remar contra a maré, navegar à bolina perante ventos contrários dominantes, manobrar com segurança e segurar com firmeza o leme, um só leme - para não andar ao sabor das ondas várias e sem norte, ou deixar-se iludir pelos cantos de sereias -, é preciso nestes tempos que correm. E por isso é necessário este Partido, um colectivo de camaradas livremente organizados, ligados sempre mais e mais aos trabalhadores e às mais amplas massas populares, que são sempre, no fim de contas, a real força motriz de todas as revoluções sociais, as verdadeiras obreiras da História. As inesgotáveis raízes mais profundas da nossa força, e por isso de todas as flores e de todos os frutos que queremos cultivar, sempre mais e melhor, e para todos.

O socialismo é uma instante necessidade para a Humanidade

É também para reforçar, melhorar e fazer crescer este Partido imprescindível, o nosso Partido Comunista Português, que o nosso XVI Congresso nos convoca. Para podermos melhor defender os interesses vitais dos trabalhadores e do povo, de que somos parte indivisível e dos quais devemos não nos afastar nunca.

Manter independência

Neste Portugal onde vivemos e lutamos, somos um forte, experimentado e independente Partido Comunista.

Se o não fôssemos, o grande capital, dono e senhor dos nossos avassaladores meios de comunicação social, não sentiria a necessidade de lançar sobre o nosso Partido a brutal, contínua e concertada campanha de intoxicação e condicionamento a que todos temos estado sujeitos. Somos fortes, por isso nos atacam, para nos enfraquecer a seu jeito. É esse o seu único interesse.

Mas também a mais essa campanha temos de saber resistir, defendendo a nossa autónoma liberdade de pensamento e decisão, a nossa democracia e a nossa identidade. Não nos deixaremos desviar do nosso norte - daquilo que nós próprios, colectivamente, vimos discutindo, elaborando, decidindo, desde o início deste ano e até à realização, já dentro de um mês, do nosso XVI Congresso.

Somos um forte, experimentado e independente Partido Comunista, repito. Mas a força que temos, todavia, não chega ainda para responder mais eficazmente às grandes exigências que a vida nos coloca, já e amanhã. Exige mais e mais. É isso que buscamos e havemos de conseguir. Ao trabalho todos, pois, com aquela mesma convicção, determinação revolucionária, experiência rica e diversificada, dedicação aos interesses dos trabalhadores e do povo, à conquista de uma vida melhor, à construção de uma sociedade nova, mais livre, mais feliz, liberta da exploração, da alienação e da injustiça do capitalismo - a causa do socialismo. Para as grandes batalhas, como para as mil e uma pequenas tarefas quotidianas que as preparam, e a que cada comunista deve dar o melhor de si mesmo.»

Porto

IGAE funciona mal

A propósito da Conferência Internacional sobre Segurança Alimentar que se realizou no passado fim-de-semana no Porto, os comunistas portuenses da Função Pública alertam para o facto de a IGAE/Porto não estar a cumprir as suas funções: promoção de acções de natureza preventiva e repressiva em matéria de infracções anti-económicas e contra a saúde pública e fiscalização de todos os locais de actividade industrial, comercial, agrícola, piscatória ou de prestação de serviços em estabelecimentos de natureza diversa.

A verdade é que a IGAE em vez de reforçar restringiu a fiscalização de rua, limitando-se a instruções dos processos referentes às apreensões da contrafacção de marcas ligadas a multinacionais, e não faz incidir a sua acção em questões tão importantes como as falsificações de vinho e azeite, condições sanitárias de estabelecimentos hoteleiros e qualidade dos produtos alimentares, nomeadamente em restaurantes e cantinas. Entretanto, por força da adesão à UE, cresce no nosso país a presença de produtos alimentares vindos dos países da Europa e de países terceiros «sem qualquer controlo aduaneiro».

Deste modo, dizem, não está garantida na região do Porto nem a fiscalização das condições higieno-sanitárias, nem a qualidade dos géneros alimentares nos estabelecimentos de restauração e nas grandes superfícies. Aliás, em sua opinião, a IGAE devia dar a conhecer o número de colheita e amostras de produtos alimentares, de processos de falsificação de selos em vinhos e bebidas, de operações «stop» para controlo de produtos alimentares ou de operações de fiscalização em restaurantes e grandes superfícies que fez nos últimos dois anos.

Assim, apesar do discurso do Governo no sentido de pretender aumentar a qualidade de vida e a saúde das populações, ou da criação, agora, da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar, o certo é que a IGAE «funciona muito mal» e o «espaço à prevaricação é enorme», sendo grande o risco de estarmos a receber de países da UE, e não só, produtos que podem pôr em risco a saúde pública. Isto impõe a exigência ao Governo de fazer cumprir as funções atribuídas à IGAE, a cujos serviços deverão ser disponibilizados os meios humanos e materiais para uma eficaz e abrangente inspecção.

Magusto na Atalaia

Os comunistas do Seixal juntaram-se no domingo, num animado magusto na Quinta da Atalaia.

Depois das caras de bacalhau e das castanhas cozidas, regadas com água pé, os cerca de 200 camaradas ouviram o que lhes tinham para dizer José Paleta e Jorge Pires. O primeiro referiu o intenso debate das teses do Congresso no concelho do Seixal e o apoio generalizado que as várias organizações do Partido lhes têm manifestado. Jorge Pires, por sua vez, lembrou as conquistas que o PCP tem alcançado em benefício dos portugueses, exemplificando com a redução do IRS e a fixação da semana laboral nas 40 horas.

Jorge Pires sublinhou que não é inédita a ofensiva que hoje se verifica contra o Partido, pois o mesmo se verificara em 1988. Aliás, também logo que o PCP foi criado houve quem questionasse a existência de um partido comunista revolucionário. Ao mesmo tempo, expressou a confiança de que o Partido sairá mais forte do Congresso de Dezembro.

Às curtas intervenções políticas, sucedeu a música popular e o pé de dança foi obrigatório. É evidente que, hoje como sempre, as dificuldades sociais e a situação interna do Partido preocupam os camaradas, mas os comunistas não desperdiçam nenhuma oportunidade de gozar os bons bocados que a vida lhes oferece.

TRÁS-OS-MONTES
Televisões silenciam

A Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro do PCP protestou junto dos principais quatro canais de televisão (particularmente da RTP, cuja Delegação Regional de Bragança tem duas dezenas de funcionários) e da Alta Autoridade para a Comunicação Social pelo facto de a visita à região de António Abreu, candidato do PCP às eleições presidenciais, não ter merecido qualquer cobertura, nem ao conjunto do programa nem no encontro com a comunicação social, realizado na Domus Municipalis de Bragança.

Trata-se de um acto de censura, diz o PCP, que se insere «na estratégia mais geral de tratamento discriminatório e de silenciamento das acções políticas de uma esquerda que não verga perante as pressões do grande capital».

Na sua deslocação, António Abreu encontrou-se com Juntas de Freguesia, Associações de Agricultores e Universidade, visitando, ainda, diversas instalações e infra-estruturas da região.

FIGUEIRA DA FOZ
Serviços da CP degradam-se

Uma moção da CDU, aprovada por unanimidade na última Assembleia Municipal da Figueira da Foz, condena a «desastrosa» política do Governo face ao serviço ferroviário público, visível na «crescente degradação» do serviço prestado pela CP, com vista ao encerramento do Grupo Oficinal da Figueira da Foz.

A Concelhia da Figueira da Foz do PCP diz que esta moção contrasta com a indiferença do executivo camarário, particularmente do PS e PSD, pelo «silêncio e cumplicidade com os dolosos actos» que estão a liquidar a importância histórica da Figueira da Foz como Centro Ferroviário, transformando-o «num mero apeadeiro de aldeia».

Esta actuação significa não só a perda de postos de trabalho - de mais de 500 para os actuais 90 -, mas a «perda de gerações de conhecimento profissional adquirido» que não será passada a ninguém, tornando ainda mais difíceis as saídas profissionais de jovens trabalhadores tradicionalmente ligados à ferrovia.

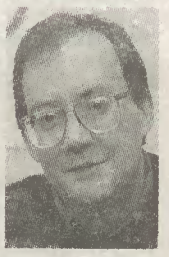
OEIRAS
Projecto do PCP alarga passes

Por proposta do PCP, as freguesias do concelho de Oeiras Algés, Linda-a-Velha, Carnaxide e Cruz Quebrada ficarão abrangidas pelo passe L e as restantes pelo L1, beneficiando, desta maneira, a população e os trabalhadores do concelho.

De facto, o passe social intermodal, criado em 1976, trouxe benefícios às populações e permitiu reduzir os gastos em transportes mas, com o progressivo afastamento entre a habitação e o local de emprego, as zonas abrangidas pelos actuais passes tornaram-se desajustadas da realidade e das necessidades de deslocação da população, razão por que o PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei que procura melhorar e alargar o âmbito de utilização dos passes.

Por se tratar de um importante projecto para o concelho de Oeiras, a Comissão Concelhia do PCP aponta a necessidade de as populações o apoiarem e divulgarem.

Teorias sobre o Estado e o estado das coisas



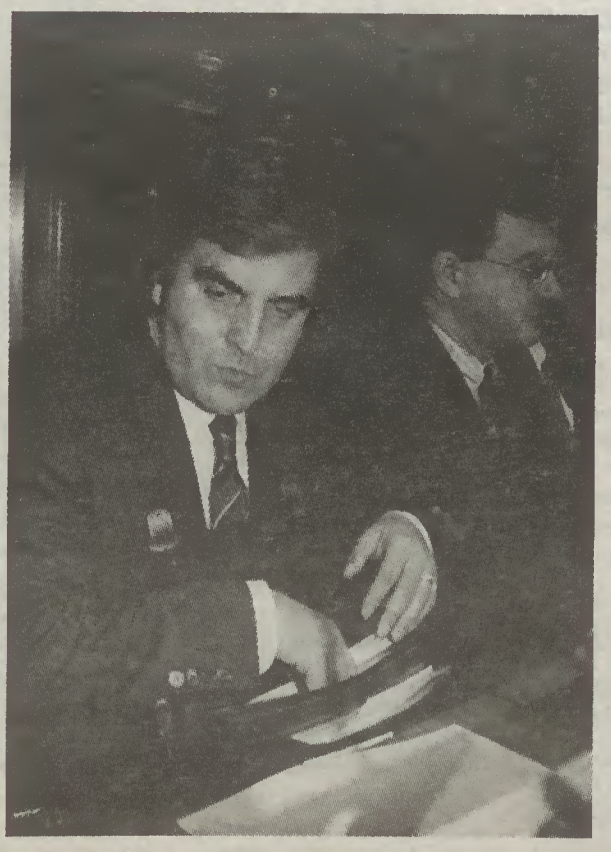
Jorge Cordeiro
Membro da Comissão Política

Voltar a afirmar o papel do Estado nas formas de dominação de classe e como garante do prosseguimento das relações de produção baseadas na exploração não deixará de provocar urticária aos que papagueiam a estafada teoria sobre o Estado regulador, alegadamente vagueando erraticamente acima das coisas e bens, sempre atento e zeloso para cuidar dos menos bafejados pela divina dádiva do sucesso.

Fazem-no não porque desconheçam a real natureza, função e objectivos do Estado enquanto instrumento de dominação mas precisamente porque sabem que, por detrás da densa névoa de alusões ao «interesse público e nacional» e «bem-estar geral» que o Estado em abstracto estaria mandatado para realizar, melhor podem iludir a questão e perpetuar os fins últimos que querem garantir.

É por detrás deste jogo de ilusões que se suportam as questões mais fundas do papel que o Estado joga na sociedade, e que hábil mas de facto coercivamente, se assegura a repartição cada vez mais injusta do rendimento nacional, que se constroem as leis que protegem os mais fortes, que se garante em nome da ordem pública a ordem estabelecida dos dominantes, que a balança da justiça tem sempre mais peso do lado da propriedade. E é também por detrás deste biombo mais largo, que os que detêm o poder dele se aproveitam para a gestão de benefícios de conjuntura — políticos, eleitorais, partidários e particulares. Por mais que se esforcem por negar a evidência, a vida aí está para os desmentir e demonstrar que o Estado e as posições que a partir dele se dispõe estão longe de ser jogados naquele plano de imparcialidade e neutralidade que teimam em vender. Três factos recentes fazem emergir em planos diversos, mas convergentes, o que atrás ficou dito. O primeiro: em claro abuso de poder e utilização do aparelho de Estado o Governo facultou ao PS elementos de trabalho relacionados com o Orçamento do Estado e o respectivo Plano de Investimentos que negou até onde conseguiu aos deputados dos restantes partidos. O segundo: Ministros vários assumem publicamente como objectivo orientar investimentos públicos da Administração Central na intenção expressa de os fazer convergir com os objectivos eleitorais do Partido do Governo nas próximas eleições autárquicas. O terceiro: Ministros ligados aos processos de privatizações aparecem associados por intervenção directa ou próxima à aquisição de acções numa relação que por mais explicada não se liberta de uma promíscua fusão entre interesses económicos, cargos públicos e decisão política, difícil de perceber onde se iniciam umas e terminam outras.

> **«Governo facultou ao PS elementos que negou, até poder, aos restantes partidos»**



Contradições...

Três factos que suscitam três comentários. O primeiro para evidenciar a nítida contradição entre o inexcedível zelo posto em palavras e no discurso pelo PS quanto à transparência da vida política e no exercício ético do poder e as atitudes assumidas na prática governativa. O segundo para fazer notar ao PS, tão torrencial no verberar de modelos políticos e na atribuição a outros da acusação de os perfilharem, que desliza vertiginosamente para a mais completa fusão entre Partido e Estado capaz de fazer corar de inveja alguns dos que cometeram esse erro. O terceiro para confirmar que a crescente fusão entre interesses económicos e poder político com um sentido de submissão do primeiro ao segundo caminha pelas mãos do PS com uma eficácia e celeridade digna de registo.

Naturalmente que o que aqui se disse não é mais do que um apontamento superficial, a partir de alguns elementos de actualidade, para uma questão sempre actual, profunda e séria. Mais do que teoria sobre o Estado se escreveu sobre o estado das coisas. Porque quanto à primeira, a questão do Estado, como escreveu há oitenta anos Lénine com a actualidade que resulta do texto, «*... é tão complexa e foi tão embrulhada pelos eruditos e escritores burgueses que todo aquele que quiser meditar seriamente sobre ela e assimilá-la por si, tem de abordar esta questão várias vezes, voltar a ela uma e outra vez, considerar a questão sob diversos ângulos, a fim de conseguir uma compreensão clara e firme. E ser-vos-á tanto mais fácil voltar a esta questão quanto se trata de uma questão tão básica, tão fundamental de toda a política, que não só em tempos tão agitados, tão tempestuosos da revolução, como os que agora atravessamos, mas também nos tempos mais pacíficos, em qualquer jornal que trate de qualquer questão económica ou política tropeçareis diariamente com a questão: o que é o Estado, em que consiste a sua essência, em que consiste a sua importância (...) — esta é uma questão à qual, por um ou outro motivo, tereis que voltar todos os dias*»

Assembleias na Alemanha

Comunistas apontam linhas de acção

Meia centena de militantes do PCP, vindos desde Cuxhaven a Constança e de Wiesbaden a Berlim, reuniram-se em Hirsau/Calw, na Floresta Negra, com a presença de Henrique de Sousa, membro do Secretariado do PCP, para realizar a Assembleia Preparatória da 16.º Congresso do Partido e a sua Assembleia de Organização na Alemanha.

No decurso da reunião preparatória do Congresso, que durou cerca de seis horas, sempre de forma muito viva e participada, verificaram-se inúmeras intervenções muito diversificadas, onde os militantes mostraram sentir de forma especial a importância do 16.º Congresso para o futuro do PCP. A Assembleia elegeu como delegados efectivo e suplente ao Congresso respectivamente Alfredo Stoffel e Rui Paz.

No que respeita à Assembleia de Organização, coube a Rui Paz apresentar o balanço de actividades do Organismo de Direcção cessante, motivando, de novo, um debate muito participado e com intervenções de camaradas de várias organizações regionais, tendo o relatório sido aprovado por unanimidade.

Os comunistas portugueses residentes na Alemanha aprovaram, ainda, como linhas prioritárias para a sua acção futura, uma atenção especial à luta pela resolução dos problemas que afectam o ensino da língua portuguesa, o aprofundamento do diálogo com os jovens lusodescendentes, a dinamização do movimento associativo e o apoio e mobilização da Comunidade Portuguesa para a eleição dos seus representantes no Concelho das Comunidades Portuguesas.

A Assembleia, que elegeu por unanimidade o novo ODN, discutiu, ainda, as formas de dinamizar e apoiar na Alemanha a candidatura de António Abreu às eleições presidenciais e a necessidade de nomear os seus mandatários nas várias áreas consulares.

Após a Assembleia, realizou-se um jantar de confraternização a que se seguiu um espectáculo de música e bailado com a jovem artista lusodescendente Cindy Miranda, acompanhada de seu pai, Fernando Miranda, actor e criador dos cenários.

António Abreu, em Paris ouve queixas da comunidade portuguesa

Mais apoio ao ensino do português

António Abreu esteve em França, na região de Paris, onde participou, durante dois dias, num intenso programa de contactos com a comunidade portuguesa que, pela primeira vez, irá votar nas eleições presidenciais.

Nesta sua primeira deslocação à emigração, António Abreu privilegiou o contacto com o movimento associativo, culminando a sua estada com um jantar em Bezons, onde participaram cerca de 450 pessoas, uma iniciativa promovida pela Associação dos Originários de Portugal e que teve a participação do presidente da Câmara Municipal.

António Abreu começou por visitar, no primeiro dia, a rádio Alfa onde, entrevistado por Artur Silva, respondeu a questões muito diversas, desde as razões da sua candidatura, à situação nacional e às propostas que mais directamente dizem respeito às comunidades portuguesas.

Em seguida esteve na sede da Coordenadora das Colectividades Portuguesas de França (CCPF) onde, em reunião com alguns dos seus dirigentes, se inteirou do intenso trabalho desenvolvido por esta estrutura, com 200 associações portuguesas filiadas.

O movimento associativo desempenha um papel importantíssimo

Mais tarde, em Pontault Combault, o candidato do PCP visitou a Associação local, participando num debate com muitos jovens que lhe colocaram diversas questões relacionadas com Portugal e as propostas do candidato para as comunidades portuguesas.

No final da noite, António Abreu deslocou-se a Bobigny onde interveio numa festa promovida pela Associação dos Originários de Portugal.

Governo despreza CCP

No dia seguinte, em Plaisir, António Abreu visitou a Casa de Portugal - uma obra da comunidade portuguesa com o apoio da autarquia local -, onde reuniu com membros da Secção de França do Conselho das Comunidades Portuguesa (CCP) que lhe manifestaram as suas preocupações pelo desprezo que o Governo português tem votado ao CCP e pela sua falta de apoio ao ensino do português e ao movimento associativo. Após a festa promovida pela Casa de Portugal, onde proferiu uma intervenção, o candidato visitou ainda a Associação Franco-Portuguesa e o Centro Cultural Português, existentes em Argenteuil, e a Associação Cultural em Neuilly.

Nestes contactos, o candidato teve oportunidade de referir um conjunto de medidas e propostas do PCP dirigidas à comunidade portuguesa, entre as quais «um programa de qualificação e de expansão do ensino da língua e da cultura portuguesas», implicando, naturalmente, «mais investimentos e recursos humanos» e «um muito maior apoio» por parte do Estado português ao movimento associativo, reconhecendo-lhe o «papel importantíssimo» que desempenha «na promoção e divulgação da língua e cultura portuguesas» e na resolução de alguns problemas «que o próprio aparelho de Estado não resolve». António Abreu defendeu, ainda, «a reforma de todo o aparelho consular, no sentido de dar uma resposta mais conforme com as necessidades».

O candidato, que nestas suas deslocações esteve sempre acompanhado por António Topa, mandatário da candidatura em França, e de João Armando, mandatário para as Comunidades Portuguesas, apelou ainda aos portugueses que vivem e trabalham em França a inscreverem-se nos cadernos eleitorais, até ao final de Dezembro, para que possam votar nas eleições autárquicas que vão ter lugar neste país em Março do próximo ano, considerou «desejável que os portugueses participem nas eleições nas localidades onde vivem e trabalham», assumindo plenamente «os direitos políticos e exercício desses direitos».

CAMARADAS FALECIDOS

António Agudo da Conceição

Faleceu no dia 8 de Novembro, com 78 anos, o camarada António Agudo da Conceição. Fez parte do organismo de direcção da ex-6.ª Zona da Cidade de Lisboa, com a responsabilidade dos Fundos.

António de Sousa Castro

Após doença prolongada, faleceu com 68 anos de idade, o camarada António de Sousa Castro, reformado dos SMGE/Porto (actual EDP), onde foi dirigente da estrutura associativa do pessoal da empresa. Praticante de hóquei em campo no FCP foi, depois, dirigente distrital e nacional da modalidade. Sempre interessado no desenvolvimento da sua terra, foi fundador e sócio n.º 1 da Associação Desportiva de Grijó. Eleito pela CDU, desempenhou, no anterior mandato, o cargo de Presidente da Assembleia de Freguesia de Grijó. Camarada muito dedicado ao Partido, desempenhou ao longo de anos e enquanto a saúde lhe permitiu, as mais diversas tarefas partidárias, tendo pertencido à Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia durante muitos anos. O seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar, nele participando, para além de inúmeros camaradas e amigos, representantes da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia, da DORP e da Comissão Política do PCP.

Armando Mendes Moreira

Faleceu, no passado dia 12, o camarada Armando Mendes Moreira, de 67 anos, natural de Cabo Verde. Era membro do Partido desde 1979, tendo feito parte da Comissão de Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, onde mostrou sempre grande empenho nas causas dos trabalhadores, nomeadamente na defesa das populações de origem africana. Estava organizado na célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Almada.

Henrique José Alfaia Paiva

Faleceu, no dia 4 de Novembro, com 72 anos de idade, o camarada Henrique José Alfaia Paiva. O camarada militava na organização de freguesia de Mafra.

José Rosado Boino

Após doença prolongada, faleceu, no dia 6 de Novembro, com 81 anos de idade, em Alverca do Ribatejo, o camarada José Rosado Boino, natural de Santo António de Alcórrego, Avis. Destacado antifascista, aderiu ao PCP nos princípios dos anos 50, inserindo a sua militância fundamentalmente na luta dos trabalhadores rurais alentejanos pela conquista das 8 horas de trabalho diário e na organização clandestina do Partido em Avis e Benavila. Participou nos trabalhos do 5.º Congresso. Motivos económicos e o cerco da PIDE levaram-no a emigrar para França, onde esteve até 1973. Com o 25 de Abril imediatamente voltou a inscrever-se na organização do Partido na freguesia de Alverca, onde residia.

Júlio Norberto Anciães Monteiro Cunha Azevedo

Com 75 anos de idade, faleceu, no dia 22 de Outubro, o camarada Júlio Norberto Anciães Monteiro Cunha Azevedo, arquitecto. Era membro da Organização Concelhia de Esposende do PCP e foi candidato da CDU à presidência da Câmara Municipal de Esposende em 1997.

★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Em Évora

No conjunto de iniciativas que está a realizar por todo o país, para se inteirar de questões de importância nacional a que deverá dar particular atenção, António Abreu foi recebido na semana passada pelo executivo da Câmara Municipal de Évora, designadamente pelo seu presidente, Abílio Fernandes, e pelo vereador Carmelo Aires, que o informaram sobre os principais projectos estruturantes regionais que estão a ser preparados para os próximos tempos.

Acompanhado de Raimundo Cabral e Diamantino Dias, dirigentes regionais do PCP, António Abreu pôde, assim, aperceber-se da importância do Parque de Feiras e Actividades Económicas de Évora, da transformação do Rossio de S. Brás numa grande praça que acolherá a Biblioteca Pública de Évora, o Arquivo Distrital e do auditório para congressos, da requalificação do Centro Histórico e o seu exterior junto às muralhas, assim com da transformação de Évora numa cidade digital, facilitando a acesso ao maior número de pessoas à mais variada informação e serviços.

Abílio Fernandes sublinhou duas questões para si de grande importância: o inovador princípio da equidade introduzido no Plano de Urbanização de Évora, trazendo mais justiça no que diz respeito à avaliação do valor dos solos, e a definição das áreas prioritárias de execução, que se traduzirá por uma mais eficaz e rápida requalificação de determinadas zonas.

Por sua vez, António Abreu desejou sucessos ao trabalho da Câmara de Évora - «exemplar do ponto de vista do Poder Local» - e deixou os seus cumprimentos aos restantes membros do executivo que, por motivos profissionais, não puderam recebê-lo, finalizando a visita a Évora com uma breve passagem pelas Termas Romanas, localizadas no subsolo dos Paços do Concelho.

Na Associação de Sargentos

A pedido da sua candidatura, António Abreu foi recebido em audiência pela Direcção da Associação Nacional de Sargentos. Esta audiência insere-se num conjunto de contactos visando auscultar problemas, preocupações e aspirações relacionadas com a Defesa Nacional e as Forças Armadas.

Contestação ao anúncio de encerramento da empresa

Siderurgia faz falta ao País

O anunciado encerramento oficial da Siderurgia em 31 de Março do próximo ano está a suscitar uma reacção de repúdio entre os trabalhadores e suas organizações representativas. Em causa, alertam, está o direito ao trabalho mas também o futuro de uma indústria fundamental para o desenvolvimento nacional.

A exigência de medidas concretas que permitam a viabilização da indústria siderúrgica tem sido uma das tónicas das sucessivas diligências feitas pelas ORT's da empresa e pela federação sindical (Fequimetal) junto do Governo. Querem saber, concretamente, quais as medidas que aquele pensa adoptar no sentido de garantir a continuidade da indústria siderúrgica em função dos interesses do País e da defesa do direito ao trabalho e do emprego.

O Governo tem de garantir o respeito pelos direitos dos trabalhadores

Até ao momento - quando se está a cinco meses da data prevista para o encerramento da empresa - o Executivo continua a fechar-se em copas e a não dar explicações cabais sobre as suas intenções. O que levou já o Grupo Parlamentar do PCP, perante as questões em aberto, a pedir explicações ao Governo. Em requerimento subscrito pelo deputado comunista Vicente Merendas, dirigido ao Ministério da Economia, questionadas são as medidas alternativas que este preconiza para fazer face à gravidade da situação. Como pensa, nomeadamente, garantir a manutenção deste sector essencial ao País, bem como assegurar o direito ao trabalho e o respeito pelos direitos dos trabalhadores.

A Siderurgia Nacional Empresa de Serviços, S.A., dedica-se à produção de materiais siderúrgicos por via integrada (transformação do minério em aço) como matéria-prima predominante (biletes) para a Siderurgia Nacional - empresa de produtos longos e outros serviços. Com 894 trabalhadores em Dezembro de 1999, viu esse número reduzido para 835 em Junho último, com um índice etário médio de 49 anos.

***Exige-se** do Governo a apresentação de medidas que viabilizem a Siderurgia*

De capitais exclusivamente públicos, recorde-se, é uma das empresas que resultou do desmembramento da ex-Siderurgia Nacional, EP e ulterior reprivatização de algumas das suas unidades produtivas.

Este processo foi levado a cabo por um dos governos do PS dirigidos por Mário Soares, numa decisão já então vivamente contestada pelo PCP que a considerou profundamente negativa para o Estado e para os trabalhadores.

Orçamento em debate na especialidade

Contra as orientações neoliberais

O Orçamento do Estado para o próximo ano foi marcado em debate na generalidade por fortes críticas tanto pelas orientações gerais e prioridades nele definidas como pela estratégia de viabilização adoptada pelo Governo. A discussão está agora em sede de especialidade, onde, desde segunda-feira, os deputados procedem à sua apreciação no capítulo das despesas. Uma nova fase da discussão sobre a qual pairam ainda os ecos da avaliação negativa feita na passada semana às principais opções do Executivo.

***O Orçamento** aprofunda o caminho da privatização, em prejuízo da saúde dos portugueses*

E que justificaram, no caso do PCP, um inequívoco voto contra um Orçamento que em «questões estruturantes para a economia do País», como sublinhou no debate de encerramento o deputado Lino de Carvalho, adopta soluções que o Governo sabia de antemão «serem intoleráveis para o PCP e prejudiciais ao País». Estão neste caso as políticas de privatizações, de rendimentos e preços, e as políticas sociais, qualquer delas, na opinião da bancada comunista, prejudiciais para os trabalhadores e o País.

Como tratou de demonstrar o deputado Bernardino Soares ao sublinhar, em resposta à afirmação do Primeiro-Ministro de que há aumento da despesa social neste Orçamento, que muito do que está orçamentado como tal «não é na verdade encaminhado para as prestações sociais».

O deputado comunista exemplificou com o caso do Ministério da Saúde, não hesitando em afirmar que «boa parte dos dinheiros que o Orçamento da Saúde comporta vão direitinhos para os bolsos do capital económico». Fundamentando, lembrou a injecção de mais de 277 milhões de contos para limpeza da dívida no Orçamento de 1999, valores estes que, acusou, «foram rapidamente devorados pelo grupos privados dos medicamentos, das farmácias, dos equipamentos, dos convencionados ou dos meios complementares de diagnóstico».

Descalabro financeiro, que, ao manter-se no Orçamento para 2001, como alertou Bernardino Soares, «não pode ser visto de forma inocente», já que traduz uma estratégia clara de degradação do Serviço Nacional de Saúde «para abrir caminho à almejada privatização, exigida há muito pelos interesses económicos que mais ordenam neste sector».

O anunciado rigor da política de saúde invocado pelo Governo - num quadro em que persistem os problemas e se mantêm deficientes níveis de prestação nos cuidados de saúde - mais não é, pois, do que «seguir rigorosamente, em passo ordeiro mas rápido, as orientações neoliberais para o sector».

Orientações estas que podemos igualmente encontrar na área da educação, onde igualmente se assiste a uma «privatização encapotada à custa dos dinheiros públicos» a par de uma política de educação vincadamente elitista que «caminha no sentido inverso ao da democratização do acesso ao ensino».

Trabalhadores da Armadis sob ameaças e pressões

Inadmissíveis ameaças e pressões estão a ser exercidas pela administração da empresa Armadis sobre os seus trabalhadores. O clima de intimidação visa levar os trabalhadores a rescindirem os seus contratos de trabalho e a aceitarem o desemprego. Não faltaram inclusive as tentativas de despedimento, o que está a causar sérios problemas familiares e psicológicos nos trabalhadores, tendo levado alguns a abandonarem a empresa.

Contra esta atitude da Armadis, vocacionada para armazenagem e distribuição dos produtos da Lever, se manifestou já o Grupo Parlamentar do PCP, exigindo do Governo a adopção de medidas tendentes não apenas a impedir que prossigam as ameaças como a que sejam integralmente cumpridos os direitos dos trabalhadores.

Em requerimento recentemente enviado ao Ministério do Trabalho questionado é o que o Executivo pensa fazer para que as empresas envolvidas neste processo (Armadis, Tibbett & Britten e Lever) assumam as suas responsabilidades. No texto, subscrito pelo deputado comunista Vicente Merendas, chama-se particularmente a atenção para a necessidade de serem assegurados os postos de trabalho, nos termos da convenção colectiva aplicável e do acordo de transferência.

Transferência de trabalhadores entre empresas que está na origem de toda esta situação. A história remonta a 1992, data em que a Armadis, situada no Carregado, foi criada pela Lever no quadro de uma estratégia do grupo de autonomização da actividade comercial em relação à produção.

Aos trabalhadores que laboravam na área comercial da Lever e transitaram para a Armadis foi garantido, na altura, que manteriam todos os seus direitos e regalias, mesmo em caso de cessação de actividade ou falência desta última empresa, cenário em que seriam integrados nos quadros de pessoal da empresa que viesse a assumir este serviço ou nos da Lever.

Tais garantias, como lembra Vicente Merendas, foram reiteradas em 1994 pelo presidente da Tibbett & Britten, em comunicação dirigida aos trabalhadores, aquando da integração da Armadis naquela multinacional.

Às promessas, contudo, não corresponderam os actos. A Tibbett & Britten absorveu parte da actividade da Armadis, no plano da armazenagem e distribuição dos produtos Lever, mas passou a exercê-la só com pessoal subcontratado, a quem paga baixos salários e sonega direitos.

Posteriormente, a Tibbett & Britten decide cessar a actividade da Armadis, resultando claro que nos seus objectivos estava inscrita a tentativa de se livrar desses trabalhadores efectivos para a seguir admitir outros para os mesmo lugares mas com contratos precários e com menores salários e direitos, desrespeitando assim o acordo de transferência no qual se estabelecia que os trabalhadores da Armadis veriam sempre garantido os seus postos de trabalho fosse nesta ou fosse em qualquer outra empresa que absorvesse a sua actividade.

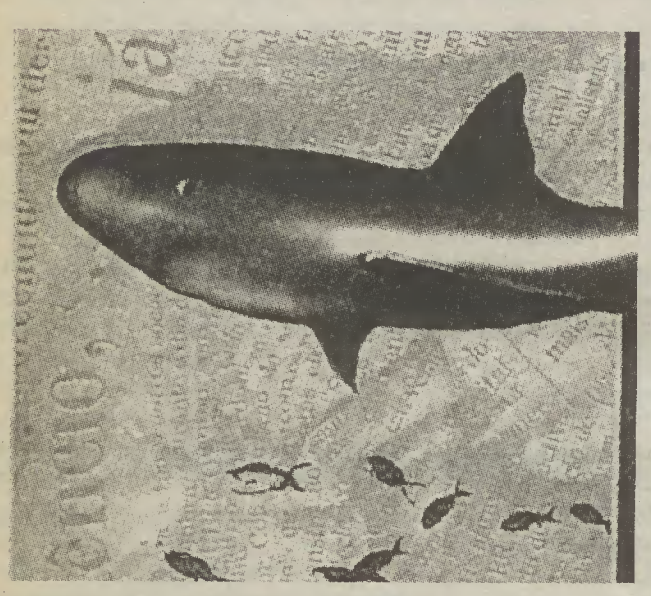
Entendendo estar-se perante uma manobra «escandalosamente fraudulenta e afrontosa das mais elementares regras democráticas e da boa-fé», Vicente Merendas acusa a Tibbett & Britten de procurar «iludir as leis portuguesas», considerando ainda que o seu comportamento desrespeita os acordos estabelecidos em prejuízo dos trabalhadores e da Segurança Social.

A concentração mediática

• António Filipe

A recente aquisição do grupo Lusomundo pela Portugal Telecom e o anúncio de que estaria em negociação uma parceria estratégica para a comunicação social entre a Impresa (grupo Balsemão) e a Sonae de Belmiro de Azevedo trouxeram de novo à ribalta o gravíssimo problema da concentração de meios de comunicação social nas mãos de um cada vez mais reduzido número de grupos económicos, tornando o sector da comunicação social cada vez mais dependente do poder económico e das estratégias empresariais dos grupos que o controlam.

Antes destas operações, a concentração da comunicação social já assumia em Portugal contornos muito graves. Diversos estudos, elaborados quer pelo Sindicato dos Jornalistas, quer no plano académico (veja-se a notável obra "Os Jornalistas e as Notícias", de Fernando Correia) alertavam já há alguns anos para os perigos sérios que o grau de concentração atingido comportava para o pluralismo e para a independência da comunicação social, e mais ainda para a liberdade de imprensa e para a liberdade de expressão dos jornalistas.



Com estas operações, a situação agrava-se ainda mais. Um facto muito sintomático dos perigos que estas operações comportam ocorreu curiosamente no próprio dia em que elas foram notícias. Entrevistados na RDP acerca dos eventuais perigos destas operações de concentração, tanto o director de um jornal do grupo Lusomundo como o subdirector de um jornal do grupo Balsemão subestimaram tais perigos quanto ao jornal em que trabalham, mas não deixaram de alertar para os perigos de subordinação dos jornais da concorrência aos interesses dos respectivos grupos económicos. Sintomático e ao mesmo tempo muito preocupante.

O que hoje se verifica é que os mesmos grupos multimédia possuem interesses a todos os níveis da comunicação social, desde as telecomunicações até à imprensa regional. No caso da Portugal Telecom, este grupo passará a deter interesses nas redes de comunicações fixas e móveis, na televisão por cabo e por feixes hertzianos, na rádio, na imprensa escrita de âmbito nacional e mesmo na imprensa regional, na distribuição cinematográfica e videográfica, entre outras áreas de negócios.

Acontece que é precisamente neste quadro que o Governo, e em particular o Secretário de Estado da Comunicação Social, ao mesmo tempo que permanecem na mais absoluta indiferença em relação a esta preocupante evolução, reafirmam o propósito de acabar com o porte pago a 100% para a imprensa regional.

Os argumentos são os que já foram utilizados quando há cerca de 5 anos atrás o Governo PS fez a primeira tentativa - nessa altura gorada - de impor medida semelhante: Que há muitos abusos; que há órgãos de comunicação social que quase não têm assinantes e oferecem milhares de exemplares a assinantes fictícios à sombra do porte pago; que este benefício não existe noutros países europeus. E assim sendo, o Governo, sabendo ou desconfiando que há abusos (e não custa nada admitir que existam abusos a que urge pôr cobro), não trata de saber como detectar tais abusos e como os combater. Vai por uma solução muito mais simples e radical que é prejudicar todos por igual. Corta-se 10% no porte pago, quer aos abusadores, quer aos que trabalham seriamente e com grandes dificuldades para manter viva a imprensa regional. Como se costuma dizer, paga o justo pelo pecador. E portanto, para quem abusa do porte pago, reduz-se a margem de lucro, mas a fraude continua a compensar. Mas para quem trabalha com seriedade, aumentam os encargos fixos do jornal, aumenta o preço da assinatura, crescem as dificuldades que já são muitas.

Num quadro extremamente adverso para a imprensa regional, mas em que esta continua a desempenhar um papel de enorme importância, não apenas como porta-voz insubstituível de interesses locais, mas, hoje cada vez mais, como espaço de liberdade e diversidade de opinião, a atitude do Governo não vai, como deveria, no sentido de reforçar os apoios à imprensa regional desde que os órgãos a apoiar cumprissem objectivamente determinados requisitos de qualidade e profissionalismo. No entanto, a atitude do Governo é a inversa. E então, como se não bastasse aparecerem os grupos económicos a comprar títulos, como aconteceu com o *Jornal do Fundão*, hoje controlado pelo grupo Lusomundo, ou seja, pela Telecom; ou aparecerem os designados "jornais da região", folhetos publicitários gratuitos em forma de jornal, propriedade do grupo Balsemão, que cumprem a função de destruir a imprensa regional através da concorrência desleal; só faltava ser o próprio Governo a contribuir para dar ainda mais machadadas na imprensa regional, levando a água ao moinho dos que estão interessados na concentração da comunicação social nas mãos dos detentores do poder económico.

PRESIDENCIAIS ■ 2001

António Abreu

Iniciativas com o candidato do PCP

Quinta-feira, 16

- em **Braga**, às **12h00**, **encontro com o Reitor da Universidade do Minho** e, às **21h30**, **encontro com jovens**, no **Hotel Turismo**, sobre «A Juventude e as Eleições Presidenciais» e, em **Guimarães**, às **16h30**, no **Hotel de Guimarães**, **encontro com sindicalistas** e outras organizações sociais;

Sexta-feira, 17

- em **Viana do Castelo**, **entre as 11h15 e as 15h00**, **visita aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo**, contacto com os trabalhadores e reuniões com as ORT's e com a Administração, às **16h00**, **encontro com a Comissão Directiva e Técnica do Projecto de Luta Contra a Pobreza** e, às **17h30**, no **Salão Melo Alvim**, **sessão pública** sobre «A Presidência da República e o Desenvolvimento Regional»;

Sábado, 18

- em **Viseu**, **Aldeia da Pena**, às **15h00**, **encontro com Compartes dos Baldios**, **dirigentes** de Associações Humanitárias **de Bombeiros e** outros dirigentes **de organizações sociais** da região sobre «A Desertificação das Regiões do Interior e os Fogos Florestais», e, na **Guarda**, às **20h00**, **jantar** com apoiantes **no Restaurante Monteneve**;

Domingo, 19

- **em Alcochete**, às **13h00**, **almoço**-convívio **de Micro e Pequenos Empresários** de apoio à candidatura, no **Restaurante Gonçalves**;

Terça-feira, 21

- na **Parede**, às **20h30**, **jantar** com apoiantes e apresentação da Comissão de Apoio à candidatura, no **Restaurante Limo Verde** (Rua José Relvas - Parede);

Quarta-feira, dia 22

- na **Amadora**, às **15h00**, **visita à ADTRANZ** (ex-Sorefame) e, na **Damaia**, às **19h30**, **convívio**-beberete com apoiantes, **no Cinema D. João V.**

★

Debate sobre Agricultura

- Em **Estarreja**, na **sexta-feira, 17**, às **14h30**, no **Salão Nobre da Câmara Municipal**, com **Ilda Figueiredo**, deputada do PCP ao Parlamento Europeu

★

Magustos

- **Sábado, 18, às 15h00,** no **Laranjeiro**, no CIRL, com José Caetano do Comité Central e em **Odivelas**, às **16h00**, no **Centro de Trabalho**, com Margarida Aboim, para comemoração do **83.º Aniversário da Revolução de Outubro**.
- **Domingo, 19,** na **Costa da Caparica**, no **Centro de Trabalho**

★

JCP

Sábado, 18

- **Gaia**, às **15h00**, na **Junta de Freguesia de Mafamude**, **debate** sobre **«Revolução de Outubro 1917-2000»**, com **José Casanova**, da Comissão Política, e José Pedro Rodrigues, da DORP, a que se seguirá um **jantar-convívio** no **Centro de Trabalho do PCP**
- **Palmela**, às 14h30, no **ringue de Palmela**, **«derbie»** particular, seguido de um **lanche** servido no **espaço de convívio da JCP de Palmela.**
- **Seixal**, comemoração do **21.º Aniversário da JCP**, no Espaço Jovem da Arrentela, iniciativa de que constará
- às **15h30**, **conversa sobre** a **«Juventude na Sociedade»**, com representantes de graffitis, do Hip-Hop, de Arte e da JCP
- às **19h00**, jantar - **pela noite fora**, entrega dos novos cartões da JCP, magusto com caldo verde e convívio

Domingo, 19

- **Palmela**, às **09h00**, **concurso de pesca**, com muita animação e recompensa para o vencedor.

★

CDU

Sábado, 18, em **Aljustrel, às 10h00,** no **CT do PCP** de Aljustrel, **encontro** com todos os activistas eleitos e não eleitos **para discutir balanço do trabalho e medidas para o futuro** e, ainda, as próximas **eleições autárquicas.**

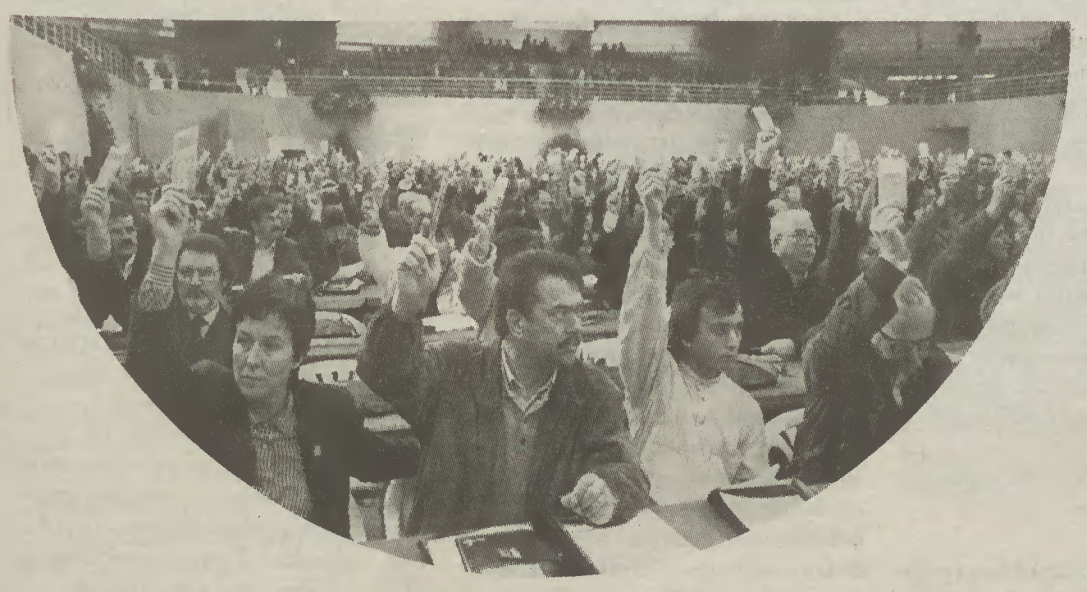
Domingo, 19, em Odivelas, a partir das 10h30, comemoração do 2.º aniversário da passagem de Odivelas a concelho, com música e largada de balões.

Quinta-feira, 23, às **21h00**, **em Maçussa, Azambjua, plenário concelhio**, no **Salão da Junta de Freguesia.**

XVI CONGRESSO

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso



Os textos enviados para esta secção devem ter um máximo de 60 linhas a 60 espaços (3600 caracteres, espaços incluídos). A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de efectuar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Quando e se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários aos textos enviados. De toda a correspondência que contenha propostas de emenda ou sugestões sobre o documento em debate, será enviada cópia para as respectivas comissões de redacção.
A correspondência deve ser endereçada a:
Redacção do «Avante!»
Secção Tribuna do Congresso
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
1600-196 Lisboa
Fax: 217817193
E-mail: avante.pcp@mail.telepac.pt

Reflexões em pé de página

Oriunda da pequena/média burguesia rural, de família antifascista, desde muito nova convivi com a separação das pessoas em função da classe a que pertenciam. Assim era na Escola, na Igreja, no dia-a-dia da aldeia. Estas atitudes incomodavam-me mas nunca as questionava. Provavelmente, pensava eu, a vida era assim e não havia outra forma de estar.

Veio o 25 de Abril e com ele toda a explosão de sentimentos, de generosidade, de solidariedade, de vontade de transformar o mundo.

Acompanhei a extrema esquerda e em 1977, numa empresa metalúrgica, a Corame, fiz a minha opção. Tornei-me militante do Partido. E ali, na Célula da Corame, tendo por professores os operários, dei os primeiros passos no ganhar de consciência que é possível transformar o mundo, que no trabalho colectivo reside a nossa força e na necessidade de uma única orientação e uma única direcção central, arma imprescindível para enfrentar os nossos inimigos de classe. Tomei consciência que a sociedade estava efectivamente dividida em classes e que enquanto o mundo assim permanecesse haveria sempre injustiças e desigualdades, ricos e pobres, quem vivesse no maior luxo enquanto a maioria apenas sobrevivia.

O que mudou de então para cá? O mundo melhorou? Já não há oprimidos, explorados e exploradores? A sociedade já não está dividida em classes? Os operários, empregados, intelectuais têm os mesmos direitos que os cidadãos Champalimaud e exercem-nos?

Atingimos o pleno emprego, ampliaram-se os direitos dos trabalhadores, não existe precariedade, os salários cresceram, permitindo que todos vivam dignamente? Já não há despedimentos por razões meramente economicistas?

As multinacionais não têm mais poder que os próprios Estados?

Às portas do 3.º milénio, apesar dos impressionantes progressos científicos e técnicos, a verdade é que uma parte substancial da Humanidade apenas continua a sobreviver, sem que os direitos básicos, inerentes à sua condição de **ser humano**, lhes sejam reconhecidos.

Que alternativa a esta sociedade? Gerir o capitalismo, procurando aqui e ali melhorar alguma coisa, procurando tornar mais leve o pesado fardo que carregam milhões de trabalhadores ou transformar o mundo?

As Teses fazem a análise à sociedade em que vivemos, caracterizam-na de forma suficientemente realista, apontam caminhos e afirmam um claro sentido de alternativa política. Complementam muito bem os estatutos e o programa do Partido, deixam bastante clara uma ideia de Partido, isto é, solidificam um Partido de causas e de projecto mas também um Partido sorvendo ideias na classe que o apoia e que é a sua razão de ser.

Por isso – e também por outras razões que não cabem nesta carta – estas Teses têm o meu apoio.

Devem ser um elemento de trabalho para ser levado à prática nos próximos anos.

É natural que outros caminhos se apresentem em decorrência de outras análises. Por exemplo, nesta tribuna, o camarada João Amaral assim o afirmou. Mas não será que dali surgem mais elementos de branqueamento do capitalismo do que outra qualquer coisa?

Uma outra questão se me afigura extremamente importante e de difícil resolução.

Será ainda possível restabelecer a confiança em camaradas que têm vindo a atropelar as regras que democraticamente foram aprovadas no XV Congresso, sendo que alguns têm responsabilidades acrescidas pois são membros do CC ?

E que significará para o camarada João Amaral a frase que a seguir transcrevo, produzida na carta publicada na «Tribuna do Congresso»: «Apesar dos apertados limites impostos aos membros do CC...» Não houve discussão dos documentos apresentados, propostas alternativas e propostas de alteração? Não houve lugar a votação? Os documentos aprovados recolheram ou não a maioria dos votos? É ou não verdade que as Teses em apreciação foram aprovadas com 2 votos contra e 14 abstenções?

A composição do próximo Comité Central e dos seus organismos executivos afigura-se-me de grande importância. Pelo momento que atravessamos podemos legitimamente concluir que não basta aprovar Estatutos, Programa ou Resolução Política. As mulheres e os homens a quem vamos confiar o poder, têm que ter dado provas de levar à prática as orientações aprovadas independentemente de terem expressado opinião diferente e por ela se terem batido.

Maria Rita Magalhães
Cacilhas

Exijo ter opinião (2)

Esta forma de organização leva a um enfraquecimento político do Partido, porque estes órgãos de direcção não reflectem, porque não as representam, as bases do Partido. Cada vez mais o caminho deve ser a eleição directa e democrática de todos os órgãos de direcção, pondo fim a estas formas de manipulação e descaracterização que apenas servem para perpetuar o poder nas mãos de quem o exerce de forma autista e sectária e que acabará por conduzir o Partido a um abismo sem regresso. É tempo de dizer basta, é tempo de cada militante assumir que a sua opinião vale tanto como a daqueles que falam em nome do Partido, esquecendo que o PCP não é uma entidade supra-humana mas apenas o conjunto de todos nós. Portanto se falar em nome do Partido é falar em meu nome, **exijo ter opinião**.

Quanto à dita «campanha da imprensa burguesa», quero apenas dizer que se não fosse a imprensa, continuava sem saber que ao longo do País há outros camaradas que discutem e se interrogam acerca do futuro do nosso Partido.

Afinal, a quem assusta a transparência? A mim não.

Não tenho medo que se saiba que os comunistas estão a discutir o seu futuro de forma activa e empenhada. Pelo contrário, acho que o povo português gosta de saber que o PCP é constituído de homens e mulheres com opinião. A dita «campanha», que resulta da existência de uma liberdade de imprensa (malvista por alguns), confundida sem critério como uma «central de informação» sinistra e malévola que age concertadamente e de forma conspirativa contra o PCP, deve ser encarada como normal e devemos ficar satisfeitos por ver que o País acompanha com expectativa a discussão interna de um Partido que é fulcral para a sociedade portuguesa.

Nesta encruzilhada que é o XVI Congresso, temos que ter a honestidade de procurar o melhor caminho para o PCP, acabando desde já com os rótulos e promovendo uma discussão séria com todos os camaradas com opinião, porque senão fizermos corremos o risco de assistir a uma clivagem, que pela sua dimensão, pode marcar o PCP de forma irremediável.

Vamos fazer com que o Congresso não seja um auto de fé, mas sim um verdadeiro fórum de debate das ideias de todos os comunistas e não apenas daqueles que possuem a capacidade de controlar a informação. As propostas de alterações das Teses, devem ser apresentadas ao Congresso e não ao lápis azul da comissão de redacção, que não pode substituir a discussão colectiva.

Adelino Chapa
Palmela

Mais influência

Todos sentimos haver hoje um clima de suspeição no Partido, a que urge pôr cobro. Não se pode tolerar que sejam apelidados uns de ortodoxos ou obreiristas e outros de renovadores não-comunistas, muitos camaradas que apenas expressam livremente os seus pontos de vista. Estamos a viver um período pré-congressual, logo, todas as ideias, dúvidas e interrogações são de aceitar. Mais, os que têm essas ideias, têm não só o direito como até o dever de as apresentar, para que, após uma ampla circulação da informação, todo o colectivo sobre elas possa reflectir.

O mesmo deve ser dito relativamente ao clima de rejeição dos segundos (uma vez que dos primeiros - ortodoxos e obreiristas - nunca vi nem ouvi qualquer atitude de exclusão), que igualmente deve ser imediatamente erradicado. Não é aceitável que, face a notícias de dirigentes que abandonam ou pretendem abandonar a direcção, surjam camaradas que respondem que não fazem cá falta nenhuma porque se saem é porque já não são comunistas, e só fazem falta os que cá estão. Por mim fico profundamente entristecido com este comportamento.

Não só porque todos somos precisos para continuar o nosso combate de sempre, como também porque se trata de camaradas com muitos anos de dedicação ao Partido, verdadeiros «revolucionários», que jamais mereceriam este tipo de comentários.

Como pode um comunista ficar contente, ao saber da dita(?) indisponibilidade para continuar de dirigentes como José Soeiro, Carlos Luís Figueira, António Lopes ou Helena Medina? Quando destacados membros do PCP, ao que se diz alegando divergências, pretendem deixar as tarefas e abandonar a funcionalização depois de dezenas de anos de dedicação ao Partido a tempo inteiro, então, caros camaradas, muita coisa vai mal no PCP. E o que é pior, é que a esmagadora maioria dos seus muitos milhares de militantes não sabe de nada, senão através dos jornais. E naturalmente que tudo isto me deixa profundamente inquieto.

O PCP tem uma política alternativa, mas por si só, não é alternativa política. Precisamos de ter mais influência. Precisamos de ter força suficiente para influenciar o poder de modo decisivo. Existimos para servir. Para intervir dia-a-dia, para tornar melhor a vida das pessoas. Como consegui-lo? Como conseguir a alternativa? Com que configuração? Repararam nas recentes declarações de Cavaco Silva sobre a dificuldade em explicar à Europa uma reforma fiscal com o apoio dos comunistas? E a sua insistência para que se extingam serviços públicos e se entregue a gestão dos hospitais à

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

iniciativa privada? É o regresso da política ultraliberal com laivos de salazarismo.
Eu não quero que o Partido chegue ao poder a qualquer preço, porque há valores que não se vendem por preço nenhum. Mas também não desejo um Partido tão pequenino que não sirva para nada. Recordo-me muitas vezes, do dia em que o saudoso Ângelo Veloso disse a uma delegação do DKP (PC da RFA) e cito de memória: «vocês são muito marxistas-leninistas, muito alinhadinhos, mas a verdade é que no vosso país não têm influência nenhuma». Ora eu não quero um PCP muito certinho mas com o votos da UDP. Quero um Partido forte, activo, actuante, interveniente, renovado, que pela sua força e a sua influência ajude o povo a viver melhor, ao fim e ao cabo é o que quererá a esmagadora maioria dos comunistas, mesmo aqueles que têm opiniões dissonantes e que injustamente são acusados de não-comunistas.
Termino, citando Luís Sá: «...sentimos a necessidade de encontrar novos caminhos, de aprender, de criar novas vias de libertação humana, os problemas estão em aberto e chamam por nós. É por isso que está aqui presente uma opção decidida pela esquerda, pela revolta, pela luta. A nossa opção é por não calar em campo nenhum da vida. E se a nossa luta nem sempre produzir resultados imediatos, ficar-nos-á a profunda serenidade da consciência tranquila. Vamos inventar o futuro, sem cartilhas, bíblias ou corões, optando antes pela descoberta, a investigação, o debate, o pensamento livre, como base da invenção do futuro. Lutamos, somos livres e não abdicamos. As dificuldades são muitas. Mas o nosso empenho na luta pela dignidade humana fará de nós sempre os que têm um lugar importante entre os que cantam, quando outros se calam».

Artur Ribeiro
Porto

A Internet não é «panaceia»

A Internet, a tal rede que liga o mundo, a partir dos Estados Unidos da América, e sob o controlo destes, a meu ver, é um instrumento de acesso, à informação, cultura, troca de informação e de conhecimentos, sendo em cada dia, mais generalizadamente, instrumento de trabalho.
Mas a Internet, a meu ver, é, essencialmente, instrumento de domínio, de colonização, de imposição de modelos, gostos, de provocação de necessidades, numa palavra de «uniformização» e «unicidade», essencial à afirmação da «globalização imperialista» em curso.
Dizer que a Internet democratiza o acesso à informação, é meia verdade, talvez nem tanto, porque apenas uma pequena parte da população tem acesso ou terá condições de acesso.
Os grupos menos favorecidos, países e regiões inteiras, não têm, nem terão acesso à rede.
A lógica que não questiona a democracidade da participação de cada vez menos americanos na eleição do Presidente – acentuando a minoria eleitoral – que aprova a opção, imposta pela grande comunicação social orientada e paga pelos grandes interesses económicos e financeiros, é a mesma, que também no acesso à rede, acha normal que milhões e milhões que não têm e não terão acesso, não contam...
Para haver democracia e ser democrata, basta que alguns tenham e se exprimem com eco público e os interesses económicos, financeiros, políticos e ideológicos do capital, sejam intocados.
A Internet, não é a panaceia, que resolva os problemas de melhor emprego, de qualidade de emprego, da valorização dos salários, qualificação e carreiras, de combate às desigualdades, ao contrário do que é dito pelo Primeiro-Ministro, Eng. Guterres.
A «rede» é mais um sofisma que este Governo usa, evidenciado pela circunstância do Senhor Primeiro-Ministro, ele próprio, dizer não «ligar» muito à rede.
Mas pela experiência, embora pontual, pode dizer-se, com alguma margem de segurança, que a generalização do uso da rede, para as comunicações profissionais, reduz o volume e qualidade de emprego, especialmente, se não for acompanhada, duma significativa redução dos horários de trabalho.
Naturalmente, sendo a Internet, um instrumento de trabalho, que facilita muito o acesso à informação, deve ser implantado e ensinado nas escolas – a professores e alunos – constituindo um direito dos jovens e um instrumento para poderem trabalhar, mais atractivo e interessante para jovens estudantes e professores.
Proponho que as Teses acolham algumas destas ideias e opiniões.

Manuel Guerreiro
Setúbal

Ideologia-bola-de-cristal

Deixaram-me preocupada estas Teses que são mais um relatório de actividades que a ponderação dos desafios e tarefas do PCP para os próximos anos. Ao justo diagnóstico dos crimes do capitalismo segue-se a previsão determinista da sua superação, já no século XXI, sem examinar, com profundidade, formas renovadas e eficazes de inverter e transformar a conjuntura presente.
Lembrar a inestimável luta e os frutos do movimento comunista e revolucionário não justifica a alusão apressada aos desastres e desilusões que ele também trouxe e a referência, sem exemplos, a «ensinamentos das [suas] experiências positivas e negativas» (1.3.18). Por outro lado, não é preciso qualificar como «genial» a análise de Marx para o termos como matriz aperfeiçoável de pensamento e acção, ela que, no séc. XX, suscitou reinterpretações e apropriações fascinantes, abertas à nossa revisitação crítica, a começar obviamente em Lénine.
Vivemos a financeirização da economia e a acumulação do capital pela exclusão (e até a escravatura) de uma maioria crescente de pessoas, a mudança na organização das empresas e a recomposição social da classe operária, o fascismo pluralista e a revolução informacional, processos cujos efeitos mal conseguimos avaliar em toda a escala. Será que estamos seguros da nossa razão, confiando que a evolução actual desenha uma linha recta e unidireccional, uma caminhada «mais complexa, acidentada e demorada que o previsto» (1.1.58), na senda próxima da superação revolucionária do capitalismo? Prevista por quem? De que lugar privilegiado e imune à História se pode alcançar uma panorâmica tão absoluta sobre a etapa histórica em que estamos?
Mas mais: temos mesmo em conta os debates dos múltiplos movimentos anticapitalistas e de esquerda de hoje? Serão todos insignificantes ou desviantes com ambição de um poder rosa-caviar? Reduz-se a ecologia a um sumaríssimo subponto (cf. 1.3.9.6. e 1.2.10), como brincos decorativos, no nosso discurso, quando o entendimento da economia e das relações sociais em tudo se articula com a concepção integrada do planeta? Porque não se analisam melhor os movimentos cívicos, associativos e culturais, de defesa do ambiente, do território e dos direitos das minorias, que não se encaixam nos esquemas clássicos da estrutura sindical ou partidária? No passado, muita da energia dos comunistas veio da capacidade de integrar e aprender com as movimentações sociais mais inovadoras e subversivas.
O PCP não é um partido de gestão corrente mas um marinheiro de longo curso, pelo que não pode menorizar o apuro dos instrumentos de análise e o debate ideológico, em que a maioria dos militantes não tem participado. Não serão certamente cursos intensivos, a preparação efémera de um congresso e, menos ainda, a diluição de organismos intelectuais que resolverão as nossas debilidades. É entre nós, na inteligência de fazer frutificar o trabalho unitário, dentro e fora da CDU, nos media (partidários ou não) e numa organização do partido mais participada, informada e descomplexada com as diferenças internas de opinião, que se estimula a discussão e a criatividade dos militantes.
As previsões futurológicas pressupõem que se está num PCP-fortaleza, apesar da queda dos muros, quando, a meu ver, estamos juntos no PCP por causa dos muros e das necessárias quedas que a seguir virem. Não precisamos de anunciar a felicidade ao mundo em deriva, porque, como comunistas, podemos e temos de ajudar, com outros, a conquistar terreno à infelicidade de todos.

Carina Infante do Carmo
Faro

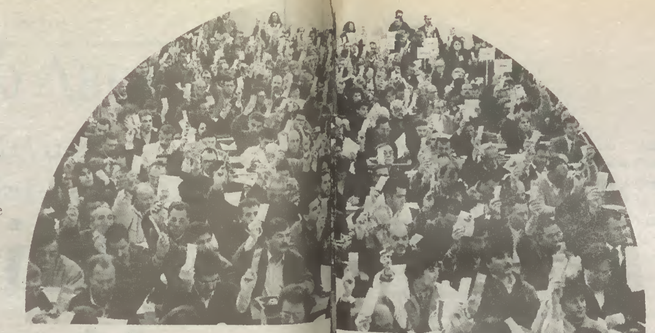
Para pôr fim à suspeição

Alguns camaradas parecem ignorar, ou pelo menos esquecer, a essência do capitalismo e a sua efectiva prática no nosso país, embora sem a violência que já teve, e noutros lugares, onde se comporta com toda a sua brutalidade. A sua história caracteriza-se por dezenas de milhões de mortos. Mesmo sem guerras declaradas, há nos países ricos muitos milhões em situação de pobreza extrema, e a implacável exploração económica dos países pobres provoca outros milhões de mortos pela fome e pelas doenças. O capitalismo é, de facto, fome, peste e guerra, e, entre nós, onde a luta entre exploradores e explorados é por agora guerra fria, não deixa de ser guerra. As armas que este capitalismo utiliza através dos seus servidores são a mentira, a intoxicação ideológica, a anestesia pelos *media*, a corrupção, a sedução dos adversários que a isso se mostrem vulneráveis. Não são armas novas, como a observação da História ensina.
É, pois, neste quadro que se poderia dizer de luta de vida ou de morte que continua a decorrer a actividade dos comunistas e dos seus partidos, onde quer que existam. Estamos, de facto, em combate, e em combate que para alguns é de enorme dureza. *É neste condicionamento que alguns parecem esquecer* quando se sentem incomodados com o centralismo democrático, com a não publicação das actas do CC ou com a não existência de partidos burgueses em Cuba. Ou quando menosprezam a gigantesca pressão que por todos os meios, incluindo os mais infames e os mais secretos, o mundo capitalista sempre exerceu sobre a URSS. Ou quando deslizam para a «renovação do projecto comunista», fórmula difusa que parece admitir que o nosso projecto básico, identificador do próprio comunismo, pudesse ser outro. Ora, tem sido notório que alguns jornais e revistas cuja prática anticomunista é bem conhecida («Expresso», «Público», «DN»; «Visão», etc.) têm publicado informações sobre a vida interna do Partido que, segundo os próprios periódicos e até a evidência o mostra, lhes chega por via de elementos do CC. Estas informações são depois habilmente trabalhadas para atacar o nosso Partido, manipular a opinião dos leitores e eventualmente lançar a confusão entre os membros do Partido.
No contexto que atrás referi, torna-se muito grave que ao mais alto nível dos órgãos dirigentes haja elementos informadores das forças que combatemos.
De entre as muitas medidas que, a meu ver, se torna necessário introduzir na organização do nosso trabalho e nos métodos utilizados, considero estar em primeiro lugar colmatar a brecha que assim se abriu: o CC deverá procurar identificar qual ou quais dos seus elementos estarão a desempenhar um papel tão prejudicial e tomar as medidas adequadas para terminar com esta inadmissível situação. Torna-se evidente que tais elementos não poderão (pelo menos) integrar o CC a eleger no próximo Congresso.

Frederico Mirão
Linda-a-Velha

Uma reflexão comunista

Na vida de um partido político sempre existirão opiniões diversas acerca de um mesmo assunto e mal seria se assim não acontecesse. No entanto a diferença do nosso partido é que existe por hábito, ou melhor existia por hábito discuti-las internamente e posteriormente apresentarmos as suas conclusões.



XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Mudar: porquê, o quê, como

Uma opinião é formada com base noutras opiniões. Assim como ninguém nasce ensinado, também não existem almas iluminadas que um dia acordam de manhã e formam uma opinião. Não! Uma sociedade assim não funciona, tal como não funciona um partido. A discussão interna é necessária e neste momento, essencial, mas camaradas, sejamos diferentes dos outros, discutamos sem ter por objectivo o protagonismo individual. Ele não faz parte dos ideais do PCP. Poderá fazer parte de outros partidos mas não do nosso.
Acerca da carta do camarada Carlos Brito, publicada na revista «Visão», gostaria de deixar claro que enquanto jovem, a terminologia marxismo-leninismo não é um conceito que me suscite alguma reserva, ou que me afaste dos ideais do socialismo e do comunismo, ou do pensamento libertador de Marx, Engels e Lenine, antes pelo contrário, foi precisamente por concordar com um partido que tem como linha orientadora o marxismo-leninismo que aderi o PCP .
Mais do que nunca temos que ser fortes e unidos porque só assim será possível construir um mundo melhor. Se Marx afirmou «proletários de todos os países uni-vos», actualmente é essencial também afirmar «comunistas de todo o Portugal uni-vos». É pois com essa unidade que vamos continuar a fazer frente ao capitalismo, às grandes economias de mercado, à exploração do homem pelo homem. Este será sempre o papel dos comunistas, seja em que sociedade for, em que época for.
Quero aqui recordar que o 25 de Abril foi apenas há 26 anos atrás. Tanto sacrifício que houve por parte de alguns camaradas, tanta angústia, tanta tristeza, tanta saudade, tanta resistência, que por vezes pergunto-me: será que faria o mesmo? Será que nos dias de hoje todos faríamos o mesmo? Creio que sim, porque afinal somos comunistas! Uma coisa é certa, não nos esqueçamos daqueles que por nós lutaram, não os menosprezem, não lhes coloquem rótulos; enquanto jovens que somos, lembremo-nos que é graças «àqueles homens que nunca foram meninos» que agora podemos opinar e assim continuar a luta por uma sociedade sem classes, sem exploradores e explorados. É pois este ideal que ainda me faz acreditar que o mundo pode ser diferente do actual. É o ideal que me dá a garantia de continuar a pensar que vale a pena lutar e viver.
Enquanto comunistas não queiramos ser como todas as restantes pessoas, sejamos diferentes, revolucionários, honestos, alegres e com gosto de viver, viver cada momento desta vida, seja no campo, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, no hospital, ou em qualquer outro lugar, o importante é que façamos essa diferença, pois só assim «o mundo pula e avança, como uma bola colorida entre as mãos de uma criança».

Dilar Pelica
Ramada

1- Variadas e complexas são, com certeza, as razões porque as pessoas aderiram ao Partido Comunista Português; mas há, também com certeza, traços comuns nessa complexidade: o desejo de um mundo melhor, respeito/solidariedade pelos trabalhadores, pelos direitos dos povos, pela liberdade, contra a exploração das relações de produção capitalista.
Tudo isto espelhado no(s) Programa(s) do PCP. E tudo isto leva e obriga à mudança da sociedade e portanto à luta necessária para essa mudança. Luta necessária porque obviamente os beneficiados com a sociedade capitalista também lutarão por manter os benefícios; e também contra aqueles que não sendo beneficiados vivem na ilusão de virem a sê-lo.
Também tenho duas certezas: a de que todos os camaradas estão de acordo com isto, e a de que nenhum foi obrigado sem ser pela sua vontade e consciência a se inscrever no Partido. E daí a aceitar livremente o Programa, os Estatutos e as regras do Partido. Tenho para mim, como militante do Partido, que não há Estatutos nem Programa eternos nem sacrossantos e que, portanto, devem ser mudados sempre que os militantes – após discussão – assim o decidam democrática e estatutariamente. Já não aceito que uns cumprem aquilo a que se comprometeram perante todos, e outros não, muito embora se achem cheios de razão.
E a discordância não é só por amor ao cumprimentos de compromissos livremente assumidos (o que não seria pouco), mas, principalmente, por razões de eficácia política.
2- Vivemos um momento, nacional e internacional, de ofensiva do capitalismo e em que este dispõe de poderosos meios, nomeadamente pela posse e utilização das novas técnicas de (des)informação; daí que qualquer hesitação ou indício de fractura (verdadeira ou falsa), seja ampliada e utilizada para atacar a organização que o desmascara e combate coerente e convictamente; ataque que toma o aspecto de aliciamento, de calúnia, de diversão ideológica, que procura, essencialmente, dificultar a acção e afirmação do Partido e a alteração dos nossos princípios e fins, porque são estes que os preocupam.
3- Num mundo sem perspectivas, o projecto do PCP tem-se mostrado como a alternativa válida, para centenas de milhares de pessoas. Por ser verdade o capitalismo tem usado o esquerdismo para nos tirar influência.
O Partido já teria realizado o tão propagado desaparecimento se não tivesse a capacidade de analisar as situações e consequentemente mudar. Só que, para se manter vivo, actuante e merecedor da confiança de centenas de milhares de trabalhadores (incluo operários, serviços, intelectuais e pequenos empresários), também tem sabido manter o seu carácter de classe, claramente demarcado de outros partidos, chamem-se como se chamarem, vistam oportunisticamente os disfarces que quiserem.
Com os seus viveres e saberes, os trabalhadores têm-se acolhido ao PCP sempre que este se mostra claro nas propostas, mesmo que circunstanciais, mas sempre com o objectivo da instauração do socialismo e no caminho para o comunismo. Não é vestindo a pele do lobo nem o imitando que conseguimos vencer nem convencer que o combatemos.
4- Porque nunca devemos estar satisfeitos, alguma coisa tem que mudar. Mas nunca para o pântano das indecisões, das incertezas, das tentativas de gerir e melhorar o intrinsecamente mau.
É certo que não é resvalando que ganhamos influência, mas sim trabalhando mais e melhor no caminho que temos trilhado. Recuperando hábitos de mais e melhor trabalho interno para melhorar e aumentar o trabalho para fora e assim aumentando a força.
5- Aderimos a este Partido, com estes objectivos e não a qualquer outro. Aceitámos e, posteriormente a maior parte de nós, analisámos e confirmámos regras de funcionamento porque seriam as melhores num mundo hostil em que predomina a ideologia dos nossos adversários.
Não devemos ter medo nem evitar as análises, as discussões, para melhorar. Assim como não podemos na ânsia de vencer, sermos vencidos nas nossas convicções e aspirações. A Terra não deixou de rodar lá porque a ideologia do poder predominante condenou e achincalhou Galileu.
6- Discuti, propus, defendi alterações e pontos de vista sobre as Teses para o XVI Congresso; livremente; fui vencido, convencido, ouvido. Assim aconteceu certamente com outros camaradas.
Acho que é o melhor caminho.
Viva o PCP.

Vítor Silva
Lisboa

A actualidade de uma doutrina

Nós comunistas estamos, ou devíamos estar, habituados a que principalmente em época
de Congresso, e o XVI não foge à regra, os persadores e difusores do capital costumam dar um acompanhamento impressionante ao PCP, um Partido metodicamente discriminado ao longo da sua existência.
Tal como os abutres, eles voltam sempre, sempre à carga com estafados e bolorentos folhetins, que apesar de serem velhos, lamentavelmente alguns camaradas dão-lhes corda, fornecendo-lhes munições para eles continuarem a disparar contra o PCP.
E criam assim naturalmente preocupações e alguma perturbação em muitos camaradas dos mais variados organismos do Partido.
Agora andam excitadíssimos com os ortodoxos e renovadores, uns impedem a mudança, outros querem a mudança.
O capitalismo enfim, aspira completar a sua obra e vai mudando e modernizando à sua maneira, moderniza as formas e mecanismos de exploração dos trabalhadores e dos povos, moderniza os Partidos Socialistas, metendo o socialismo na gaveta, moderniza aqueles que deixaram de ser aquilo que eram e não têm coragem de assumir, que foram eles que decidiram deixar de ser aquilo que eram, moderniza aqueles que se cansaram de lutar por um ideal, e a luta por um ideal exige grande sacrifício, disponibilidade física e psíquica, é um acto de coragem e firmeza ideológica.
Mas a grande aspiração do capitalismo, é mesmo à sua maneira, modernizar o PCP, ou seja:
Prontifica-se a dar ao PCP um *habitat* digno do séc. XXI, com aquecimento central, em vez de centralismo democrático, e um catecismo especial para explicar as virtudes das mordomias do «novo riquismo», em vez de marxismo-leninismo.
Eles não desistem, vão continuar, eles têm esta doença incurável, e nós devíamos estar vacinados contra ela, infelizmente alguns vão-se deixando contagiar.
Eles insistem sempre em querer moldar o PCP ao sabor das suas conveniências, não vão conseguir, nem que se danem, e por isso, mentem, inventam falsidades, manipulam, mistificam, deturpam, escrevem e desinformam, dizem do PCP o que ele não é e escondem aquilo que ele é na verdade.
Nós também acompanhamos as mudanças e modernizamo-nos à nossa maneira, com a nossa base teórica e revolucionária o marxismo-leninismo, concepção materialista e dialéctica do Mundo, instrumento de análise da realidade, guia para a acção que inspirou os comunistas e não só, outras forças revolucionárias ao longo do século XX, teoria que não só explica o Mundo, indica como transformá-lo.
(...)
Ser comunista é muito mais que defender uma ideologia, é um estado de espírito, é uma maneira de estar na vida e no Mundo, é acreditar que é possível alguma vez acabar com a exploração dos povos e todos os seres humanos beneficiarem das mesmas oportunidades, independentemente das suas condições de nascimento e jamais serem sujeitos ou perseguidos por pensarem desta ou daquela forma é, em suma, querer que todas as pessoas tenham direito a uma vida digna, porque afinal, o Mundo em que vivemos é de todos e não apenas de alguns.
Não morre o ideal nos homens, a uma sociedade mais fraterna, mais igualitária, mais livre, mais justa, esse ideal faz parte do ideal Comunista.
Conhecemos as virtudes e os defeitos do PCP, mas também sabemos, que é no, e com o PCP que se alcançará esse ideal.
Por tudo o que acontece a nível mundial, nomeadamente as ocorrências nos países de Leste, seria suposto levar à extinção dos comunistas, mas, eis que o PCP existe.
Há pessoas que não são capazes de compreender como é possível o PCP existir, como é possível um Partido que se mantém comunista ter a força que o PCP tem, não são capazes de perceber que o PCP existe, por isso mesmo, porque se manteve e mantém comunista, e porque aos trabalhadores faz falta um Partido Comunista como é o PCP.
O nosso XVI Congresso vai decerto ser a reafirmação da actualidade e vitalidade de uma doutrina, a nossa, o marxismo-leninismo.

Rodolfo José Casciro
Cacém

Um Partido marxista-leninista

À medida que passa o tempo que nos separa da realização do XVI Congresso, mais estupefacto vou ficando com algumas coisas que leio na imprensa em geral sobre questões

▶

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

da vida do Partido. Temo que em alguns sectores a discussão se tenha transformado somente no problema de tal ou tal camarada, apresentação de moções, algumas delas apresentadas depois de umas horas de catarse colectiva, sobre A ou B e quando muitos camaradas já saíram da reunião, etc., como se o Partido fosse uma qualquer RGA do tempo do PREC. Fico espantado como se usam e aplicam frases do tipo «o fulano é um comunista dos quatro costados» ou outras similares, como se o trabalho, a orientação, etc., não fosse um projecto colectivo, como se para os êxitos não participassem muitos militantes e, até, muitos não militantes. Como se tais ou tais comportamentos contra os princípios de funcionamento em vigor não fossem eles mesmo determinados pelas concepções diferentes sobre o Partido, por parte de quem tais comportamentos pratica. Fico abismado quando se continua a assistir à divulgação de conteúdos de cartas dirigidas à Direcção do Partido, incluindo ao secretário-geral, quando são feitas cartas abertas, etc., e a direcção do Partido assiste impávida (pelo menos é assim que eu sinto) a tudo isto, sem vir junto dos militantes pelo menos reafirmar princípios e decisões colectivas tomadas e a reafirmação de que existem regras que a todos vinculam. Claro que não é essa reafirmação que fará (ou faria) parar quem apostou nessa via desleal. Mas é – por mim falo – bom saber que se alguém está errado não sou eu, que as cumpro, mas quem assim não faz. Se a direcção se coloca numa pretensa posição de independência ou equidistância eu questiono-me. Vazios de direcção?
Bom, posto tudo isto quero reafirmar a minha convicção de que o Partido continuará a ser o Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, um Partido marxista-leninista, um Partido assente nos princípios do centralismo democrático.
Não quero deixar de aproveitar para realçar o particular interesse que me tem suscitado a leitura do «Avante!» e muito especialmente os artigos sobre Defesa Nacional. As Teses neste particular contêm matéria de grande interesse, bem como a parte relativa à questão da alternativa.
Quanto às questões do Partido, capítulo 4, não verifico, ao contrário daquilo que tem sido dito aqui e ali, desvios obreiristas. Vejo, isso sim, a reafirmação de preocupações e a determinação em superar o problema da perca de contacto da ligação do Partido com muitas empresas. E se esse desejo não estivesse expresso algo de estranho se passaria.
Para mim as Teses contêm os elementos suficientes para terem o meu voto favorável. Para mim desde há muito que os problemas existentes (não fiquem espantados, por achar que existem problemas) residem na materialização de decisões tomadas há muito tempo. Por falta de audácia, por falta de rasgo, por insuficiente análise da situação política e social nos meios respectivos, etc. Mas isto nada tem a ver com o fim dos princípios de funcionamento, com a matriz ideológica, etc. Aliás, se assim fosse, seria suposto que os Partidos que abandonaram tais princípios estivessem fortemente enraizados nos seus respectivos países. Ora, o que se verifica é que nalguns casos estão no Poder a gerir o capitalismo, mas a sua influência social e política desce. Isto são factos.
Termino endereçando um grande abraço a todos os membros do Partido, confiante de que o XVI Congresso confirmará este Partido como o Partido da Verdade, da Esperança e do Futuro.

Alfredo Martins
Lisboa

As ideias têm nome (1)

Li com atenção na Tribuna do «Avante!» de 26.10.00 os artigos ou contributos para o debate nesta 3.ª fase preparatória do Congresso.
Porque as ideias têm nome e porque hoje tanto se fala da necessidade de dar rosto às ideias, quero-me referir particularmente aos artigos dos camaradas João Amaral e João Paulo Avelãs.
Em 1° lugar não vejo que trespasse nas Teses em debate qualquer ideia de obreirismo ou miserabilismo, mas tão só uma análise que, se situando do ponto de vista de classe procura ver o mundo e a sociedade onde nos inserimos à luz da realidade nua e crua. É que, apesar dos avanços naturais das sociedades contemporâneas, avanços em que não estão ausentes as contradições do sistema capitalista e a luta dos povos e dos trabalhadores, ao que se assiste no mundo, na Europa e em Portugal é que o poder instituído e dominante, no qual a social-democracia (onde se inclui o PS) tem um papel de destaque servindo os interesses do grande capital, lança milhões de homens e mulheres na miséria relativa e absoluta, liquida direitos sociais duramente conquistados, desumaniza as relações de produção, promove a regressão cultural, afina os seus aparelhos repressivos (militares e policiais), invade nações em nome do «direito de ingerência humanitária», atinge a democracia política (mesmo a burguesa) dando-lhe um mais «moderno» conceito tentando impor à sociedade e aos indivíduos uma uniformização totalitária do pensamento e das atitudes afastando-os da participação activa.
Sim! Nós temos um mundo e um país diferente, mas para pior, onde a ideologia dominante, as práticas e os apelos ao salve-se quem puder, ao individualismo, ao egoísmo, ao consumismo e à acefalia do pensamento são mais que muitos, onde o endividamento das famílias é cada vez maior, onde há centenas de milhar de pensionistas (proletários) com pensões de miséria, onde o desemprego e o sub-emprego atinge quase um milhão de portugueses, onde 30% da população é considerada pobre aparecendo na cauda da Europa, onde os ricos são mais ricos e os pobres mais pobres, onde o insucesso escolar cresce assustadoramente – tudo isto apesar de haver muitos telemóveis, 360 mil universitários (que não têm espaço no mercado de trabalho), de haver 3,68 milhões de viaturas entre 73 e 97.
Nós comunistas não só propomos a superação do capitalismo que se encontra numa fase muito avançada com traços e características imperialistas como o acelerado processo de globalização indica, como lutamos todos os dias e em que a luta por melhores salários, mais direitos sociais, o ensino, a cultura e o desporto sejam um direito de todos, o meio ambiente seja preservado, os direitos de participação democrática e de cidadania sejam garantidos e aumentados, se incorpora na luta pela liquidação da desumana sociedade capitalista e a construção duma sociedade mais justa e mais fraterna.
É por isto, que os comunistas portugueses têm lutado e vão continuar a lutar, é em torno destas e doutras questões que os comunistas têm procurado (num quadro adverso) unir forças, vontades e energias, é contra isto que o PS tem estado desde 1974, optando por alianças com o PSD e o CDS, promovendo a política de direita.
Sim! Como Partido de classe e revolucionário (e não como partido interclassista) que somos, que com convicção vê a luta de classes como motor da história (não na teoria mas na prática), portadores de um programa de democracia avançada no limiar do século XXI, que se dirige a todo o povo português, não abdicaremos de nenhuma possibilidade da sua aplicação no tempo e no conteúdo. É esta a nossa «plataforma de esquerda».
É porque somos tudo isto, que nos definimos como um Partido proletário de novo tipo cujo conteúdo não é imutável ao tempo mas que não muda a sua essência ao sabor das circunstâncias.

Luísa Ramos
Almada

Sobre a questão ideológica

No debate que fizemos em assembleia de análise às Teses, uma das questões abordadas foi o marxismo-leninismo.
A conclusão a que chegámos é que não devemos abandonar a nossa afirmação expressa de «marxistas-leninistas». Se o somos não devemos nem podemos escondê-lo. É a única atitude séria e honesta. Não é o abandono da «fórmula» que nos liberta do «lastro negativo» que a ela estão associados os ataques dos nossos adversários. É a nossa prática que nos diferencia. De resto, não é a palavra «marxismo-leninismo» que preocupa a direita em geral, e em particular as centrais do capitalismo imperialista e explorador.
O que os preocupa é o facto de o sermos, de agirmos coerentemente como marxistas-leninistas ou, melhor dito ainda, como comunistas. Possuem muito mais «lastro negativo» as palavras «comunismo» e «comunistas» do que «marxismo-leninismo», pelo que, para se obterem *os efeitos* que alguns camaradas acham ser possível alcançar com a supressão desta formulação, teríamos então que *avançar* um pouco mais e riscar dos Estatutos, de todos os documentos, da linguagem e do próprio nome do Partido a palavra «comunista» ou mesmo «comunismo», substituindo-as por outras possivelmente mais *suaves* como «trabalho», «trabalhadores» ou, até, «trabalhistas». E isso ninguém quer.

Vasco Grandão Ramos
Luanda - Angola

Sobre as Teses

O preâmbulo das Teses – Projecto de Resolução Política, considera ser da máxima importância uma participação intensa, interessada e activa de todos os militantes.
Este documento, portanto, é para ser lido e entendido por todos os militantes, mas nem todos os camaradas possuem o mesmo grau de percepção.
Pessoalmente tenho dificuldade em absorver o volume dos dados que me é passado de uma só vez. Fico exausto e tiro pouco proveito. Penso que os camaradas responsáveis pela futura elaboração de documentos deste porte, podem fazê-lo de uma maneira mais acessível, por exemplo – é uma sugestão – dividindo os temas e encaminhando-os aos organismos, mensal e separadamente, quatro ou cinco meses antes do Congresso, permitindo, assim, que todos os camaradas estivessem habituados a debater as questões colocadas, sem o desgaste provocado pela leitura em bloco de tantas informações.
Finalizando, louvo o cuidado do CC com a transparência dos assuntos tratados e a preocupação com o fortalecimento da democracia do nosso Partido.

Alexandre Leal Dias
São Paulo - Brasil

Não recear o debate

1. Os comunistas portugueses são portadores de uma história e de uma cultura política de luta pela liberdade, de ideais generosos e profundamente humanos. É do interesse nacional que saibam encontrar as soluções e os caminhos mais adequados para que o seu Partido esteja em condições de contribuir para uma democracia avançada em Portugal e para a luta libertadora dos trabalhadores e povos do mundo. Na perspectiva de um socialismo em que liberdade e direitos económicos, sociais e culturais sejam conciliados.
2. O Homem pode transformar e tem transformado as sociedades em que vive, alterando, assim, as suas condições de vida, o seu destino.
No século XXI esse papel não pode ser desempenhado pelas classes, forças e partidos comprometidos no sistema capitalista contemporâneo. É necessária a existência e a intervenção de classes, forças e partidos que se proponham impulsionar e transformar as sociedades e o sistema capitalista, cujos efeitos sobre a vida de grande parte da população mundial e do planeta são inaceitáveis e insustentáveis a médio e longo prazo.
O capitalismo mundial não é um sistema gerador de prosperidade, justiça e liberdade. Provoca, para grande parte da Humanidade, como o comprova o Relatório do Desenvolvimento Humano 2000 (ONU), fome e pobreza, conflitos sangrentos, repressão política e aumento do crime e da violência, o abandono e a morte de milhões de crianças, a prostituição e os tráficos. Não assegura necessidades vitais nem direitos humanos fundamentais, como a alimentação, o trabalho e a educação. Gera a corrupção aos mais altos níveis económicos e políticos.
3. As forças revolucionárias e de esquerda são, assim, indispensáveis para que se possa superar a fase histórica do capitalismo.
No âmbito da preparação do XVI Congresso do Partido Comunista Português, coloca-se a todos os comunistas a questão de saber como preparar o Partido para que possa desempenhar o papel que lhe cabe na sociedade portuguesa e no plano internacional. Sobre isto gostaria de referir dois aspectos, entre outros, que já coloquei na Direcção Regional do Alentejo do PCP:
Em primeiro lugar, creio que é necessário que todo o Partido aprofunde e assuma a consciência das causas e do significado dos acontecimentos que conduziram ao fracasso e à derrota da primeira tentativa de construção de sociedades socialistas na história da humanidade. Só assim ficaremos em condições e poderemos assumir igualmente a consciência da possibilidade e da necessidade da construção de um projecto mobilizador e

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

forte, com fundações e conteúdos que mergulhando as raízes na nossa experiência histórica e na experiência histórica da humanidade, tenha em conta os complexos acontecimentos, progressos científicos e realidades do nosso tempo. Tal reflexão deveria traduzir-se nas Teses e nos Estatutos.
Em segundo lugar, creio que nos deveríamos interrogar sobre se o conceito de democracia interna que praticamos está adequado à actual fase histórica e se não estará nas origens de algumas das dificuldades que atravessamos.
Porquê aplicar este conceito de centralismo democrático se não vivemos em situação de guerra, de ditadura política, de clandestinidade, ou no «pico» de uma revolução, situações que poderão justificar a aplicação temporária de conceitos de democracia interna restritivos que permitam eficácia e ao mesmo tempo a defesa dos militantes e das organizações do Partido?
A situação no Partido e a estagnação da sua influência aconselham um debate criador, e desaconselham que enterremos a cabeça na areia. O debate franco e aberto, sem fantasmas e sem atitudes tutelares, entre camaradas, tornará o Partido mais forte, actuante e influente.

António Murteira
Évora

Verdade e objectividade

A preparação do Congresso exige de todos os militantes alguns comportamentos e atitudes (respeito, fraternidade, empenhamento...) já sobejamente abordadas por outros camaradas nesta Tribuna. Exige ainda verdade e objectividade nas críticas, propostas e opiniões que se transmitem pois só assim nos poderemos entender.
Afirmar que «as teses não sintetizam grande parte dos debates preparatórios» (José Neves, no «Avante!») e não justificar é muito pouco objectivo. De acordo com a informação do SG do Partido em conferência de imprensa, o documento foi aprovado por larga maioria no CC (**facto** não desmentido por ninguém). O CC foi eleito no XV Congresso por larga maioria do colectivo partidário representado pelos delegados ao referido Congresso (**facto** até hoje também não desmentido). Nas três organizações de base (2 freguesias e 1 célula de empresa) de que sou responsável participaram nos debates preparatórios cerca de cem camaradas podendo afirmar, sem receio de ser desmentido, que as Teses correspondem no essencial às opiniões destes militantes do partido (que vale o que vale).
Afirmar que «foram impostos apertados limites aos membros do CC» (João Amaral, no «Avante!») e não esclarecer é muito pouco objectivo. Tendo sido aprovada – sem oposição de nenhum camarada – do CC, na sua última reunião, uma resolução sobre a vida interna do Partido (**facto** informado via orgânica), sendo o camarada João Amaral membro do CC (**facto** do conhecimento público) e tendo participado na referida reunião (**facto** profusamente divulgado), possuindo o Partido regras claras de funcionamento a que os militantes voluntariamente se sujeitam (emergente dos Estatutos), é legítimo concluir que os membros do CC se autolimitaram nas suas possibilidades de intervenção pública e que o camarada João Amaral não respeitou os seus camaradas do CC nem as regras de funcionamento do Partido a que voluntariamente aderiu (**facto** comprovado pelo texto publicado no «Avante!» de 26/10).
Afirmar que «as mudanças contidas no novo impulso (CC, Fev/98) foram travadas» (João Amaral, no «Avante!») e não justificar é muito pouco objectivo.
Todas as medidas preconizadas na resolução do CC de 14 e 15/02/98 excepto uma, estão propostas novamente nas Teses e exactamente no mesmo sentido ou seja, no sentido de reforçar a organização, a intervenção e afirmação política do Partido (**facto** comprovado pela leitura atenta dos dois documentos).
A excepção refere-se à «possibilidade da escolha ou eleição do ou da camarada que vai coordenar e dinamizar o funcionamento do colectivo (estruturas de base)», que as Teses avaliam como tendo sido «limitada na sua aplicação e cujos resultados é necessário continuar a avaliar e a acompanhar no prosseguimento da sua concretização» (**facto** mais uma vez comprovado pela leitura dos dois documentos). Uma possibilidade não é, no entanto, uma orientação pelo que não é susceptível de ser travada (**facto** comprovado por elementares conhecimentos de língua portuguesa). Travada deveria ter sido a aplicação da possibilidade em apreço a organismos que não os de base ao arrepio da decisão do CC (**facto** que alguns camaradas teimam em escamotear).
Afirmar que «houve quem dissesse que não se podia discutir tudo, sob pena de social-democratizar o Partido» (João C. Gomes, no «Avante!») sem dizer quem e sem justificar é muito pouco objectivo.
Discutir tudo não traz certamente nenhum risco de social-democratização (**facto** que resulta da evidência de que para transformar, discutir, apenas, não é suficiente, é necessário agir). Diferente seria no entanto se adoptássemos, como orientação ou prática, algumas propostas de alguns camaradas pois, a ser assim, podíamos realmente social-democratizar o Partido (**facto** demostrado pela história de outros partidos que já foram comunistas). Por outro lado, alertar para este risco não é «começar a fazer processos de intenção», antes é exercer um direito de qualquer militante (**facto** resultante da aplicação da alínea a do Art.° 15.° dos Estatutos em vigor) ou será que não podemos todos ter opinião?

Vítor Martelo
Seixal

Primazia da acção política

Da leitura das Teses ocorreu-me uma linha de reflexão sobre aspectos globais do seu conteúdo. O rumo traçado, particularmente na análise da situação internacional e da situação nacional, incide sobre as questões políticas, numa perspectiva de luta contra o sistema capitalista. Os aspectos essenciais estão contidos na estratégia e táctica da luta política anticapitalista e anti-imperialista, conferindo uma boa consistência às Teses.
A conjuntura após a derrota do sistema socialista na Europa, independentemente das complexas causas que a determinaram, é propícia ao revisionismo teórico, ao pessimismo ideológico, ao tacticismo político e ao liquidacionismo partidário. O melhor antídoto contra a perda da perspectiva histórica é a orientação política alicerçada na análise concreta da situação concreta, que noto estar contida nos capítulos 1) e 2) das Teses. A teoria marxista está aplicada sem retóricas ou verbalismos desnecessários. Não significa que não haja nada de novo para investigar, reflectir e teorizar, o que terá de se fazer sem ceder às subtis ratoeiras pseudo-teóricas dos consensos e apadrinhamentos da ideologia dominante como «pensamento único».
Na década de 90, neste novo período histórico, a generalidade dos partidos socialistas deslocaram-se para a direita e perderam os poucos laivos anticapitalistas que ainda tinham. Nesse processo, muitos partidos comunistas também se descaracterizaram, cindiram e dissolveram; há que aprofundar como e porquê. No nosso país, os cinco anos de governo do Partido Socialista (como transparece nas Teses) puseram em evidência uma orientação que se baseia numa política neoliberal, defensora do capitalismo monopolista, pouco diferente da dos outros partidos à sua direita. As duas tácticas do neoliberalismo (o mesmo é dizer, da ofensiva capitalista) no nosso país, passam pela alternância entre o PS (versão actual) e os partidos à sua direita. Esta é a questão política essencial, que serve de fundo à análise política das Teses. Esta questão política serve para uma demarcação ideológica de posições: a ideologia clarifica-se depois da política e da economia!
A grande responsabilidade histórica do Partido Comunista não se compadece com transigências, meias verdades, compromissos dúbios, derrotismos e tacticismos. Nesse sentido, as Teses são uma manifestação actualizada da clareza de princípios e de propósitos na política do nosso país e não só. O seu conteúdo não pode agradar a quem tem de desagradar!

José Manuel Jara
Lisboa

Ultrapassar debilidades

Ao longo das últimas semanas tenho vindo a acompanhar os desenvolvimentos dos trabalhos do XVI Congresso do PCP, assim como tenho participado nas reuniões preparatórias do mesmo, no âmbito dos organismos a que pertenço e em outros, que embora não pertencendo, tenho participado como convidado.
Como é sabido, o Congresso do nosso Partido está na ordem do dia da agenda política dos *media*, que não «morrendo de amores» pelo PCP, não têm deixado de trazer para a opinião pública a realização deste acontecimento.
Dirão alguns, que tais notícias, mais do que darem conta dos conteúdos das Teses, que se encontram em debate no seio das nossas organizações, preocupam-se em trazer à opinião pública divergências de opinião, que enquanto sinónimo de análise crítica, vivência democrática e prática dialéctica, deverão estar sempre presentes no seio do nosso Partido.
Sendo preocupante o facto de alguns camaradas assumirem-se como «correspondentes em *part-time*» dessa mesma comunicação social, o que à luz das normas estatutárias em vigor, aprovadas em Congresso, é uma atitude reprovável, porque pouco solidária com os princípios e a identidade cultural do PCP, não é menos reprovável a atitude de outros, que fazendo da divergência de opiniões, o «bode expiatório», justificam assim o não aprofundamento do debate interno sobre o estado da nossa organização que, como é reconhecido nas Teses em debate, encontra-se com enormes debilidades que importa serem ultrapassadas.
É no lugar dos que pretendem (e são muitas dezenas de milhar) um debate aprofundado e sério sobre o conteúdo das Teses e a vida do nosso Partido, da sua organização e como intervir para melhorar a vida dos trabalhadores e das populações, que eu me posiciono.
Pretendo que este momento crucial para todos os que militam no PCP, seja um tempo de aprofundar conteúdos e ideias, sobre como vamos intervir no futuro.
Não podendo perder de vista o presente nem muito menos o nosso passado, não posso deixar de estar em desacordo com os que, no nosso seio, mais do que se preocuparem em preparar o futuro e terem um atitude proactiva, se preocupam em reagir e serem protagonistas de «acontecimentos mediáticos», que rapidamente se transformarão em «arquivos do esquecimento» dos que hoje se dizem seus «aliados de pensamento».
Se assim penso, não deixo igualmente de colocar algumas dúvidas e interrogações sobre algumas «teses», contidas nas Teses do nosso Congresso.
No Capítulo IV, dedicado à nossa vida interna, à nossa organização, em dado passo, no ponto 4.2., é afirmada a necessidade de se assumir o «desenvolvimento criativo do centralismo democrático».
Não se diz, como se pratica ou se vai levar à prática esse «desenvolvimento criativo do centralismo democrático», que deverá respeitar uma única orientação e uma única direcção.

Tribuna do Congresso

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

Não se diz que é necessário assumir uma eficaz e transparente estrutura de funcionamento orgânico, que com eficácia, assegure que a informação da Direcção Central do Partido para as bases e vice-versa, seja uma efectiva realidade não condicionada por funcionamentos burocráticos e administrativos.
As próprias Teses, no ponto 4.3, confirmam esta preocupação, ao afirmarem que no âmbito do trabalho de Direcção Central, subsistem um conjunto de insuficiências, de entre outras, ao nível da «informação e do planeamento».
Finalmente, no que respeita às comissões concelhias, apresentam-se as mesmas no mesmo plano e equiparadas com os organismos de direcção de empresas e sectores profissionais, o que considero uma proposta incorrecta do ponto de vista estatutário e político, pois as comissões concelhias ao nível do seu território são organismos de direcção, que têm por função dirigir o Partido e suas organizações de empresa, profissionais, de residência ou outras.

José Figueira
Évora

O centralismo democrático tem justificação?

1.º - O centralismo democrático foi um dos principais factores do insucesso do socialismo real. Ele foi introduzido no Partido Comunista Russo (Bolchevique) apenas em 1921 quando foram proibidas as fracções (S. Shajnazarov, in *Socialismo Teoria e Prática*, Março 1975, pág.51, Agência Novosti), quatro anos após a Revolução de Outubro, já quando Lenine estava doente e pouco interveniente. O centralismo democrático tem pouco a ver com Lenine e muito com Estaline, que o usou para afastar os discordantes e eliminar os opositores, e para garantir a monopolização do poder. E foi esse unanimismo forçado resultante que criou as condições para que a criatividade social se extinguisse e em consequência a capacidade de inovação se tivesse ausentado do socialismo real, levando à sua derrota na competição económica com o capitalismo, a principal causa do seu afundamento.
2.º - O centralismo democrático afasta dos partidos comunistas sectores sociais anticapitalistas muito importantes. Hoje em dia, mesmo a esmagadora maioria de pessoas com formação superior e universitária é composta por assalariados, sem qualquer posse dos meios de produção; são tão vítimas do liberalismo e da globalização como o é a valorosa classe operária tradicional. As aspirações dos cidadãos são de grande liberdade de iniciativa e criatividade, de reconhecimento, de realização e desenvolvimento pessoais. A interacção entre as pessoas é muito maior, o indivíduo requer muito mais espaço de afirmação em relação ao colectivo. Tais necessidades são incompatíveis com o centralismo democrático. Ao proibir a circulação da informação na horizontal, estabelece filtros que são configurados pela vontade de quem comanda nos organismos superiores, castrando a criatividade dos militantes. Não se compreende que na época da *internet* e de 50 canais de TV-cabo os membros do PCP não possam dialogar, discutir, encontrar-se quando, como e onde quiserem, para debater os problemas da vida da organização, e só o possam fazer dentro das pequenas ilhas isoladas que compõem a organização e sempre sob orientação e tutela superiores.
3.º - O centralismo democrático impede que os cidadãos em geral acreditem nos genuínos sentimentos democráticos do PCP. É de algum modo compreensível que os não comunistas pensem que o PCP, se pudesse, tenderia a aplicar à sociedade no seu conjunto os modelos de organização que ele pratica para si próprio. Esta lamentável suspeição, embora não tenha qualquer fundamento na história do PCP no quadro da política portuguesa (da qual só tem que se orgulhar), não deixa de ter alguma sustentação no quadro da política internacional, pois foi isso que aconteceu em todos os casos do socialismo real.
4.º - o fim do centralismo democrático, não enfraqueceria o PCP, antes pelo contrário. O seu fim não representaria, contrariamente ao que alguns afirmam (numa manobra de honestidade intelectual duvidosa), o fim da submissão da minoria à maioria nem o fim de uma direcção central e de uma linha política únicas. Representaria tão só e apenas a possibilidade de os militantes se encontrarem, discutirem e apresentarem propostas como, quando e da forma que entenderem, no respeito pelas regras democráticas comummente aceites, nomeadamente no quadro da preparação dos Congressos. E hoje em dia, quando o que é preciso é encontrar novos caminhos para o socialismo, entendido como uma sociedade de justiça social, de democracia, de bem-estar e de felicidade gerais, quando se nos acabaram as certezas absolutas , o que mais falta faz é discutir, debater, reflectir isoladamente e em conjunto. Qualquer forma de organização que contrarie esta necessidade fundamental é desfavorável à luta anticapitalista.
Como dizia Álvaro Cunhal há anos numa entrevista televisiva, a propósito do falhanço do socialismo real, «se calhar é preciso começar tudo de novo». Que pena que muitos no PCP, que tanto dele se reclamam, não tenham entendido estas palavras do Mestre, e afirmem pelo contrário que ...é preciso deixar tudo na mesma...

António Dourado
Coimbra

Acerca da Organização

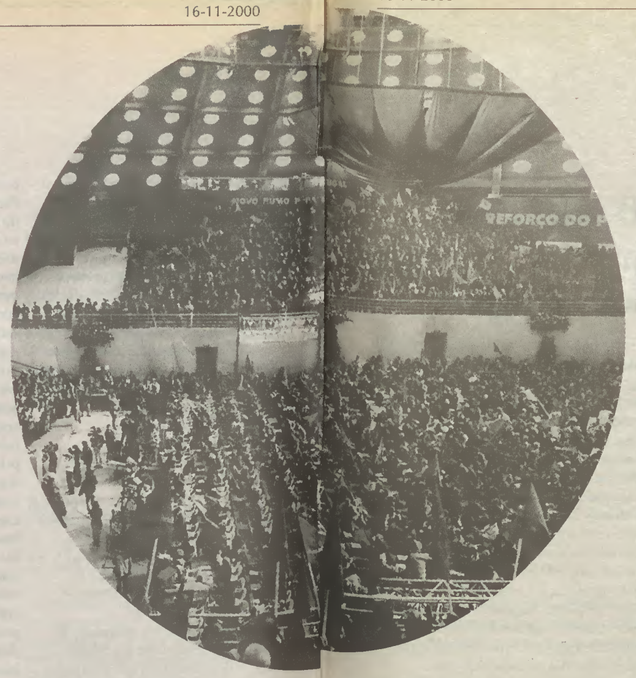
O ponto 4.5.22. das Teses – Projecto de Resolução Política apresentado pelo Comité Central fala da responsabilização de quadros por organizações de base, nomeadamente por parte de quadros não funcionários. E refere a experiência de eleição nos organismos de membros que se assumam como coordenadores ou dinamizadores e que se articulem com o organismo superior. Este ponto tem merecido muita controvérsia e alguma mistificação. Como coordenador eleito da Concelhia de Paredes julgo poder falar com conhecimento de causa.
A concretização desta experiência no concelho de Paredes efectivou- se com toda a naturalidade, já que o coordenador eleito já era membro da Direcção Regional e tem mantido o apoio permanente de um quadro funcionário da mesma Direcção Regional. Realizou-se este ano pela 1.ª vez a Assembleia da Organização Concelhia bem como uma Assembleia da Organização de Freguesia de Recarei. Os resultados, que derivam de um processo gradual de responsabilização, que se estende a outros membros da Concelhia e áreas de intervenção, parecem ser positivos.
Respeitou-se a vontade democrática dos militantes expressa em Assembleia, percebeu-se a necessidade local de uma organização partidária responsável e interveniente em articulação com a Direcção Regional, compreendeu-se as limitações que resultam de um insuficiente número de funcionários disponíveis a nível regional.
Afastou- se assim uma antiga desconfiança das organizações de base perante quadros políticos externos.
Eliminou-se uma resistência latente que tendia a equiparar a participação em organismos superiores a abandono das tarefas de base. Apesar de ser uma organização pequena e débil, julgo poder dizer que as tarefas de intervenção política diária, de coordenação dos eleitos, de elaboração de calendário de iniciativas no concelho estarão hoje a ser melhor executadas por quem, apesar de não funcionário, contacta com a realidade (toda a realidade) e actua em tempo oportuno.
Mas a realidade do Partido não se compadece com apriorismos. Mistifica, a meu ver, quem coloca esta possibilidade de responsabilização de quadros não funcionários, não como uma estratégica possível num mar de dificuldades mas como um dogma de fé conceptual, independente das condições concretas de cada organismo.
Mistifica quem não vê avanços ou vê atentados à democracia nesta ou naquela solução orgânica. Mistifica quem pretenda colocar no funcionário partidário alguma intrínseca incapacidade funcional, menor valia, intolerância ou outros delitos de carácter na dinamização das organizações de base.
O Partido não precisa de fatos por encomenda. E coerentemente com o aprovado convém perguntar olhos nos olhos quem (deputado, autarca, dirigente nacional ou regional, dirigente sindical) mantém uma ligação orgânica ou milita em estrutura de base?

Cristiano Ribeiro
Paredes

Leia-se o que Stalin escreveu

O camarada Sérgio Martins, de Faro, escreveu no «Avante!» de 02/11/2000, sob o título «Marxismo-leninismo e Funcionamento», o seguinte:
«...quando na prática o que parece ter acontecido na URSS foi que Estaline pegou na riquíssima herança teórica e prática de Marx e Lenine, moldou-a oportunisticamente às suas necessidades despóticas, dogmatizou-a, tornou-a num sistema fechado e acrítico, a que lhe deu o nome de marxismo-leninismo...»
Este ataque do camarada Sérgio Martins ao camarada secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética não é novidade nas páginas do nosso «Avante!», tendo os anteriores atacantes (o que não faz o camarada Sérgio) citado a obra do camarada Stalin «*Questões do leninismo*».
Dada a dificuldade de se encontrar esta obra hoje, envio-vos uma pequena contribuição que tem por objectivos: 1.º – Situar historicamente aquela obra; 2.º - Transcrever os esclarecedores dois primeiros parágrafos do prefácio .
Lenine tinha morrido em Janeiro de 1924, tendo a sua última intervenção política tido lugar em Novembro de 1922. No início de Abril de 1924 , Stalin proferiu um conjunto de lições na Universidade de Sverdlov, as quais ainda no mesmo ano foram editadas em brochura com o título citado.
A brochura saiu ainda em 1924, como disse, com uma dedicatória à genialidade de Lenine e em cujo prefácio (dois primeiros parágrafos) podemos ler:
«"*As Questões do Leninismo*" é um tema vasto. Para que o mesmo fosse tratado até à exaustão, necessário seria todo um livro. Ainda mais: Necessários seriam muitos livros. Eis a razão por que as minhas lições, naturalmente não devem ser consideradas como uma exposição que esgota a essência do leninismo.
No melhor dos casos, elas devem ser consideradas, somente, como um breve resumo dos fundamentos do leninismo. Apesar de tal, eu considero útil apresentar este breve resumo como ponto de partida necessário ao estudo frutuoso do leninismo.
Apresentar-se os fundamentos do leninismo, isso ainda não significa apresentar-se os fundamentos das concepções de Lenine. Pela sua globalidade, as concepções de Lenine e os fundamentos do leninismo não são a mesma coisa. Lenine é marxista e o fundamento das suas concepções é marxista.
Deste facto, não deriva que a exposição sobre leninismo tenha que começar com a apresentação das bases do marxismo. Expor sobre leninismo significa apresentar o que é particular e novo nas obras de Lenine, aquilo com que Lenine contribuiu para aumentar o tesouro geral do marxismo, naturalmente a que está ligado o seu nome. E é, somente, neste sentido que eu falo de leninismo.»
(Stalin, *Obras Escolhidas*, 1.º volume, Edição do Partido Comunista Búlgaro, 1950)

Fernando Gonçalves Santos
Lisboa



XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

Os homens que lutam

Pretendo com estas palavras apelar àquilo que todos nós temos de melhor, a nossa inteligência, a nossa fraternidade, a nossa lealdade e a nossa unidade. Sejamos rotulados de renovadores ou ortodoxos, pelos órgãos de (des)informação, que apenas se lembram do nosso Partido para o denegrir, criar ou alimentar falsas divisões no nosso seio, com esperança de quebrar a nossa unidade e acção no combate por uma sociedade mais justa e mais humanizada.
Por isso faço daqui um apelo para que continuemos de forma fraternal a discutir as Teses, mas dentro de casa, leia-se no Partido, e não na «praça pública» isto é, televisão, «Expresso» , «Público», etc., etc.
Porque afinal das contas pergunto eu, a quem pertencem esses órgãos de (des)informação?
À grande maioria do povo português ?
Às classes trabalhadoras?
Claro que não! Todos sabemos que são propriedade de grandes grupos económicos e do grande capital!
Logo, não será preciso ser-se doutorado ou formado em ciências sociais ou políticas, para se perceber de que lado estão esses fazedores de opinião, e outros tantos anticomunistas, disfarçados de democratas.
Para terminar, e em jeito de homenagem aos homens que dedicaram toda a sua vida a este grande Partido, do qual me orgulho de ser militante, tais como Alfredo Diniz (Alex), Bento Gonçalves, José Magro, Militão Ribeiro, Octávio Pato, Francisco Miguel e muitos outros que tal como estes já desaparecidos fisicamente, mas não da nossa memória e do nosso coração de comunistas.
Para eles e em sua honra aqui fica um poema de Brecht, que passo a citar:
«Há homens que lutam um dia e são bons / Há outros que lutam um ano e são melhores / Há os que lutam muitos anos e são muito bons / Mas há os que lutam toda a vida, esses são imprescindíveis.»
Viva o XVI Congresso!
Viva o Partido Comunista Português!

Nuno Miguel Paulino
Odivelas

Orientação ou aviso à navegação

No projecto de Teses chama-se a atenção para a tendência unicitária existente no Movimento Sindical Mundial. Alerta que sendo uma espécie de aviso à navegação, hermético, será apenas para iniciados.
Os membros da Comissão Executiva da CGTP-IN, ouviram da boca do secretário-geral da CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres) Bill Jordan, durante a visita que este nos fez em 1999, a confirmação do referido projecto unicitário, quando nos informou da sua intenção de convidar as outras duas centrais mundiais, a CMT (Confederação Mundial do Trabalho) e FSM (Federação Sindical Mundial), a integrarem-se na CISL, bem como da razão estratégica que permite tais convites.
«O socialismo caiu, por isso, a CISL, deixou de ter necessidade de ser uma organização anticomunista», disse.
Sabendo nós que a CISL, totalmente dominada pelos americanos, é, no plano social, um instrumento dócil da globalização neoliberal-capitalista e do pensamento único que é seu suporte ideológico. Sabendo nós também, que à globalização capitalista é necessário contrapor um projecto alternativo global e de classe, anti-sistémico, que esteja de acordo com uma perspectiva socialista, não parece difícil definir de forma clara para os comunistas (que se comprometeram no último congresso da CGTP-IN a discutir durante o mandato a questão da filiação mundial) orientação sobre matéria de tamanha importância.
Sabendo-se que a CMT é instrumento sindical ao serviço das ambições do Vaticano no plano sindical, e que a FSM, não parece capaz de recuperar do golpe profundo que lhe foi causado pelo desaparecimento do bloco socialista, onde assentava a sua principal base orgânica e ideológica, a conclusão lógica para os comunistas (em Portugal, até em conformidade com a opção e tradição histórica de não filiação mundial por parte da CGTP-IN) é a de manter a autonomia orgânica, cooperando ao mesmo tempo com todas as componentes do movimento sindical, na construção da unidade de acção em torno de propostas e objectivos concretos comuns.
Devendo por isso, a CGTP-IN, evitar a entrada para o colete de forças da unicidade orgânica e de pensamento, manter-se no grupo das organizações e correntes sindicais que não se conformando com os enquadramentos políticos, ideológicos e orgânicos existentes no âmbito mundial, ensaiam a busca de caminhos alternativos, que mantenham no horizonte estratégico do movimento sindical, o fim da exploração do homem pelo homem e a construção de uma sociedade sem classes.
O dever de defesa e observação da autonomia, carácter unitário e da vida democrática no movimento sindical, atribuído aos militantes pelo art.º 54.º dos Estatutos do Partido, não é incompatível com a definição de orientação clara, onde ela é possível, para os comunistas que ali militam.
Daí que defenda que ao aviso à navegação contido no ponto 3.4.55. das teses, seja acrescentada a necessária clarificação.

Américo Nunes
Lisboa

Também com esperança

Vêm estas linhas na sequência da leitura da Tribuna do Congresso, iniciativa que saúdo.
Escolhi para entabular o diálogo o texto do camarada João Carlos Gomes, de Valongo, intitulado «*Que Vença a Razão*», no «Avante!» de 2/11/2000, onde ele manifesta desilusão pelo facto de ter havido quem dissesse no Comité Central, que não se poderia discutir tudo sob pena de social-democratizar o Partido depois deste órgão ter definido que se deveria discutir tudo.
A interpretação que dou é que, pelo menos a maioria, não põe em causa a discussão, embora manifeste a opinião que há opções que a serem alteradas transformam a natureza do nosso Partido.
Quanto aos processos de intenção que refere, e não excluindo a hipótese de os ter havido, o facto é que essa informação é veiculada por órgãos de comunicação social, eles sim, de duvidosas intenções que ainda se referem aos responsáveis dos diversos órgãos como «controleiros», que como sabemos só existiram na situação concreta da clandestinidade.
Outro motivo de descontentamento que o camarada Gomes declara é o ambiente interno de crispação criado do topo para a base. Sobre este aspecto o melhor é cada um falar do que conhece, e no meu caso não encontro no organismo a que pertenço nenhuma crispação e sempre manifestei a minha opinião sem nenhum constrangimento, mesmo quando estão presentes camaradas do Comité Central, como tem sido o caso das reuniões para a discussão das Teses.
As Teses estão cheias de certezas, afirma o camarada Gomes, mas relembro que o método seguido tem permitido um envolvimento muito amplo de camaradas que se dispuseram a pensar profundamente nestes assuntos (e quem não o fez ainda está a tempo através da participação das reuniões que para o efeito se realizam, ou mesmo usando esta tribuna), e embora haja ainda muitos aspectos que carecem de maior aprofundamento algumas certezas temos que ir tendo.
Tenho variadíssimas dúvidas sobre muitas questões mas não tenho nenhuma dúvida que o nosso Partido só faz sentido com uma natureza de classe bem definida.
A definição de classe operária é a mesma hoje? Não o será certamente, mas independentemente do aprofundamento que é necessário fazer sobre esta questão, ele não deverá pôr em causa a natureza de classe do nosso Partido, e defendo esta opinião não pôr ser algum dogma mas até por bom senso: quem está interessado em alterar o sistema não será com certeza o capitalista.
Tal como o camarada Gomes também termino com esperança, mas assente fundamentalmente no trabalho abnegado em todas as frentes necessárias (incluindo a frente ideológica) para fazer pender para o nosso lado a balança da história.

Carlos Brito
Porto Salvo

O mais democrático

É com muito orgulho que o nosso Partido, Partido a que eu aderi ainda era um jovem com apenas 16 anos, continua jovem, interveniente e activo. Não é o Partido que muitos dizem velho, acabado, sem futuro, enganam-se! Longe disso, é um Partido revolucionário, actual, fiel à sua doutrina marxista-leninista, acompanhando de uma forma activa a evolução do homem na sociedade. É o mais democrático onde a discussão é fraterna e leal, onde todos os militantes têm o direito e o dever de contribuir com a sua opinião.
Veja-se o exemplo de democracia onde é posto à disposição dos militantes estas páginas do «Avante!» para cada um poder exprimir as suas ideias em torno do projecto de resolução política/Teses de uma forma livre e directa.
E é sobre as Teses e o Congresso que eu quero exprimir a minha opinião.
No ponto 4 concordo inteiramente com as linhas de acção propostas, não deixando de chamar a atenção par o ponto 4.4 à formação de quadros, que eu acho essencial para a linha da acção do nosso Partido, e que por sua vez vem a reflectir-se no ponto 3.3.24 que diz «...é determinante para o êxito da intervenção do Partido... disponíveis a lutar por ela.»
São os dois pontos de maior importância e determinantes para o êxito, reforço e afirmação do Partido junto das massas.
Viva o PCP, viva o XVI Congresso

João Pedro Osório
Alpiarça

Algumas normas

Algumas normas estatutárias ligadas ao centralismo democrático são, a meu ver, uma das principais causas da incomodidade que se vive actualmente no Partido, do afastamento de comunistas da vida partidária activa e estão na origem da saída de muitos militantes durante a última década.
- A proibição da circulação de ideias e respectiva discussão no sentido transversal, era perfeitamente justificada durante a clandestinidade, uma vez que, por questões de segurança, se impunha a máxima confidencialidade. Numa sociedade pluralista e de informação aberta, tal norma é não só um anacronismo como um espartilho ao debate ideológico e ao pensamento dialéctico. Uma das justificações para a sua manutenção é a de que todas as opiniões individuais são, à partida, igualmente valiosas tendo todos os militantes o direito e a obrigação de intervir na vida do Partido. Sendo este preceito perfeitamente correcto à partida, é no mínimo ingénuo pretender colocar todas as opiniões num mesmo patamar de importância. Dizer-se que têm o mesmo peso interno a opinião de um militante de base e a de um membro do Comité Central ou de um deputado do Partido é, no mínimo, fazer demagogia.
- Prende-se com esta questão, a da impossibilidade de um sã coabitação dentro do Partido de diferentes sensibilidades políticas ou mesmo de diferenças de opinião quando ultrapassam o plano individual, uma vez que tal prática é facilmente entendível como actividade fraccionária.
O princípio indiscutível do centralismo

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Tribuna do Congresso

democrático de que a minoria se deve submeter à maioria não pode significar que essa minoria, uma vez derrotada, deva renunciar às suas posições. Numa estrutura democrática a minoria tem, pelo contrário, o dever de continuar a lutar por defendê-las até convencer ou ser convencida.
- Assim, por entender que democracia partidária não é apenas a liberdade de cada militante dizer o que pensa mas fundamentalmente o direito de convencer ou ser convencido das suas propostas ideológicas ou políticas, proponho que se acrescente o parágrafo em itálico às Teses, cujo texto foi retirado do livro «Tornar possível o impossível» de Marta Harnecker, edição Campo das Letras.
4.2.9.4. A estrutura orgânica e princípios de funcionamento que assentam no desenvolvimento criativo do centralismo democrático de que são características básicas uma profunda democracia interna, uma única orientação geral e uma única direcção central. A submissão da minoria à maioria, princípio basilar do centralismo democrático, não implica porém o renunciar da minoria às suas posições políticas, teóricas ou ideológicas. Pelo contrário tem o dever de continuar a lutar por defendê-las até convencer ou ser convencida.

Jorge Almeida
Porto

Centralismo democrático

Embora a formulação actual dos estatutos se refira a «princípios inspirados no desenvolvimento criativo do centralismo democrático», há camaradas que julgam que mesmo essa referência deveria ser superada e que deveria simplesmente vigorar no Partido uma livre competição de correntes em torno de programas alternativos (e, na evolução natural, com possíveis líderes), concorrendo pelo voto secreto dos militantes, como é próprio da democracia liberal. Acrescentam que o centralismo, tal como existe, foi uma criação historicamente datada, que necessariamente se traduz por um peso decisivo do aparelho de funcionários e do Secretariado.
Esta observação não é totalmente desprovida de fundamento. De facto o tipo de organização de que dispomos só se consolidou a partir dos anos 30/40 e também é certo que a tendência à reprodução burocrática é inerente às grandes organizações. A questão que se põe é se continua a ser válido procurar um tipo de organização centralizada (inspirada naquilo que foi uma das descobertas de Lenine mas cujas origens são muito anteriores, se encontravam na Liga dos Comunistas de Marx e Engels em 1847, se encontravam antes disso nos revolucionários jacobinos e corresponderam a uma preocupação permanente do movimento operário ao longo da sua história). A meu ver esta centralização é necessária, essencialmente por duas razões: ao passo que a democracia liberal se baseia nos indivíduos (formalmente iguais), que entre si concorrem em função de interesses divergentes, o partido comunista visa a unificação da classe explorada, que não é um dado espontâneo mas uma construção sempre em causa. Estabelecer o regime liberal no Partido equivale a reproduzir no seu seio as relações de força que existem na sociedade. A curto prazo isto significaria vermos reproduzidos entre nós as ideias, o confronto de correntes de opinião e os problemas verdadeiros e falsos gerados e governados pela comunicação social dominante. Em lugar de maior afirmação das bases do Partido, veríamos, tal como na comunicação social, a expressão de lideranças intelectuais burguesas e pequeno-burguesas, com os seus interesses e lógicas de reprodução próprios e na verdade muito estreitos.
Mas há ainda um outro aspecto que merece ser considerado. A democracia política é, em Portugal, uma planta recente, mais frágil do que em geral se pensa e que em medida decisiva se deve ao movimento operário e ao PCP. Não faz o menor sentido pensar que este regime tem as raízes históricas centenárias da democracia na França, na Inglaterra, na Suíça ou nos Estados Unidos, por exemplo. Tanto a situação actual como as tendências de evolução previsíveis do futuro próximo apontam para o agravamento de situações de crise (económica, social, ideológica), que estão aliás já a ter incidência no clima de luta de galos no seio dos partidos, no afastamento de camadas crescentes da população da participação política e numa degradação do clima moral que nalguns aspectos já lembra os últimos anos da I República. Neste contexto, renunciar ao centralismo seria também pôr em causa um dos arrimos e um dos esteios de relativa estabilidade e capacidade de estruturação nacional que o PCP, pela sua influência e organização, constitui. Seria, afinal, um atentado à democracia portuguesa.
Concluindo com Gramsci: «Nos partidos que representam grupos socialmente subalternos o elemento de estabilidade é necessário para garantir a hegemonia, não a grupos privilegiados mas aos elementos progressivos, organicamente progressivos em relação a outras forças afins e aliadas mas compósitas e oscilantes. Em todo o caso é preciso salientar que as manifestações mórbidas do centralismo burocrático sucederam por deficiência de iniciativa e responsabilidade na base, i.e., pela primitividade das forças políticas periféricas.»

João Arsénio Nunes
Lisboa

Viva o marxismo--leninismo

A proposta de Resolução Política reafirma a identidade do PCP (ponto 4.2.9) e o marxismo-leninismo como sua base teórica (4.2.9.3). Se os princípios não forem aplicados na prática, não há textos que os salvem, mas a sua consagração nos Estatutos, no Programa e na Resolução Política são de extraordinária importância para a defesa das características básicas do Partido, aqui e ali postos em causa em nome de uma pretensa renovação, ditada pelas «novas condições objectivas».
A reafirmação do marxismo-leninismo tem sido acompanhada de duas ideias indissociáveis de grande importância, que o marxismo-leninismo é contrário à dogmatização e a revisão oportunista de princípios e conceitos. Dois perigos que sempre existiram e que não se distinguem nas suas consequências negativas.
Onde reside a importância e a actualidade desta discussão? Desde logo porque o mundo hoje (como ontem) não pára de se transformar, mas também porque hoje se incorporam às fileiras do movimento operário e revolucionário, em maior dimensão, camadas instáveis e vacilantes política e ideologicamente e cuja permanência no processo revolucionário dependerá em grande medida da possibilidade de consolidação das forças revolucionárias.
A defesa da identidade e das bases teóricas do Partido é igualmente de enorme importância porque, como se afirma nas Teses, o movimento comunista e revolucionário não recuperou da profunda crise (1.2.26) e se continuarem a verificar traços negativos e processos de degenerescência (1.1.27).
É neste quadro e partindo da experiência positiva e negativa do movimento revolucionário mundial e dos 80 anos de existência do PCP que se percebe a importância da luta pela defesa dos princípios básicos do Partido e o carácter classista das posições ideológicas.
Da discussão nascerá a luz, diz-se, mas a discussão deve travar-se na base das discussões de facto e não na base de habilidades.
Fundamentar o abandono do marxismo-leninismo no pressuposto de que se trata de uma criação de Estaline é verdadeiro terrorismo argumentativo e intelectualmente desonesto. Não de discute a essência, a validade da teoria face à constatação objectiva da situação, mas a sua pretensa paternidade, deitando pela borda fora toda a experiência de mais de um século de luta da classe operária e dos trabalhadores e as razões pelas quais tantos milhares de homens e mulheres por todo o mundo, inspirando-se no marxismo-leninismo, escreveram e escrevem magníficas páginas de coragem e abnegação revolucionária na luta pela liquidação da exploração do homem pelo homem e pelo progresso social.
A parte de leão das linhas de ataque ao marxismo-leninismo têm-se centrado nos princípios orgânicos do Partido. Marx e Engels desde 1848 que defendiam a necessidade da classe operária ter um partido próprio, um partido de classe. Coube a Lenine, partindo do marxismo e da síntese da experiência mundial o mérito de ter fundamentado a necessidade do «Partido de novo tipo». Um partido revolucionário, intransigente face ao capital, uma organização estruturada, dotada de quadros profissionais abnegados, estreitamente ligada às massas e à classe operária, considerada a principal força revolucionária, capazes de enfrentar as maiores dificuldades, como comprova a história heróica do PCP .
Só assim se explica que a imprensa dita «livre e democrática», propriedade dos grandes grupos económicos e financeiros, revele particular solicitude pelos elementos desagregadores, dando-lhes um espaço desmedido e utilizem as suas especulações «renovadoras» para credibilizar a campanha anticomunista, pelo que é oportuno lembrar um conselho de um grande dirigente operário alemão aos comunistas, para pensarem nos disparates que teriam dito ou feito, quando os inimigos de classe os elogiam.

Vítor Trindade
Barreiro

O marxismo não é uma religião

O marxismo (ou o marxismo-leninismo) não é uma religião, é uma teoria científica e, como tal, tem de ser comprovada pela realidade a que se aplica. Quando não há concordância com essa realidade não pode dizer-se tanto pior para a realidade; quando se cometem erros na aplicação do marxismo-leninismo, tal como se passa com qualquer teoria da física ou da matemática, não pode inferir-se daí que a teoria está errada. No caso concreto, o marxismo-leninismo tem sido comprovado pela história, pela economia, pela sociologia, etc., enfim pela realidade a que se aplica. O marxismo tem sido mesmo usado, com bastante sucesso, para analisar e explicar os erros cometidos por muitos partidos comunistas. Quando o marxismo-leninismo não for suficiente para explicar uma nova realidade que surja, haverá naturalmente que introduzir-lhe as alterações que se provarem necessárias aprofundando a teoria por forma a permitir aplicá-la à nova situação. Foi o que se verificou: com o marxismo quando Lenine o aplicou a uma nova realidade, o imperialismo; com a mecânica clássica quando Einstein introduziu a relatividade; ainda com a mecânica quando se estudavam os fenómenos à escala atómica e se criaram as teorias quânticas; e ainda mais remotamente, com a geometria de Euclides, quando Lobachevsky introduziu novas geometrias. Os autores das novas teorias não diziam que as anteriores estavam erradas ou ultrapassadas, pois sabiam bem que se tinham utilizado delas para desenvolver novas teorias e que as antigas permaneciam válidas nos seus campos de aplicação. Um engenheiro civil, para construir um arranha-céus usa naturalmente a mecânica clássica e não as novas mecânicas, e quem estuda os fenómenos à escala atómica recorre à mecânica quântica; a geometria de Euclides continua hoje a ter um campo de aplicações vastíssimo.
As Teses, que agora devemos discutir e analisar, constituem um exemplo da aplicação do marxismo-leninismo à realidade presente no mundo actual e em particular no nosso País. Apoiando-se nesta teoria, elas propõem caminhos e orientações a seguir, apontam erros cometidos e sugerem alterações à organização do nosso Partido. É uma boa ocasião para testar mais uma vez a validade da teoria. Se vier de futuro a ser necessário aprofundá-la ou introduzir-lhe alguma alteração, isso impor-se-á naturalmente na sequência da sua aplicação a uma nova situação e não como resultado de intenções afirmadas *a priori*.
Carece pois de sentido dizer-se que o marxismo-leninismo está errado ou ultrapassado e quem o faz vai objectivamente ao encontro da campanha movida pelas forças mais retrógradas, neste caso as forças do imperialismo. O nosso Partido é marxista-leninista porque a teoria marxista-leninista está comprovada pela realidade histórica, responde à situação presente e é a única em que nos podemos apoiar para prosseguirmos num projecto revolucionário a caminho do socialismo. Por um Partido marxista-leninista! Pelo Partido Comunista Português!

Fernando Manuel Sequeira
Lisboa

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Proposta de Regulamento para o XVI Congresso

I

1. O Congresso é constituído por delegados eleitos directamente pelas assembleias plenárias das organizações que representam, na proporção geral de um delegado por 100 membros do Partido, de acordo com as normas estabelecidas pelo Comité Central.

2. Em conformidade com o Estatutos, são também delegados ao Congresso, por inerência, os membros do Comité Central, os membros do Partido na Direcção Nacional da JCP. São igualmente delegados por inerência, camaradas a que o Comité Central, tendo em conta a importância ou o carácter das tarefas que desempenham, atribuiu a qualidade de delegado, não ultrapassando estes 1% do número total de delegados.

II

1. É obrigatória a apresentação do cartão de delegado e do cartão do Partido actualizado para a entrada no recinto reservado aos delegados.

2. O Congresso funciona estando presente a maioria absoluta dos delegados.

III

1. O Secretário-Geral e os membros dos Organismos Executivos do Comité Central, por estes indicados, assumem, no início dos trabalhos do Congresso, a Mesa da Presidência, que propõe ao Congresso a eleição dos membros da Presidência.

2. O Congresso aprova o Regulamento, a Ordem de Trabalhos e o Horário.

3. O Congresso elege, de entre os delegados, o Secretariado do Congresso, a Comissão de Verificação de Mandatos, a Comissão de Redacção e a Comissão Eleitoral.

4. A Mesa da Presidência orienta e dirige os trabalhos do Congresso em conformidade com o Regulamento cabendo-lhe:

– assegurar o cumprimento do horário e da ordem de trabalhos;

– receber o pedido de inscrição dos oradores e dar-lhes a palavra;

– receber as propostas de alteração aos documentos em debate e encaminhá-las para a Comissão de Redacção ou para Comissão Eleitoral;

– pôr à votação os documentos, propostas e moções sobre os quais o Congresso deva tomar decisões e apurar os respectivos resultados.

5. Cabe ao Secretariado do Congresso:

– dirigir o funcionamento de todos os serviços do Congresso;

– assegurar a recolha de todas as intervenções, documentos e textos relativos ao Congresso (arquivo, gravação, filmagens).

6. Compete à Comissão de Verificação de Mandatos:

– verificar a validade dos mandatos dos delegados;

– apresentar ao Congresso um relatório sobre a validade e a composição dos delegados.

7. Compete à Comissão de Redacção:

– analisar as propostas dos delegados entregues à Mesa e propor as alterações, emendas, cortes, acrescentos, que considere justificado introduzir na Proposta de Resolução Política e que será submetida à aprovação do Congresso;

– apresentar ao Congresso uma informação e fundamentação, quer sobre as propostas feitas pelos delegados, quer sobre as que foram aceites e introduzidas no documento em debate que será posto à aprovação do Congresso.

8. Compete à Comissão Eleitoral:

– examinar, com vista à sua posterior apreciação pelo Congresso, todas as questões que os delegados coloquem relativas à proposta apresentada pelo Comité Central cessante, nos termos do ponto IV deste Regulamento, bem como outras propostas sobre a composição do Comité Central;

– apresentar ao Congresso um relatório e eventuais propostas sobre a matéria.

IV

1. O Comité Central cessante apresentará ao Congresso uma proposta de composição do novo Comité Central, de acordo com o estabelecido pelos Estatutos.

2. A proposta de composição do novo Comité Central deverá ser acompanhada de uma informação quanto aos critérios que presidiram à sua elaboração e às consultas que a precederam.

V

1. Os delegados têm direito a usar da palavra e a apresentar propostas de alteração à Resolução Política em discussão e à proposta de composição do novo Comité Central apresentada pelo Comité Central cessante, bem como moções ou outras propostas que se enquadrem na Ordem de Trabalhos do Congresso.

2. Sem prejuízo de outros artigos deste Regulamento e do direito de expressar a sua opinião, os delegados que usarem da palavra têm o dever de transmitir ao Congresso a opinião da Organização que representam, se esta porventura for diferente da sua própria opinião.

3. Por exigência dos horários, os tempos e o número das intervenções podem ser limitados por deliberação da Mesa da Presidência, a qual deve informar o Congresso.

VI

1. Cada delegado tem direito a um voto.

2. As votações são feitas de braço levantado, com a apresentação do cartão de delegado.

3. A votação para a eleição do Comité Central é igualmente feita de braço levantado, com a apresentação do cartão de delegado, salvo se o Congresso, no momento que antecede a eleição do Comité Central, decidir por maioria de votos que seja voto secreto.

4. As deliberações são tomadas por maioria dos delegados presentes no Congresso.

Decidido na reunião do Comité Central de 1 e 2 de Outubro de 2000

Reuniões para discussão das Teses

OR ALGARVE

Albufeira – Assembleia concelhia: dia 17, 21h30.

Aljezur – Assembleia concelhia: dia 18, 15h00.

Faro – Reunião de camaradas das empresas: dia 16, 21h30; reunião da Comissão Concelhia: dia 22, 21h30.

Olhão – Assembleia concelhia: dia 18, 15h00.

Portimão – Assembleia concelhia: dia 18, 15h00.

Tavira – Assembleia concelhia: dia 17, 21h30.

Vila do Bispo – Assembleia concelhia: dia 17, 21h30.

Vila Real de Sto. António – Plenário da freg. **Monte Gordo**: dia 17, 21h30; Assembleia da freg. de **Vila Real de Sto. António**: dia 18, 15h00.

OR AVEIRO

Assembleias plenárias eleitorais:

Oliveira de Azeméis – Org. concelhia: dia 17, 21h00, CT, com **Hélio Casmorrinha**

Águeda – Org. concelhia: dia 17, 21h, CT, com **Joaquim Almeida da Silva.**

Aveiro – Org. concelhia: dia 18, 15h00, CT, com **Hélio Casmorrinha.**

Espinho – Org. concelhia: dia 17, 21h30, CT, com **António Salavessa.**

Feira – Plenário distrital de **quadros sindicais da ind. corticeira**: dia 17, 21h30, CT. Org. concelhia: dia 18, 14h30, com **António Salavessa.**

Ovar – Org. concelhia para disc. Teses e eleição de delegados: dia 17, 21h30, CT de Ovar, com **Domingos Abrantes.**

S. João da Madeira – Org. concelhia para disc. Teses e eleição de delegados: dia 18, 14h, com **Agostinho Lopes.**

OR BEJA

Beja - Assembleia plenária de militantes da cidade para disc. das Teses: dia 17, 21h, CT, com **José Soeiro.**

Reuniões para discussão das Teses e eleição de delegados:

Aljustrel – Org. **S. João de Negrilhos**: dia 16, 21h, CT.

Almodôvar – Fregs. de **Aldeia de Fernandes, Graça de Padrões, Rosário**: dia 18, 15h, Esc. Prim. de Ald. de Fernandes.

Beja – Fregs. de **Sta. Clara de Louredo, Trindade, Sta. Vitória, Monbeja, Beringel, S. Brissos, Trigaches, S. Matias**: dia 18, 15h, CT Beja.

Cuba - Org.concelhia: dia 18, 16h30, CT, com **Rodeia Machado.**

Ferreira do Alentejo – Fregs. de **Alfundão, Odivelas, Peroguarda**: dia 17, 20h, Centro de Convívio de Alfundão.

Mértola - Org. concelhia: dia 18, 10h, salão da JF de Mértola, com **Francisco Lopes.**

Moura – Freguesias de **S. João Batista, Sto. Agostinho, Sto. Amador, Póvoa de S. Miguel**: dia 17, 21h, CT de Moura, com **António Vitória.**

Vidigueira – Org. concelhia: dia 18, 15h30, CT, com **Henrique de Sousa.**

OR BRAGA

Assembleias para eleição de delegados:

Barcelos – Das orgs. concelhias de **Barcelos** e **Esposende**: dia 18, 21h30, CT Barcelos

Vizela – Da organização concelhia: dia 19, 9h00, com **António Lopes.**

OR CASTELO BRANCO

Covilhã – Plenário da org. da cidade da Covilhã: dia 18, 15h, CT, com **Armando Morais.**

Idanha-a-Nova – Plen. concelhio: dia 18, 20h30, na JF de Idanha, com **António Cardoso.**

Vila Velha de Ródão – Plen. dos concelhos **Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Sertã, Oleiros, Vila de Rei**: dia 18, 15h, CDRC Porto do Tejo (V.V. Ródão), com **Luís Garra.**

OR COIMBRA

Coimbra – Reunião do **Sector Intelectual** e Organização dos **Médicos:** dia 17, 21h30, CT. Assembl. das fregs. **São Martinho do Bispo** e **Santa Clara**: dia 18, 15h. Esc. de S. Martinho.

Figueira da Foz – Assembl. das organizações conc. de **Figueira da Foz** e **Mira**: dia 18, 15h30, na Soc. Filarm. 10 de Agosto, com **Sérgio Teixeira.**

Lousã – Assembl. da org. concelhia: dia 18, 17h00, CT.

OR ÉVORA

Assembleias para eleição de delegados:

Évora - Freg. **S. Sebastião da Giesteira**: dia 22, 20h30, na Esc. Prim.; freg. **S. Vicente do Pigeiro** (Vendinha): dia 16, 20h30, sede do grupo Desportivo; freg. **Sra. da Saúde**: dia 17, 20h30, CT; freg. **Torres de Coelheiros**: dia 18, 21h, Casa do Povo; freg. **Malagueira**: dia 18, 16h, nas piscinas municipais; freguesias **rurais**: dia 18, 16h , CT; célula da **CM**: dia 19, 15h, CT.

Alandroal – Fregs. de **Terena** e **Orvalhos**: dia 18, 20h, Centro Cult. das Hortinhas; fregs. **Cabeça de Carneiros** e **Montes Juntos**: dia 18, 20h, Centro Cult. Cabeça de Carneiros.

Estremoz – Fregs. **S. Lourenço, Glória, Evoramonte**: dia 20,

XVI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Reuniões para discussão das Teses

20h, na JF; Assembleia concelhia de **Estremoz**: dia 25, 16h, teatro Bernardim Ribeiro.

Montemor-o-Novo – Orgs. locais de **Maia** e **Reguengo**: dia 18, 15h, Centro Cultural da Maia; orgs. locais de **Cortiço, Ciborro, S. Geraldo**: dia 17, 21h, no Posto Médico de Cortiço.

Portel – Org. freg. de **Portel**: dia 18, 20h30, CT.

Redondo – Freg. **Montoito**: dia 17, 19h, na Cantina; freg. **Redondo**: dia 18, 16h, Centro Reformados; **Santa Susana**: dia 24, 19h, centro de Convívio.

Vila Viçosa – Org. concelhia: dia 17, 21h, no CT de Bencatel.

OR GUARDA

Seia - Assembleia plenária concelhia para discussão das teses e eleição de delegados: dia 19, 15h, CT Seia.

OR LISBOA

Amadora – Plenários para discussão Teses e eleição delegados: **CMA** (dia 23); de militantes de **Venda Nova** (18, 15h30, na R. Carlos Amaro de Matos, 13, Venda Nova), com **Clarinda Nogueira**; da **Falagueira** (dia 18), **Sorefame** e **JF** (dia 23).

Arruda – Plen. conc. para eleição delegados: dia 19, 16h, CT.

Cascais – Discussão Teses – **S. Domingos de Rana**: dia 16, 21h, CT Tires; e com eleição de delegados em **Carcavelos/Legrand/FAPAL** (18, 15h, CT), com **Adelaide Alves**; **Parede** (18, 15h30, na Cooperativa Linha do Estoril), com **Alexandre Teixeira**; célula da **Câmara Municipal de Cascais** (18, 15h, no CT), com **Dias Coelho**; **Alcabideche** (18, 15h, no CT), com **Paulo Loya**.

Lisboa – Plenários para discussão das Teses e eleição delegados – Célula da **CML** (dia 23); da freg. **Ajuda** (dia 18); de **Campolide** (dia 18, com **Marília Vilaverde Cabral**); de **Arroios** (dia 18, 15h, CT Vitória); das freg. **Graça, Sta. Engrácia, S. Vicente** (dia 18, 15h, CT da Graça); freg. **Marvila** (dia 18, 17h, CT Marvila); das freg. de **Castelo**, **Sé** e **Santiago** (dia 18, 15h30, na A.P.P.A.); das freg. das áreas de **Bairro Alto/Bica**, **Mouraria** e **Santana** (18, 15h30, CT Vitória); freg. **S. João** (dia 18, 15h, JF local); células **Voz do Operário** e **ASEG** (dia 16, 19h, CT Graça). **Almoço-convívio** da organização do **Beato**, com debate: dia 18, 13h.

Loures – Plenários, com eleição de delegados – Das organizações de **Bobadela** (dia 17); **Camarate** (dia 18, 15h, CT local); células da **CM** e **SMAS** (dia 17, 16h, no Fanqueiro, com **Jerónimo de Sousa**); freg. de **Frielas** (dia 18, 15h, casa do cam. Sá Dias); de militantes do concelho de **Loures** (dia 18, 16h, no CCD; da freg. **Prior Velho** (dia 17); da freguesia **S. João da Talha** (dia 18, 20h, no Pavilhão José Gouveia, com **Arménio Carlos**); de **Sto. António dos Cavaleiros** (dia 22, 21h, na AMSAC); de **Unhos** (dia 18).

Odivelas – Plenários para discussão das Teses – Célula da **CIMO**, com eleição de delegados (dia 21, 18h, CT Odivelas); freg. **Famões** (dia 21, 21h, no CT Odivelas); freg. **Odivelas**, com eleição de delegados (dia 21, 21h, no CT), com **Jerónimo de Sousa**; freg. **Olival Basto** (dia 18, 16h no salão da Junta de Freg.)); militantes de **Serra da Luz**, Pontinha, (dia 19, 18h, na garagem do Licínio), com **Anabela Pinto**.

Oeiras – Plenário de militantes de **Paço d' Arcos** (dia 18).

Sintra - Plenário de militantes de **Queluz**: dia 17, 21h30, CT Queluz; de **Reformados de Queluz**: dia 16. Plenário de militantes de **Rio de Mouro**: dia 18; Das fregs. de **S. Martinho/Sta. Maria**, Sintra (dia 21) e **S. Pedro** (dia 18, 15h, na URCA – sede do Grupo Coral Alentejano).

Torres Vedras - Plen. das freguesias **Carvoeira, Runa, Dois Portos, Carmões, S. Pedro, Sta. Maria e restantes**: dia 17, 21h30, CT de Torres, com **Jorge Cordeiro**.

Vila Franca Xira – Plenários para discussão das Teses e eleição de delegados – Dos militantes das freguesias de **Alverca e Calhariz**: dia 17, 21h, no CT de Alverca, com **Francisco Lopes**; das células da **CM** e **SMAS**: dia 16, 17h, no CT de Vila Franca, com **Armando Miranda**; de **Forte da Casa**: dia 17, 21h, no Pav. Municipal do Forte da Casa, com **Armindo Miranda**; da freg. de **S. João dos Montes**: dia 17, 21h30, no CT de A-dos-Loucos, com **José Ernesto Cartaxo**; dos militantes da freg. de **Vialonga**: dia 18, 15h, CT Vialonga.

Sector Bancários – Plenários para discussão das Teses e eleição de delegados – Do **BES** (dia 16); **BNU/BP/MG** (dia 16); **BPI** (dia 16); **BPSM/SBSI** (dia 16); **BTA/CPP/Santander** (dia 20); **CGD** Dia 20); **BCP/BBV/Barclays Bank** (dia 23).

Reformados Bancários: dia 30 Novembro, 14h30, CT Vitória.

Sector Função Pública - Plenário dos militantes **funcionários do Sindicato da FP**: dia 16, 13h, CT Vitória. **Plenários com eleição de delegados**: de **M.E.Social/Ambiente/LNEC/IM**: dia 20; do **MAP/MIE/Aposentados/Comércio e Turismo**: dia 22, 18h30: **M.Fin./Peq. Ministérios**: dia 22; Executivo do **OD** do **Sector FP**: dia 21.

Sector Hotelaria – Plenário para eleição de delegados: dia 22.

Sector Intelectual – Plenários para eleição de delegados: **Comunicação Social**: dia 21, 21h30; **Ciências Sociais/Património/Novos Quadros/Psicólogos**: dia 22, 21h30; **Artes Plásticas, Arquitectos e Designers**: dia 23, 21h; **Cultura Literária**: dia 24 às 18h – todos no CT Vitória.

Sector Público – Plenários para eleição de delegados – **Correios**: dia 23. **Telecomunicações**: dia 23.

Sector Saúde – Plen. para discussão das Teses: dia 16, 21h, CT Vitória.

Sector Seguros – Para discussão das Teses e eleição de delegados: dia 23.

Sector Serviços – Eleição de delegados: dia 23, 20h, CT Vitória; Plenário do Sector para discussão das Teses: dia 16, 20h, CT Vitória; Reunião do OD: dia 21, 19h30.

Sector Sindical – Para discussão das Teses: dirigentes sindicais da **Marinha Mercante**: dia 16; do **CESP**: dia 22. De **funcionários sindicais** para eleição de delegados: dia 20.

Sector Transportes – De funcionários do **SITAVA**: dia 16, 19h30. Para eleição de delegados: da célula do **Metro** (dia 22), das células **SITAVA/TAP/Av. Estrang./ANA**: dia 22; da **Autocoope** e **Táxis**: dia 18.

Sector Empresas de Lisboa – Plenário do sector para eleição de delegados: dia 17, 19h30.

JCP – Plenário do **Ensino Superior**: dia 16, 20h, CT Vitória, com **Domingos Lopes**; plenário da Org. Regional: dia 23, 19h, CT Vitória.

Mulheres - Reunião para discussão das Teses: dia 17, 18h, CT Vitória.

OR LITORAL ALENTEJANO

Plenários para discussão das Teses e eleição de delegados:

Alcácer do Sal – Militantes da freg. de **S. Martinho**: dia 17, 21h, CT de Casebres; dos militantes de **Rio de Moinhos**: dia 18, 16h, Centro Social; dos membros do Partido da **Cidade e Bairros de Alcácer**: dia 18, 15h, CT de Alcácer; de militantes de **Carrasqueira/Comporta**: dia 21, na Esc. Primária.

Odemira – Das organizações de **Luzianes** (Gare, Sabóia, Pereiras), **Gare** e **Sta. Clara-A-Velha**: dia 17, 15h, Centro Social de Luzianes, com **José Catalino**; da freguesia de **S. Luís** (dia 18, 15h, JF)

Sines – Plenário da Com. Concelhia alargado a Eleitos nas autarquias e outros militantes: dia 16, 20h, CT, com **José Catalino**.

OR PORTALEGRE

Avis – Plenários para eleição de delegados – Em **Ervedal** (dia 17, 20h), **Aldeia Velha** (dia 18, 18h), **Alcórrego** (dia 18, 19h), **Avis** (dia 18, 20h), **Benavila** (dia 24, 20h).

OR PORTO

Assembleias para discussão das Teses e eleição de delegados:

Sectores Profissionais da ORP (Sectores Alimentação e Hotelaria, Comércio e Serviços, Gráficos, Ind. Eléctricas, Metalúrgicos, Constr. Civil, Ferroviários, Função Pública; células da EDP, Telecom, CTT, Petrogal, Sindical e Diversos): dia 18, 15h, CT da Boavista, com **Emídio Ribeiro**; convívio com magusto. Dos camaradas dos sectores **Bancários** e **Seguros**, das células **CMP, SMAS e ECL**: dia 16, 21h, CT da Boavista.

Gondomar – Org. de **Baguim do Monte**: dia 17, 21h.

Maia – Dia 18, 15h30, CT Pedrouços.

Marco de Canavezes – Dia 18, 15h30

Matosinhos - De **Leço da Balio, Custóias, S. Mamede, Sra. da Hora/Norte**: dia 17, 21h00, Esc. Sec, Padrão da Légua; de **Matosinhos, Leça da Palmeira, Lavra, Guifões, Sta. Cruz do Bispo, Sra. da Hora/Sul**: dia 18, 15h30, CT Matosinhos.

Paços de Ferreira – Dia 18, 16h30, nos Bombeiros Vol. Freamunde

Porto – Freg. de **Foz do Douro**: dia 17, 21h30, na JF; freg. de **Aldoar**: dia 18, 15h

Santo Tirso – De **Vila das Aves, S. Martinho do Campo, S. Tomé Negrelos, Roriz, Vilarinho, S. Salvador de Campo, S. Mamede Negrelos**: dia 18, 21h, JF de Vilarinho. **Restantes freguesias**: dia 18, 15h30, CT Sto. Tirso.

Trofa – Dia 18, 15h, CT da Trofa

Valongo – Freg. de **Campo**: dia 17, 21h30, CT Campo; das fregs. de **Alfena, Ermesinde, Sobrado, Valongo**: dia 18, 21h30, JF Valongo.

Vila do Conde – Dia 17, 21h30.

Vila Nova de Gaia – Reunião para discussão das Teses, **com independentes**: dia 17, 21h30, JF de Mafamude, com **Vítor Dias**.

Juventude em debate – Debate sobre as Teses, aberto a todos os militantes, jovens ou não: dia 16, 21h30, CT da Boavista

JCP- Discussão das Teses: dia 18, 15, CT V. Nova Gaia.

OR SANTARÉM

Assembleias concelhias para discussão das Teses e eleição de delegados:

Abrantes – Dia 17, 21h, CT, com **Albano Nunes**.

Alpiarça – Dia 18, 21h, com **Domingos Abrantes**.

Almeirim – Dia 18, 21h, com **Albano Nunes**.

Golegã – Dia 18, 15h.

Rio Maior – Dia 18, 15h, com **Albano Nunes**.

Torres Novas – Dia 18, 16h, CT, com **Jorge Cordeiro**

Chamusca – Das freguesias de **Vale Cavalos** e **Chamusca**: dia 18, 16h, CT.

Santarém – Das freguesias de **Póvoa de Isenta/Vale de Santarém/Almoster** (dia 17, 21h), **Pernes/S. Vicente de Paul, Amiais de Baixo, Arneiro Milh.** (dia17, 21h, CT Pernes), **Alcanhões/Póvoa Santarém/Vale Figueira/Pombalinho** (dia 18, 15h).

Para debate das Teses - Reunião em **Benavente**: dia 17, 21h, CT.

OR SETÚBAL

Almada - Assemb. conjunta das células dos **Têxteis e do Apoio**, 16, 18h, no CT concelhio; da **Charneca da Caparica**, 18, 15h, no CT; Assemb. conj. das células da **Saúde** e do **Teatro de Almada**, 20, 21h, no CT concelhio; **debate** - «PCP força essencial para a alternativa de esquerda», 17, 21h, Clube Recreativo de Feijó, com **Jorge Pires**. Com eleição de delegados: Célula da **Lisnave/Gestnave**, 16, 17h, no CT concelhio; **Trabalhadores da Autarquia**, 16, 18h, no CT concelhio; **Arsenal do Alfeite**, 17, 17h, no CT concelhio; **Pragal**, 18, 15, no CT Pragal; **Caparica**, 18, 15h, no CT; Cova da Piedade, 18, 15h, no CT; **Trafaria**, 18, 16h, na Escola 4; **Sobreda e Vale Figueira**, 19, 15h, no Clube Recreativo Sobradense, com **Manuel Valente**.

Barreiro - Assemb. conj. dos militantes da **Função Pública, das IPSS's e do Hospital do Barreiro**, com eleição de delegados, 16, 17h30, no CT do Barreiro; Assemb. conj. das células dos **Trabalhadores da Energia e Telecomunicações, das Empresas Metalúrgicas e das Pequenas empresas**, com eleição de delegados, 17, 18h, CT concelhio; Assemb. conj. de **Quadros Técnicos e Intelectuais, Médicos, Professores, eleitos da Assembleia e da Câmara Municipal**, com eleição de delegados, 18, 15h, CT concelhio; **Comissão de Fundos**, 18, 15h, CT concelhio; Assembl. Organismo dos **Ferroviários**, com eleição delegados, 18, 15h, no CT Concelhio; da Comissão de **Jovens**, 16, 21h, no CT concelhio. **Debate** - «PCP, um partido comunista no limiar de um novo século»: dia 17, 21h, Audit. do CT Concelhio, com **José Casanova**

Montijo - com eleição de delegados: freg. da **Sarilhos Grandes**, 18, 15h, CT, com **Virgílio Azevedo**; da freg do **Montijo, Bairro da Caneira e Mulheres**, 18, 16h, no CT Montijo, com **José Abreu**; das freg. da **Atalaia, Alto Estanqueiro/Jardia e Bº do Arelas**, 18, 17h30, CT Montijo, com **Virgílio Azevedo**; da Freg. **St.º Isidro**, na Soc. Rec. das Faias (St.º Isidro), com **Nuno Costa**.

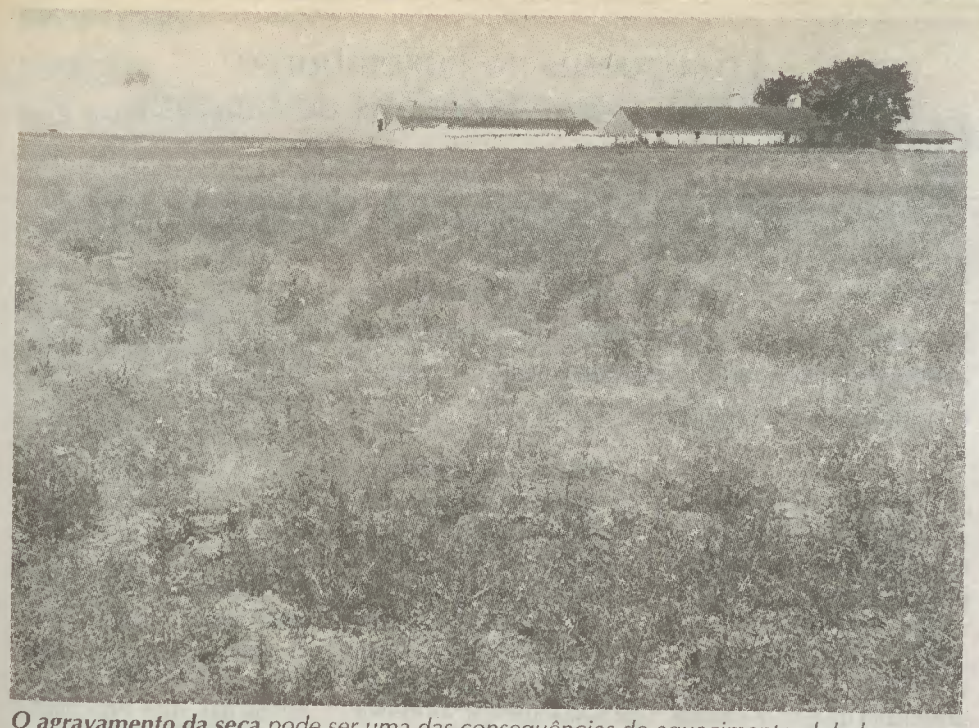
Palmela - Assemb. freg. **Palmela**, com eleição delegados, 17, 21h, no Cine-Teatro S. João, dos **Trabalhadores da Câmara Municipal**, com eleição deleg., 20, 18h, no CT Palmela; e **debate público** «Democracia e Participação», 22, 21h30, no Cine-Teatro São João, com **José Casanova**; no Pinhal Novo, assemb. com eleição delegados da freguesia/**AutoEuropa**, 18, 15h, no CT e **sessão pública** sobre o «Mundo do Trabalho», 17, 21h30, no Salão da Junta de Freguesia, com **Rui Paixão**; Bairro Alentejano, 18, 21h30, no CT.

Seixal - Assemb. do grupo de **junção «C»**, 18, 15h, CT Seixal; da freg. de **Aldeia de Paio Pires**, 18, 15h, no Paio Pires Futebol Clube; freg. da **Amora**, 18, 15h, no Auditório da Junta de Freg. Amora; Org. local **Casal do Marco**, 19, 15h, na delegação da Junta Freg. de Aldeia de Paio Pires.

Sesimbra - Assembl. conj. para eleição de delegados da freg. **Santiago, Pescadores, Trabalhadores das Autarquias e Comerciantes**, 17, 21h, no CT; e da freg. do **Castelo**, 18, 21h, na Biblioteca do Zambujal.

Setúbal - Assemb. de activistas sindicais, 16, 17h, CT da DORS, com **Jorge Pires**.

Bancários - Assemb. disc. Teses, 17, 21h, no CT Almada.



O agravamento da seca *pode ser uma das consequências do aquecimento global*

Em véspera da Conferência de Haia

Carta aberta ao Primeiro-Ministro

Em véspera da Conferência de Haia, «Os Verdes» entregaram ao Primeiro-Ministro uma carta aberta com as suas preocupações e reivindicações.

Com chapéus de chuva verdes e amarelos, símbolos das alterações climáticas, e um assador com castanhas por oferta, «para que as alterações climáticas não levem o São Martinho», «Os Verdes» apresentaram-se, na manhã de sábado passado, à porta da residência oficial do Primeiro-Ministro.

Para que as alterações climáticas não levem o São Martinho

Uma iniciativa que teve como objectivo alertar para a ausência de uma política adequada nesta área e exigir do Governo que defina rapidamente «uma estratégia global e integrada com o envolvimento da sociedade civil».

Na carta, entregue em mão ao assessor do Primeiro-Ministro para Assuntos de Ambiente, depois de se lembrar que a política seguida pelos anteriores governos tem sido «a do aumento de emissões de gases que provocam o efeito de estufa» refere-se que, «em Quioto, incompreensivelmente, Portugal negociou um aumento de 40% nas emissões daqueles gases até 2010, sendo que tudo indica que a esta velocidade, no ano referido, teremos aumentado o nível de emissões para o dobro daquilo a que o governo se comprometeu».

Propostas concretas

Face a esta situação, «Os Verdes» defendem a necessidade de medidas efectivas para a redução de gases causadores do efeito de estufa e nesse sentido avançam algumas propostas.

Prioridade para o investimento no transporte ferroviário e a rápida criação de uma rede nacional de pistas para velocípedes, são as propostas dos ecologistas para os transportes, no quadro de uma política que «promova em grande escala, de forma descentralizada pelo país e nos espaços urbanos, o transporte público e o transporte alternativo».

A modernização tecnológica das indústrias instaladas, «obrigando à instalação de equipamentos que minimizem os impactos das emissões poluentes e estimulando a sua redução», é outras das prioridades referidas na carta aberta.

«Os Verdes» defendem ainda, como prioridade política, a adopção da diversidade energética e da promoção de energias alternativas, garantindo, simultaneamente, «a nossa independência do exterior em termos energéticos» e «formas de produção de energia que não emitam gases que contribuam para o aquecimento global do planeta».

Outra vertente fundamental, referida por «Os Verdes», é a do acompanhamento e fiscalização da qualidade do ar e medição das emissões poluentes, imprescindível para «controlar as políticas implementadas e as medidas adoptadas».

Urbano Tavares Rodrigues desmente o *Expresso*

O nosso camarada Urbano Tavares Rodrigues enviou ao *Avante!* o texto que a seguir publicamos:

Tendo o semanário *Expresso*, na sua edição de 11 do corrente, recusado a publicação integral desta minha rectificação, omitindo um parágrafo em que eu explicava o sentido da minha atitude, venho fazê-lo no *Avante!*, até porque sobretudo me importa o juízo dos meus camaradas:

Rectificação

«A notícia do dia 4 do corrente do *Expresso* assinada por Orlando Raimundo e Mário Ramires, com o título "Urbano T. Rodrigues interpela Carvalhas", peca por várias inexactidões e, no que me concerne, não é de facto verdadeira, pois não assinei nenhuma carta dirigida ao meu camarada Carlos Carvalhas.

«Especifico, no entanto, que perante a destruição geral do estado da nação pelo capitalismo global e a acentuação do abismo entre ricos e pobres em toda a Europa e no nosso país, penso que o Partido Comunista Português, sem perda do seu espírito revolucionário, terá de se ampliar e fortalecer como grande partido de massas que é, defensor de todos os trabalhadores e dos direitos humanos, para o que haverá de concorrer uma cada vez maior circulação de democracia e de transparência no seu interior. Igualmente penso que para a condução dessa luta se impõe um espírito de conciliação e de fraternidade entre aqueles que, desejando os mesmos objectivos, possam pensar diferentemente.»

● Manuel Rodrigues

Descida ao "inferno" das políticas de direita

Tínhamos descido a encosta da serra em demanda de um local apropriado para a realização da Conferência de Imprensa do nosso camarada António Abreu, na sua campanha para as eleições para a Presidência da República. Ali mesmo, no emblemático lugar da Pena, junto às medonhas penedias da «Boca do Inferno». Ali chegados, um dos oito habitantes da aldeia, o ti António, abeirou-se de nós e, no seu peculiar jeito de quem há muito tempo procura companhia para desenferrujar a língua, mete conversa:

- Por aqui, hoje?

Já nos conhecíamos das muitas andanças da luta dos baldios, quando a população quis constituir a sua Assembleia de Compartes. Já lá vão uns anos. Eram ao todo doze os moradores, naquela altura. Mas, hoje, já só são oito.

- Gostaríamos de trazer aqui o candidato à Presidência da República apoiado pelo PCP, o eng.º António Abreu e aproveitar a sua passagem para, mais uma vez, mostrar ao país os terríveis efeitos da desertificação destas aldeias.

- Pois que venha ele, que cá o haveremos de receber bem. Já só somos oito cá na terra, mai-los meus netos que abandonaram Lisboa e aqui aprontaram este negócio.

Tratava-se de uma pequena taberna que oferece a quem visita a aldeia os produtos tradicionais da região: o cabrito da Gralheira, o salpicão, o presunto, a morcela, o chouriço, a vitela de Lafões. Para ali voltara aquele jovem casal, depois de anos passados em Lisboa, por inadaptação à vida nessa grande metrópole.

- Isto está muito mal, estamos todos muito velhos, a agricultura não dá nada. P'ra aqui vamos apodrecendo. Os incêndios, volta e meia, lambem a floresta. Os lobos atacam-nos os rebanhos. Mas, sabe, estou muito contente. Lá para finais de Novembro vou ter um bisneto. Filho destes meus netos que p'ra qui vieram viver. Há trinta anos que aqui não nasce uma criança na terra. Vai ser uma alegria para todos.

- Então, vamos ter festa na terra.

- Pode crer. É um verdadeiro milagre.

Estávamos na aldeia da Pena, concelho de S. Pedro do Sul. Na escarpada encosta norte da serra da Gralheira, a terra onde - diz a lenda - um morto matou um vivo e uma cabra matou um lobo, numa espécie de desafio à natural ordem das coisas.

Contra políticas desertificadoras

Uma das centenas e centenas de aldeias que, por este interior rural fora, agonizam às mãos das desastrosas políticas agrícolas e sociais dos Governos de direita, que nos têm governado. A agricultura familiar sucumbe perante as agressivas investidas do elevado preço dos factores de produção, da concorrência dos produtos estrangeiros, da escassez dos apoios e ajudas à produção (neste Quadro Comunitário de Apoio já nem as raças autóctones são apoiadas), da ausência de alternativas de emprego, da falta de condições de vida. O ciclo é quase sempre o mesmo: A Escola fecha. A carreira, que servia diariamente a população, passa agora a dois quilómetros de distância. O correio (que já foi diário) chega uma ou duas vezes por semana. O posto médico foi encerrado. A casa do povo foi extinta. Frequentes vezes, os incêndios reduzem a cinzas a floresta e alteram os ecossistemas rurais. Uma parte da população emigra. Os mais velhos vão morrendo. A escassa meia dúzia de jovens demanda nova vida na cidade.

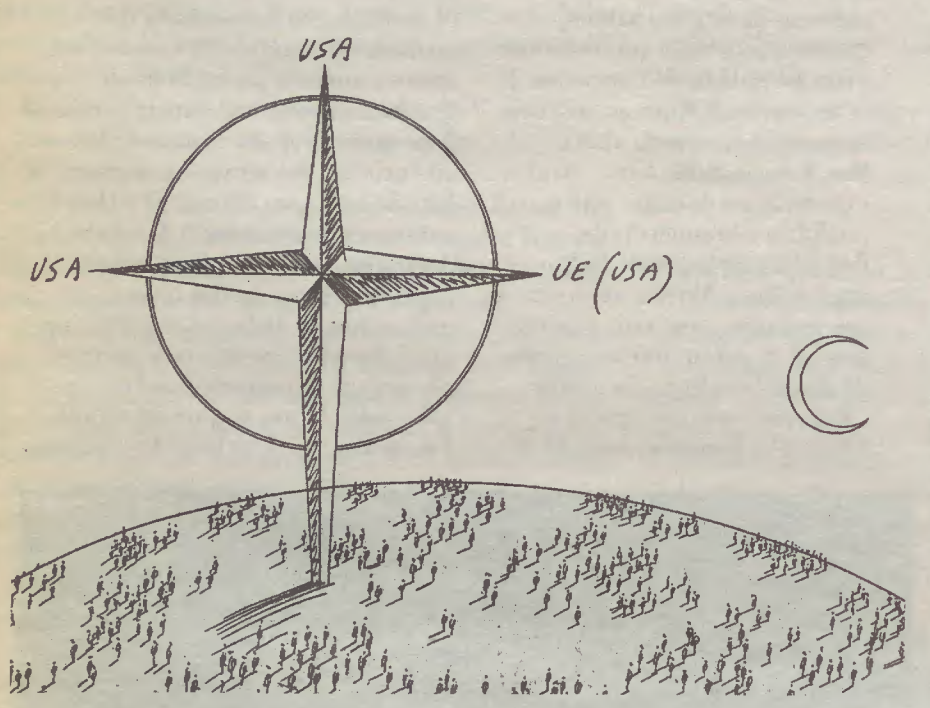
Centenas de aldeias, por este distrito. Milhares de aldeias, por este país fora, vivem este fenómeno, melhor dizendo, este drama.

E porque é urgente pôr fim à loucura política (de muito piores consequências que a doença das vacas loucas) de que enfermam os nossos governantes e reanimar o mundo rural, a Organização Regional de Viseu do PCP decidiu promover este encontro do nosso candidato à Presidência da República com esta realidade. Ao fazê-lo, pretende-se dar, uma vez mais, um importante contributo para a transformar. Ali mesmo, lado a lado com as populações, com a nossa análise das causas e consequências deste fenómeno e, claro, com as nossas propostas e acção para a superação deste grave problema. Como é próprio, aliás, de um partido que quer continuar a ser um partido revolucionário.

A militarização da União Europeia

• Ilda Figueiredo

Como é conhecido, desde o ano passado, e sobretudo após a posse e entrada em funções de Javier Solana, o Alto Representante para a política exterior e de segurança da União Europeia, foram dados passos muito significativos, e que importa acompanhar com grande atenção dados os perigos que envolve, na criação de uma política de segurança e defesa comum da União Europeia. Mesmo que, recentemente, o Presidente Romano Prodi, num discurso muito aplaudido pelo Parlamento Europeu, tenha posto em causa o modelo organizacional actual, defendendo a sua transitividade e futura integração na Comissão, embora com um possível estatuto especial adequado para fazer face às necessidades em matéria de segurança e defesa.



A verdade é que, por enquanto, Javier Solana é o grande senhor da velocidade de cruzeiro que imprimiu à criação de uma política comum de segurança e defesa, em estreita colaboração com a política da NATO de que foi um dos principais responsáveis nos bombardeamentos da Jugoslávia.

Para avaliar os avanços e as medidas que se preparam é importante ler o projecto de relatório da deputada europeia socialista francesa Catherine Lalumière. Aí, depois de recordar o seu apoio ao grande objectivo definido em Colónia e em Helsínquia, de criar, até 2003, uma força de acção rápida constituída por 50 a 60 mil homens, mobilizável em 60 dias e susceptível de estar em campo durante um ano, dotada dos apoios aéreos e marítimos adequados, propõe-se, por exemplo, relativamente ao desenvolvimento dos meios e das capacidades militares da União Europeia, que, na sequência da «Conferência sobre os contributos para a capacidade», os Estados-membros se esforcem por colmatar as lacunas existentes na matéria, tal como acabam de fazer no domínio do transporte aéreo estratégico (Airbus A400M), dos mísseis ar-ar (Météor), dos mísseis de cruzeiro (Scalp/Storm Shadaw) e dos satélites de reconhecimento e navegação. Refere-se, designadamente, à necessidade de ultrapassar o que considera as debilidades dos países europeus nos domínios das comunicações, do comando, do controlo e da informação, da mobilidade estratégica (transporte aéreo pesado, reabastecimento em voo), da recolha das informações, da capacidade de penetração das defesas aéreas adversárias, da capacidade de ataque em qualquer situação climatérica, de dia e de noite, das armas guiadas de precisão e dos mísseis de cruzeiro. **Estados obrigados a contribuir**

No relatório citado afirma-se que a criação de uma capacidade de intervenção rápida da União Europeia (UE) levanta o problema da profissionalização dos exércitos dos Estados-membros, via na qual alguns já se empenharam, mas reconhece que cabe a cada Estado determinar o que lhe convém, em função das suas tradições políticas e sociais e do papel que pretenda desempenhar na gestão das crises. No entanto, pretende que um Estado que não deseje participar numa missão seja obrigado a pagar uma contribuição financeira que será repartida pelos Estados participantes nessa guerra.

O relatório sublinha com satisfação o acordo-quadro assinado em 27 de Julho de 2000, em Farnborough, entre seis países da UE, dado considerar que favorecerá a reestruturação das indústrias de defesa na Europa e, simultaneamente, solicita que a UE se dote de uma verdadeira política espacial, que abranja os aspectos civis e militares da utilização do espaço e que englobe os meios nacionais e multinacionais de que dispõe no domínio militar, no seio de um Comando Espacial Comum da União Europeia.

Registe-se, por último, que em Nice poderão vir a ser criados os órgãos definitivos da PECSD - Comité Militar e Estado-Maior Militar – com competências e poderes de decisão que permitam avançar ainda mais rapidamente na concretização da política comum de segurança e defesa.

Portugueses no Luxemburgo são tratados como cidadãos de segunda

Discriminação impune

A Federação Luxemburguesa de Futebol tem recorrido a vários estratagemas para impedir a inscrição de alguns clubes constituídos maioritariamente por portugueses.

Este comportamento discriminatório levou a deputada do PCP, Ilda Figueiredo, a interrogar a Comissão Europeia, recordando que ainda recentemente este direito foi negado ao «Águias Boavista». Inicialmente foi usado o argumento de que se tratava de um clube estrangeiro, depois a federação fez exigências que não constam nos próprios estatutos da Federação. A deputada nota que se trata de uma situação óbvia de discriminação entre clubes que, embora compostos por membros de nacionalidades diferentes, se regem pela mesma legislação luxemburguesa.

Em resposta, a Comissão Europeia, através de Viviane Reding, reconheceu que a discriminação entre clubes de uma federação de desporto baseada no facto de alguns membros, jogadores ou directores, terem a nacionalidade de outros Estados-membros é contrária ao direito comunitário.

Designadamente, a Comissária evoca o direito de livre circulação de trabalhadores na comunidade, disposição que garante vantagens sociais e fiscais idênticas às dos trabalhadores nacionais do Estado-membro em causa. A isto soma-se o facto de que várias decisões do Tribunal de Justiça confirmaram a aplicação deste princípio legal também às actividades de lazer, nas quais se inclui a prática de desporto amador.

Apesar disso, a Comissão afirma que «não tem competência para intervir e examinar formalmente o caso», por se tratar de «uma federação de desporto privada». Neste caso, «cabe às vítimas da discriminação tentar obter uma reparação recorrendo a instâncias judiciais nacionais»

Parlamento aprova Carta dos Direitos

O Parlamento Europeu aprovou oficialmente na terça-feira a Carta dos Direitos Fundamentais, abrindo caminho à proclamação do documento na cimeira de Nice, a 7 e 8 de Dezembro.

Por decidir ficou para já se a Carta será integrada nos Tratados e terá força jurídica ou se será apenas uma mera proclamação política. Apesar de o documento ser mais recuado em matéria de direitos do que várias constituições nacionais, como é o caso da portuguesa, a maioria dos deputados europeus mostrou-se favorável a que sirva de base à criação de uma Constituição Europeia.

Até à cimeira de chefes de Estado e de Governo que encerra a presidência francesa da UE o Parlamento deverá insistir uma vez mais na necessidade de conferir força jurídica à Carta dos Direitos Fundamentais.

O futuro estatuto da Carta só será definido, porém, no primeiro semestre do próximo ano, durante a presidência sueca da UE, como esclareceu o presidente francês, Jacques Chirac, em conferência de imprensa no final da Cimeira Europeia de Biarritz.

Ao todo são 52 artigos divididos em sete capítulos: dignidade, liberdades, igualdade, solidariedade, cidadania, justiça e disposições gerais. Um dos capítulos mais controversos é o da «solidariedade», em que os direitos dos trabalhadores são resumidos a fórmulas vagas como a «informação e consulta», a «negociação e celebração de convenções colectivas», ou ainda a possibilidade de recorrerem a «acções colectivas» como a greve.

Combate à BSE obriga a novos testes

A Comissão Europeia vai propor aos Estados-membros a obrigatoriedade da realização de testes de detecção da encefalopatia espongiforme bovina (BSE) em todos os animais bovinos acima de determinada idade.

Os comissários da Saúde e Protecção dos Consumidores e da Agricultura, que fizeram a proposta, pretendem que o novo programa de testes constitua uma «garantia extra» para a segurança das pessoas no consumo de carne de vaca, complementando outras medidas já previstas por Bruxelas.

O novo programa de testes, que surge na sequência dos recentes casos surgidos em França, estará ligado à «idade dos animais, tendo em conta que apenas os bovinos com determinada idade desenvolvem os sintomas clínicos da BSE devido ao longo período de incubação da doença».

A idade estabelecida para a detecção da doença e o início da execução do novo programa não estão ainda estabelecidos, segundo notícia da Lusa citando uma fonte da Comissão Europeia.

Bruxelas acordou anteriormente um programa de detecção da doença em animais considerados em risco (que apresentassem sintomas clínicos da doença), cujo início está previsto para 1 de Janeiro do próximo ano, prevendo-se a realização de cerca de 170 mil testes.

O novo plano pretende completar este programa já estabelecido, uma vez que a aplicação do primeiro programa em alguns Estados-membros, como a França, levou à detecção de novos casos.

A forma de pôr em prática o alargamento dos testes a todos os animais idosos era tema de da reunião de ontem do Comité de Gestão Veterinária, bem como será discutida no Conselho de Ministros da Agricultura, que terá lugar a 21 de Novembro.

Serviços postais em perigo

O Parlamento Europeu irá decidir no próximo mês de Dezembro sobre uma proposta de directiva que visa uma rápida e brutal liberalização dos serviços postais. O objectivo da Comissão é reduzir de 350 para 50 gramas o limite do peso do correio reservado ao serviço público universal. A aplicação desta medida permite que empresas privadas alarguem a sua actividade no sector pondo em causa a viabilidade económica dos Correios do Estado que têm a obrigação de garantir um serviço a todos os cidadãos.
Os deputados do PCP têm alertado para as consequências negativas desta directiva designadamente para Portugal e outros países da União Europeia, sublinhando que não só põe em causa um serviço público essencial, como coloca em risco cerca de meio milhão de postos de trabalho na União Europeia.
Ontem, quarta-feira, o grupo da Esquerda Unitária Europeia, em colaboração com deputados de outros grupos do PE, realizava em Estrasburgo uma audição sobre esta matéria, na qual participou como convidado um membro da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

Bruxelas processa Portugal

A Comissão Europeia abriu um processo de infracção contra Portugal pelo incumprimento da directiva comunitária sobre as lamas de depuração, tendo agora o país dois meses para se justificar. A violação consiste no facto de Portugal não ter prestado informação sobre a eliminação das lamas e não ter assegurado um sistema efectivo de registos. Para além do nosso país, a Comissão aponta irregularidades à Suécia, Bélgica, Irlanda e Itália.
A directiva prevê o controlo da qualidade das lamas de depuração utilizadas na agricultura, em especial para evitar a acumulação de metais pesados no solo, bem como um sistema de registos para a efectivação dos controlos.
De três em três anos, os Estados-membros devem comunicar determinadas informações, nomeadamente a quantidade de lamas produzida e utilizada na agricultura e os seus teores, o que inclui as concentrações de metais pesados e de nutrientes, que são absorvidos pelas plantas.

Exclusão social

Europa tem 65 milhões de pobres

O Parlamento Europeu vota hoje o programa de luta contra a exclusão social, com base num relatório da responsabilidade da deputada comunista Ilda Figueiredo.

Em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, Ilda Figueiredo propôs ontem, quarta-feira, ao plenário que apoie o lançamento de um programa de acção da Comunidade para uma maior cooperação entre os Estados-membros na luta contra a exclusão social.

O desemprego é uma importante causa de pobreza e exclusão social

Em situação de pobreza, segundo dados do Eurostat, estima-se que na União Europeia vivam 65 milhões de pessoas, ou seja, com um rendimento de 18 por cento da média nacional. Esta situação é particularmente grave em Portugal onde um quarto da população está abaixo do limiar da pobreza.

O relatório de Ilda Figueiredo defende uma visão multidimensional dos fenómenos da pobreza e da exclusão social. O desemprego é visto como uma importante causa de exclusão social, pelo que recorda as conclusões do Conselho Europeu de Lisboa para afirmar, nomeadamente, que a taxa de emprego das mulheres deve ser elevada dos actuais 51 por cento para mais de 60 por cento até 2010, devendo ser reduzido o número de pessoas que vive abaixo do limiar de pobreza.

Programa para cinco anos

O programa deverá abranger o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2001 e 31 de Dezembro de 2005, e por proposta da relatora deverá contar com um financiamento de 100 milhões de euros, em vez dos 70 milhões propostos pela Comissão.

Estas verbas serão utilizadas para permitir a integração plena e total das populações atingidas pela exclusão social e pobreza, bem como o acesso de todos à habitação, à educação e aos cuidados de saúde, dispensando especial atenção às mulheres e aos grupos mais desfavorecidos.

Nestes destacam-se os idosos, crianças, migrantes, refugiados e minorias, os sem abrigo, pessoas com deficiência e desempregados, bem como os residentes em zonas mais desfavorecidas, cidades, regiões do interior e áreas industriais em declínio, zonas rurais e regiões ultraperiféricas.

Para além de prever a elaboração de planos nacionais com objectivos definidos, a proposta impõe ainda a realização de um relatório anual sobre o fenómeno, bem como a integração dos dados e resultados do programa no relatório anual da Primavera sobre a situação económica e social da UE.

A concretização das medidas passa ainda pela promoção do diálogo entre as diversas partes interessadas e por contactos regulares entre organizações não governamentais (ONG) e parceiros sociais a nível europeu. Neste sentido, será criado um grupo de reflexão constituído por parceiros comunitários, ONG's, representantes do PE e do Conselho Económico e Social e do Comité das Regiões.

***A população idosa** é um dos grupos mais atingidos pela pobreza que afecta um terço dos portugueses*

Estatuto dos eurodeputados propõe salário único

O Parlamento Europeu quer acabar com as diferenças de remuneração entre os 626 eurodeputados e vai avançar com uma proposta de salário único de 1651 contos (8240 euros), independentemente do Estado-membro de cada parlamentar.

A proposta, inscrita no «Projecto de Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu», irá beneficiar de forma sensível os eurodeputados portugueses, espanhóis, finlandeses e suecos, que vêm o seu ordenado aumentar em cerca de mil contos, segundo noticia a Agência Lusa.

Actualmente, o salário base é pago pelo parlamento de cada país de origem sendo, por isso, equivalente ao de um deputado nacional, o que acarreta diferenças remuneratórias significativas. Enquanto um eurodeputado português recebe cerca de 630 contos e um irlandês 800, um italiano, um austríaco e um alemão poderão receber entre 1900 e 1200 contos de salário base.

A esta remuneração, porém, acrescentam-se ainda as designadas «ajudas de custo», que incluem despesas com viagens de e para o país de origem do eurodeputado (cerca de 300 contos semanais, dependendo da distância), um subsídio para secretariado (cerca de 1900 contos) e ainda um subsídio por cada dia de trabalho em Bruxelas ou Estrasburgo de cerca de 40 contos por dia. Todas somadas, as despesas de representação, que não são tributáveis, podem ascender a mais de 3500 contos.

Se for aprovado o estatuto proposto pelo PE, um eurodeputado poderá assim passar a auferir mais de 4 mil contos por mês (embora uma parte importante desse valor seja para pagar despesas inerentes à sua actividade).

O Estatuto propõe ainda que a reforma possa ser requerida aos 55 anos de idade, devendo a pensão ser equivalente a «3,5 por cento do montante do subsídio por cada ano completo de exercício», até um máximo de 70 por cento. Por exemplo, um eurodeputado que cumprir uma legislatura de cinco anos teria direito a uma pensão de reforma de 288 contos mensais.

No entanto a aprovação do documento não está garantida tanto mais que alguns dos Estados-membros, a quem caberá a palavra final, consideram a proposta irrealista por aumentar significativamente o salário de muitos dos parlamentares sem haver a correspondente regulamentação e maior transparência das regras aplicáveis aos gastos.

Alargamento em 2002

A Comissão Europeia acredita que 10 dos 13 países candidatos ao alargamento concluam as negociações de adesão à União Europeia em 2002, podendo começar a aderir um ano e meio depois.
O relatório da Comissão Europeia sobre o alargamento da União admite que as negociações com dez dos 13 países estejam concluídas em 2002, sendo necessários mais cerca de 18 meses para que os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu ratifiquem todos os actos legislativos. Chipre, Malta, Estónia, Eslovénia, República Checa, Hungria, Eslováquia, Polónia, Lituânia e Letónia deverão ser incluídos na primeira vaga, continuando à espera a Bulgária, Roménia e Turquia. A Turquia é o único país candidato que ainda não iniciou as negociações, por não satisfazer «a estabilidade das instituições que garantem a democracia, o estado de direito, o respeito dos direitos humanos, assim como o respeito e a protecção dos direitos das minorias».

Chernobyl encerra

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, defendeu o aumento da ajuda por parte do Ocidente à Ucrânia para atenuar as consequências da catástrofe de Chernobyl. Numa visita realizada na passada semana, o responsável europeu obteve a confirmação do encerramento daquela central nuclear em 15 de Dezembro. Para compensar o défice energético, a União Europeia concedeu à Ucrânia um montante de 65 milhões de euros (cerca de 13 milhões de contos). A Central continua hoje a fornecer perto de cinco por cento da electricidade do país.

Programa para África

A Comissão Europeia anunciou na segunda-feira, em Bruxelas, a aprovação de um programa regional para promover o «desenvolvimento industrial sustentável» nos oito países que integram a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA).
O programa está avaliado em 8,2 milhões de euros (cerca de 1,64 milhões de contos) para um período de três anos, e tem também por objectivo contribuir para a luta internacional contra a erradicação da pobreza.
A UEMOA foi criada a 14 de Janeiro de 1973 e é actualmente integrada pela Guiné-Bissau, Benin, Burquina Faso, Costa do Marfim, Mali, Nigéria, Senegal e Togo, países que pretendem criar uma zona de mercado comum na África Ocidental.

Testes nucleares

O ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Igor Ivanov, solicitou que o tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT) entre em vigor o mais rapidamente possível, informaram na sexta-feira as agências noticiosas russas. Segundo a «Interfax», o pedido foi feito durante uma reunião entre Igor Ivanov e o secretário executivo da Comissão Preparatória da Organização do CTBT, Wolfgang Hoffmann. A Assembleia Geral da ONU ratificou o tratado em Setembro de 1996 e, desde então, 160 Estados já o assinaram. No entanto, o acordo não pode entrar em vigor antes de ser ratificado por 44 países registados pela Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA). Até agora, só 30 desses 44 países é que já ratificaram o tratado. Os Estados Unidos e a China são as únicas potências nucleares que ainda não o fizeram.

Diplomacia

Iraque e Egipto restabeleceram relações diplomáticas, soube-se de fonte diplomática árabe em Bagdad citada pela Lusa. «A secção de interesses egípcios em Bagdad transformou-se numa embaixada que representa o Egipto», assinalou a fonte, a coberto do anonimato. As relações diplomáticas entre Bagdad e o Cairo, rompidas em plena guerra do Golfo por iniciativa do Iraque, registaram nos últimos quatro anos uma melhoria evidente, marcada pelo intercâmbio de visitas de responsáveis dos dois países e a reactivação da cooperação económica bilateral.

Poderes especiais para Chávez

A Assembleia Nacional (AN) venezuelana aprovou a semana passada a concessão de poderes especiais ao presidente, Hugo Chávez, que lhe permitem legislar por decreto durante mais um ano. Os novos poderes permitirão ao presidente venezuelano decretar «um número indeterminado de leis» no âmbito financeiro, económico e social, de infra-estruturas, transportes e serviços, segurança civil e judicial, ciência e tecnologia e organização e funcionamento do Estado.

Apoio a Cuba

A Assembleia Geral da ONU aprovou a semana passada por 167 votos a favor, três contra e quatro abstenções uma resolução que visa o fim do embargo económico que os Estados Unidos impuseram a Cuba há 40 anos. Esta nova condenação, aprovada pela ONU pelo nono ano consecutivo, reflecte um aumento significativo do apoio a Cuba, uma vez que no ano passado os votos a favor desta acção foram. Somente os EUA, Israel (fiel aliado dos

Seguindo os ditames do FMI e do Banco Mundial
o governo De La Rúa anuncia cortes drásticos na despesa pública

Argentina em pé de guerra

O governo argentino quer privatizar a previdência social pública para fazer face à crise económica do país e garantir novos acordos com o FMI.

As medidas económicas anunciadas na passada sexta-feira pelo governo do presidente Fernando De la Rúa estão a gerar intensa contestação na Argentina. Para além da privatização completa da previdência social pública (de acordo com o projecto, o governo passaria a garantir apenas o pagamento de um valor mínimo de 300 pesos aos mais pobres), anunciam-se mudanças importantes no sistema de saúde, cortes drásticos nas despesas públicas e o aumento da idade mínima de reforma para as mulheres, de 60 para 65 anos, tal como já vigora para os homens.

Privatizar e desregulamentar é a palavra de ordem do governo argentino, não só no respeitante a reformas e pensões e à prestação dos cuidados de saúde, mas também no âmbito da cobrança fiscal. O projecto prevê ainda um acordo entre o governo federal e as províncias no sentido de congelar, nos próximos cinco anos, o défice fiscal. No domingo, o presidente De La Rúa esteve reunido com os governadores de províncias em busca de apoio para as reformas anunciadas, mas o pacote económico está longe de reunir consenso. Pressionado pelo FMI, que esta semana enviou uma missão à Argentina, o ministro da Economia, José Luis Machinea, não hesitou em garantir que o governo está disposto a legislar por decreto caso as suas propostas não sejam aprovadas pelo Congresso. Recorda-se que a oposição peronista governa 14 dos 24 distritos argentinos e controla o Senado federal.

Governo está decidido a governar por decreto

Governo faz chantagem

De acordo com Machinea, dada a situação «delicada» do país, o consenso político é vital para o apoio financeiro de «milhares de milhões de dólares», que o governo espera receber do FMI, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para além de bancos locais e de outros governos. Embora não tenham sido anunciados oficialmente, esses fundos - estimados em cerca de 20 000 milhões de dólares - deverão juntar-se ao crédito de contingência de 7,2 mil milhões de dólares à disposição do governo argentino desde Março passado.

O ministro da Economia, em recente entrevista à Associated Press, reconheceu que o país se debate com «um problema de liquidez», a que se juntam os «rumores sobre a incapacidade da Argentina de cumprir com seus compromissos». Caso o governo não consiga o apoio dos governadores e do Congresso às suas reformas, «a Argentina entrará numa situação económica ainda mais grave, e se não houver a decisão política interna de viabilizar o pacote, a ajuda externa irá por água abaixo», disse Machinea.

Privatizar é a palavra de ordem

Ordem para privatizar

- O Ministério da Economia projecta reformular a estrutura da previdência social (PAMI) para arrecadar cerca de 300 milhões de pesos anuais.
- Pretende-se desviar os descontos para um grupo de gestoras privadas, que disputariam entre si as prestações de quatro milhões de filiados.
- O actual PAMI ficaria reduzido a uma entidade de controlo que supervisionaria a qualidade das prestações.
- O novo organismo funcionaria com apenas três mil dos 12 mil empregados que a segurança social tem actualmente.
- O primeiro passo para a privatização foi a inclusão do orçamento do PAMI no projecto de orçamento nacional para o próximo ano.
- Inclui-se no projecto de orçamento uma poupança de 115 milhões de pesos em pessoal, o que equivale ao despedimento de 3200 empregados.

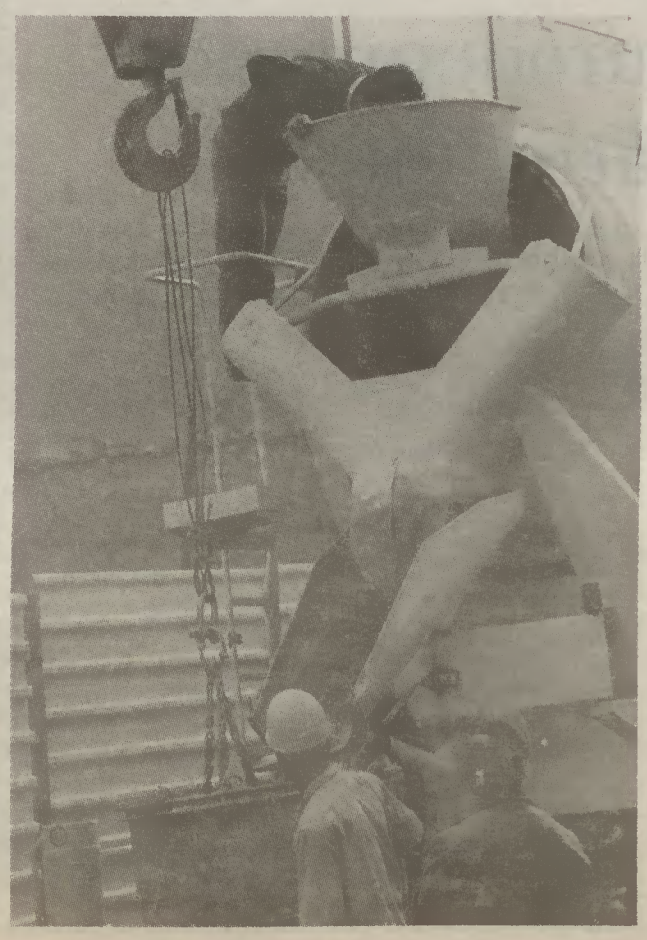
Greve geral

A Confederação Geral do Trabalho (CGT) argentina convocou para 23 de Novembro uma greve geral de 36 horas contra o plano de emergência do presidente De la Rúa.

Esta será a terceira greve geral na Argentina em menos de um ano (as anteriores ocorreram a 5 de Maio e a 9 de Junho), o que atesta a crescente impopularidade da política governamental.

A jornada de luta ocorre num momento em que sobe de tom a contestação popular em várias províncias, como em Salta, onde a semana passada se registaram graves incidentes, com assaltos a instalações policiais e estabelecimentos públicos, libertação de presos e saques a lojas, de que resultou um morto. Para além dos desempregados e dos trabalhadores com salários em atraso, também os indígenas protestam reclamando a devolução de terras que lhe foram roubadas, enquanto os comerciantes se insurgem contra a crescente entrada de produtos estrangeiros no país. Os cortes de estrada continuam na fronteira com a Bolívia e noutros pontos da Argentina; na província de Chaco, no início da semana, a população saiu à rua em luta contra o despedimentos de trabalhadores de uma empresa de cerâmica.

Também a Igreja já manifestou a sua oposição às reformas anunciadas. Um comunicado da Conferência Episcopal Argentina afirma que «Não podemos aceitar passivamente a tirania do económico que se instalou em todo o lado», acrescentando que «O povo tem a sensação de que a corrupção e a impunidade permanecem com gente aferrada aos seus cargos e lamenta-se da impotência para mudar esta realidade».



Espanha

Alto risco no trabalho

As mortes causadas por doenças profissionais e agentes nocivos contraídos nos postos de trabalho são quatro vezes superiores às produzidas por acidentes de trabalho, segundo dados apresentados a semana passada pelas *Comissões Obreiras* (CC OO) espanholas.

O estudo apresentado por Joaquín Nieto, secretário da saúde no trabalho das CC OO no encerramento das jornadas sobre a saúde organizadas pelo Instituto Sindical do Trabalho, Ambiente e Saúde de Espanha, indica que das 6990 mortes anuais nos postos de trabalho, 1000 devem-se a acidentes nas empresas, 500 ocorrem no trajecto casa/trabalho, 4500 por cancro derivado de substâncias nocivas e 1000 por outras doenças.

Como estes dados não aparecem nas estatísticas, o Grupo de Trabalho apresentou algumas propostas à Comissão Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho para aperfeiçoar o registro e tratamento de dados. Entre elas está a melhoria do procedimento de qualificação das doenças profissionais, assim como os requisitos e procedimentos para a comunicação às autoridades competentes dos malefícios derivados do trabalho, actualização do quadro das doenças profissionais, entre outros aspectos.

Assim, as Comissões Obreiras pediram ao Governo que as inspecções médicas realizadas nas empresas, levadas a cabo pelas seguradoras e que implicam anualmente um gasto de 11 700 milhões de pesetas, deixem de ser financiadas a partir de 2001 com dinheiros públicos, e que sejam as próprias empresas a assumir esses gastos.

Segundo dados oficiais, entre Janeiro e Agosto deste ano registaram-se 749 acidentes mortais, excluindo os acidentes ocorridos no trajecto para o local de trabalho.

Israel desencadeia

Operação de punição

Mais de 230 mortos e milhares de feridos é o balanço das últimas sete semanas nos territórios ocupados por Israel. Dos mortos, 210 são palestinianas.

A repressão israelita nos territórios ocupados continua a aumentar

O atentado que no início da semana vitimou quatro israelitas em Gaza e na Cisjordânia levou o primeiro-ministro israelita Ehud Barak a antecipar o seu regresso ao país, cancelando compromissos em Washington, e a convocar de emergência o Conselho de Segurança. Barak, que teoricamente foi no domingo aos EUA discutir com Clinton o relançamento do processo de paz no Médio Oriente, ordenou uma «operação de punição» contra os palestinianos. Segundo as suas próprias palavras, Israel «actuou até agora com contenção e o Exército ainda não fez uso de todo o seu poderio».

A ameaça não deixa margem para dúvidas, mas como sucede desde a primeira hora, Israel continua a assumir-se como vítima e a reivindicar como um direito exclusivo a vingança dos seus mortos.

Falar de contenção quando, em 230 mortos - pelo menos -, 210 são palestinianos ou árabes, é no mínimo pura hipocrisia. Acresce, por outro lado, que a operação de punição agora anunciada há muito que está preparada e esteve mesmo à beira de ser desencadeada, tendo sido congelada apenas devido ao efémero acordo de cessar-fogo estabelecido entre Símon Peres e Yasser Arafat.

120 000 palestinianos vítimas de *lockout*

Contas truncadas

Antes mesmo de Barak ordenar a ofensiva já vários membros do executivo de Telavive se tinham pronunciado no mesmo sentido. O porta-voz do governo, Moshe Fogel, afirmou que «Israel se reserva o direito de responder aos terroristas», e acusou os palestinianos de terem provocado 1300 incidentes armados desde 28 de Setembro. A contabilidade ficou-se por aí, talvez porque a vida dos palestinianos não tem, para o Estado hebraico, o mesmo valor - se é que tem algum - da dos israelitas.

Fogel não só não contou os mortos e os feridos desta nova Intifada como não contabilizou os prejuízos materiais que a alegada contenção de Israel está a provocar na frágil economia palestiniana. Segundo Ibrahim Kueidar, director geral da Organização Árabe do Trabalho (OAT), a média diária desses prejuízos cifra-se em seis milhões de dólares, resultantes do «lockout» israelita a 120 000 palestinianos que trabalham em Israel. Para ajuizar da efectiva dimensão do problema, a OAT defende o envio de uma comissão de inquérito aos territórios palestinianos, e já apelou às organizações sindicais e patronais árabes para a doação de um dia de salário à população vítima da violência palestiniana.

Pelo seu lado, os 56 países membros da Organização da Conferência Islâmica, reunidos em cimeira extraordinária no Qatar, apelaram ao rompimento das relações com Israel, anunciaram recolhas de fundos para apoiar a causa palestiniana, e deram o seu aval à petição apresentada por Yasser Arafat às Nações Unidas para a protecção do povo palestiniano.

Nenhuma destas iniciativas parece preocupar Israel, cujo Exército decidiu impor, a partir da meia-noite de segunda-feira, o estado de sítio a todas as zonas da Cisjordânia sob administração palestiniana.

Thriller à americana

No encerramento desta edição, a escolha do futuro presidente dos EUA estava à beira de ser decidida em tribunal. Esta nova versão do «Juiz decide» vinda dos *states* parece ser o corolário lógico de um processo em tudo digno de uma república das bananas. Um breve olhar pela imprensa internacional dos últimos dias revela um consenso deveras insólito.

- A imprensa sueca perguntava-se se devia «rir» ou «chorar» do imbróglio acontecido na quarta-feira na contagem dos votos na Flórida, cujo resultado determinará a eleição presidencial norte-americana. «A situação inverosímil em que se encontram os Estados Unidos, verdadeiro *thriller* à americana, darnos-ia vontade de sorrir se não levantasse graves questões sobre o funcionamento da primeira democracia do mundo», escreveu o diário «Svenska Dagbladet».

- A imprensa britânica comenta dividida o que se passou. A alguns jornais pareceu importante apontar «o combate desleal» de Al Gore. Outros temem «uma possível fraude deliberada», como se as pudessem haver acidentais. «Gore combate deslealmente», titulou «The Sum», o jornal mais vendido no Reino Unido.

- Em França, o «Liberation» escreveu que, «quinta-feira à noite, Gore parecia querer privilegiar o combate político-judicial». E apontou: «Se ele persistir nesta atitude, de que ninguém pode prever o resultado, correrá o risco de romper com a prática norte-americana que quer que a cidade [da Flórida] seja dirigida no equilíbrio das ambições pessoais, dos interesses particulares e do bem comum».

- Os jornais italianos aproveitam a oportunidade para fazer humor. O «Corriere della Sera» publica o emblema norte-americano, a águia, apoiando, numa asa, Gore e, na outra, Bush, com duas cabeças de aves de rapina a saírem do tronco (da águia).

- Um diário russo disse, referindo-se ao impasse, que a eleição norte-americana parecia mais «um drama hollywoodesco» do que um acontecimento político.

«Até um morto pode governar os Estados Unidos» ou «A democracia norte-americana presa numa armadilha» são títulos que reflectem o que os jornais russos pensam.

- No Iraque, um influente jornal classificou a eleição presidencial nos Estados Unidos como uma «peça cómica».

Catástrofe na Flórida

Quem imaginaria ainda há poucos dias que a sucessão de Clinton, um presidente americano invadido por exóticos impulsos sexuais e pelo gosto das aventuras bélicas, iria mergulhar os EUA na maior crise constitucional da sua história? É que não se trata só da impossibilidade de contar votos, das urnas esquecidas na cave de uma igreja onde votou uma maioria de negros, e de outras fraudes. O sistema eleitoral americano é tão «perfeito» que até o candidato menos votado (Busch, 48 por cento) pode ser eleito presidente contra o candidato mais votado (Gore, 49 por cento).

Devido a um sistema de colégio eleitoral, os americanos não vão conseguir saber nos próximos cem anos qual o presidente que de facto elegeram. Nem uma comissão internacional independente poderá resolver este enigma. O Estado que envia a sua armada de guerra para o Adriático para garantir um resultado politicamente correcto na Jugoslávia, não está em condições de assegurar uma eleição transparente e clara do seu presidente.

Mesmo partindo do princípio de que estaríamos apenas perante uma avaria da máquina de contar votos e não de uma perversão inerente ao sistema, o desastre da Flórida mostra que a maior potência tecnológica do mundo não consegue organizar eleições democráticas e limpas.

Há décadas que os EUA se encontram numa fase de declínio democrático, económico e intelectual. Só o poder do mundo financeiro sobre a economia real tem permitido esconder estas fraquezas. À semelhança dos ricos proprietários das plantações fundadores da América, que já na altura não acreditavam na competência dos eleitores, os actuais multimilionários, banqueiros, magnates do petróleo e patrocinadores de candidatos à presidência continuam a manter um sistema eleitoral obsoleto, feito à medida dos seus interesses e desejos, e recheado de obstáculos que limitam o alcance da escolha e a vontade do eleitorado.

A crise não é só do modo de eleição do presidente. Também o é do bipartidarismo que afasta e desinteressa milhões e milhões de americanos da vida política do seu país. É uma crise de toda a constituição americana e do papel dos poderes paralelos não eleitos.

O sistema tem tantos muros que, se o presidente eleito não se mostrar digno da confiança dos seus patrocinadores, lá estão a junta militar encoberta (Pentágono), a polícia política (FBI) e os serviços secretos (CIA) para lhe investigarem a vida privada, o ameaçarem com a demissão e tomarem de facto, na sombra, conta do poder.

Seria interessante saber o que pensa disto tudo a capacidade científica de determinados constitucionalistas portugueses, sempre eimbuídos de entusiasmos e fervores «democráticos» quando se trata de malhar naqueles que resistem e dizem não às perversões da besta capitalista.

● **Rui Paz**

Morto eleito senador

Mel Carnahan, falecido há quatro semanas num acidente de aviação, foi nomeado para senador do Missuri. É a primeira vez na história do Senado que tal acontece, embora não seja inédito na Câmara dos Representantes, onde há a registar três casos idênticos. A vitória Carnahan provocou algumas reacções por parte dos republicanos que, podendo pedir uma impugnação, optaram por não o fazer. O lugar foi oferecido à viúva.

Confrontos em Aceh

As forças de segurança da Indonésia mataram vinte e cinco pessoas a tiro em incidentes registados em Aceh, na passada semana, durante uma manifestação pró-independência. Activistas dos direitos humanos acusaram as forças governamentais de atiraram indiscriminadamente contra os manifestantes desarmados. Um porta-voz da polícia, Kusbini Imbar, desmentiu as acusações: «Foi em defesa própria, pois os rebeldes atiraram primeiro contra as forças de segurança» afirmou. Com a morte destes dezasseis manifestantes sobe para 232 o número de vítimas em Aceh, desde os inícios dos confrontos pela independência, em Junho último.

«Pelo humanismo e tolerância»

Uma grande manifestação contra a extrema-direita realizou-se no dia nove em Berlim sob o lema «pelo humanismo e pela tolerância», convocada por todos os partidos democráticos com assento parlamentar. De acordo com fontes policiais, estiveram presentes aproximadamente duzentas mil pessoas. O chanceler alemão Gerhard Schroeder encabeçou o desfile juntamente com vários membros do governo e da oposição. A iniciativa contou com o apoio de numerosas personalidades da vida pública, sindicatos, confederações patronais e igrejas. Na convocatória da manifestação, os organizadores afirmam que não se pode continuar a tolerar a violência, o racismo e a xenofobia.

Membros da ETA detidos em Bilbau

Dois homens e uma mulher, presumíveis membros do «comando Biscaia» da organização independentista basca ETA, foram detidos em Bilbau, Norte de Espanha, anunciou a polícia espanhola. De acordo com a mesma fonte, no âmbito de buscas efectuadas anteriormente a várias residências, foram apreendidas armas, explosivos e documentação sobre possíveis alvos de atentados.

É a terceira vez, este ano, que a polícia espanhola actua com o objectivo de desmantelar o «comando Biscaia» da ETA, após uma série de detenções em Janeiro, e a morte, em Agosto, de quatro membros do comando, numa explosão de um carro armadilhado.

Internet
Manuel Jorge Veloso

A «globalização» na rede

Quando se pretende julgar do estado do mundo e, em particular, da situação económica mundial, bem como dos mecanismos que comandam nos nossos dias a estratégia tentacular do capitalismo internacional na sua variante neo-liberal, sem dúvida que é necessário falar-se de «globalização».

Constatada esta nova realidade, parece importante perceber-se, entretanto, o sentido da utilização de um conceito que surge, nos meios de produção ideológica da grande burguesia, como uma inevitabilidade – ardilosa e artificialmente contraposta a outros conceitos de ressonância claramente negativa, como «nacionalismo» e «proteccionismo».

Trata-se, afinal, da forma mais encapotada e enviesada de desviar as atenções de realidades bem concretas relacionadas com uma questão essencial: como é que, ao fim e ao cabo, as grandes multinacionais se... «protegem» face à capacidade dos Estados soberanos em salvaguardarem os seus interesses... «nacionais».

Por isso nos pareceu hoje interessante avançar algumas pistas para viajar, através da Internet, por algumas *páginas* ou *sites* nos quais podem encontrar-se dados e elementos susceptíveis de um ulterior e correcto enquadramento teórico, sem dúvida nalguns casos muito diverso do que aquele que informa muitas dessas fontes e conjuntos de *recursos*.

Neste sentido, é apenas como tal que deve ser considerado um *site* tão amplo como o **Global Policy Forum** (em **http://www.globalpolicy.org**), um impressionante manancial de dados sobre esta matéria.

Por exemplo, se o leitor quiser ter acesso a quadros e dados estatísticos sobre o número e localização das grandes empresas transnacionais, a evolução do comércio internacional, transportes e consumo ou a estratégia de fusões/aquisições de empresas, poderá visitar **http://www.globalpolicy.org/globaliz/charts/index.htm**. Mas se o seu interesse está mais virado para coligir factos sobre ecologia e política na era da globalização, talvez a consulta de **The Corporate Planet** (em **http://www.corpwatch.org/trac/feature/planet//factsheets.html**) lhe desperte atenção suplementar.

Outras fontes apropriadas para uma avaliação dos efeitos da globalização sobre (por exemplo) os Direitos Humanos são os próprios relatórios das Nações Unidas, como aquele que pode ser encontrado em **http://www.unhchr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/(Symbol)/E.CN.4.Sub.2.2000.13.En?Opendocument**. Nele pode ler-se um relatório preliminar submetido à **Subcomissão para a Promoção e Protecção dos Direitos Humanos** do **Conselho Económico e Social da ONU** (de acordo com a Resolução 1999/8) cujo conteúdo versa sobre *«A Realização dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais: A Globalização e o seu Impacte sobre o Pleno Gozo dos Direitos Humanos»*.

Independentemente de alguma contemporização ideológica dos seus autores, não deixam também de ser altamente reveladores alguns números que podem colher-se num ensaio publicado em Agosto último pelo Fórum **«State of the World»** (em **http://worldforum.org/resources/ releases/globalpace.htm**) relativo a uma análise desta problemática nos domínios do *Crescimento Económico e Comércio Internacional*, das *Telecomunicações*, da *Cultura* ou da *Saúde*, com o avanço de dados que fariam corar de vergonha os propagandistas das virtudes da globalização.

Também implacáveis se revelam, neste último domínio, alguns estudos insertos no *site* do **TWN – Third World Network**, em particular aqueles que dizem respeito à estratégia desenvolvida pelos laboratórios farmacêuticos transnacionais em relação aos países em vias de desenvolvimento e que podem ser consultados em **http://www.twnside.org.sg/focus.htm**.

Finalmente e para terminar esta viagem apenas indicativa, é impossível ficar sem conhecer uma *webzine* alemã de informática - a «**Telepolis**», em **http://www.heise.de/tp/english/inhalt/te/6929/1.html**. Até porque, neste endereço, pode ser consultado com a profundidade que merece o longo relatório elaborado para o **Parlamento Europeu** por **Duncan Campbell** e intitulado *«Interception Capabilities 2000»*, o qual nos revela os meandros da história, da estrutura e das funções do ***Echelon***, essa parte essencial do sistema de vigilância global criado pela **Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA)** e que, com tentáculos já espraiados por estações terrestres localizadas nos EUA, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália ou Nova Zelândia, se encarrega de coligir, de forma ilícita, e com o auxílio de satélites de informação colocados em órbita, informações captadas a partir de milhões de mensagens trocadas diariamente em todo o planeta através da Internet, do cabo submarino, de estações de rádio, até de embaixadas (!).

Como se vê, eles não andam por aí propriamente a divertir-se...

Pontos Cardeais

Revisões...

Na sua reforma fiscal, o Governo de António Guterres não esteve com meias medidas e alterou as deduções no IRS até agora feitas pelos deficientes: do anterior estatuto que permitia aos deficientes deduzir no IRS desde que apresentassem grau de invalidez permanente, igual ou superior a 60%, o Executivo PS achou que devia «subir» esse direito para 65%. Ou seja: decidia esportular mais uns cobres aos milhares de deficientes com invalidez permanente que se encontram no intervalo entre os 60 e os 65%.

Devia ser com isso que o Governo pretendia recuperar as perdas, realmente brutais, de receitas fiscais com as prebendas que continua a dar aos bancos e outros grandes senhores do dinheiro...

Todavia, como os protestos não se fizeram esperar, o Governo fez o costume: reviu à pressa o que tinha decidido sem pensar nos interesses dos cidadãos que diz defender.

Quem não tem revisão possível é este Governo...

...emendas...

Para confirmar que este Governo já só anda atrás dos seus próprios erros, atamancando-os com a revisão de decisões já tomadas e emendas de cálculos mal feitos, está também a decisão entretanto tomada pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional em abrir 3500 vagas adicionais no seu programa de estágios, desta vez destinadas em exclusivo a licenciados e bacharéis. Motivo: o «aumento excepcional» de inscritos nos centros de emprego com habilitação superior.

Porque será?

Porque o desemprego continua a agravar-se no nosso país, por mais pontos percentuais que o Governo lhe tire de cima, para alimentar a sua versão da cavaquista «teoria do oásis». E atinge toda a gente – incluindo as fornadas de bacharéis e licenciados que continuam a sair de faculdades e institutos para entrar directamente no desemprego.

E por que não previu o Instituto de Emprego e da Formação Profissional este «aumento excepcional» de desempregados com habilitação superior?

Provavelmente porque, de tanto difundir ilusões sobre a diminuição do desemprego em Portugal, o Governo já confunde essas ilusões com a realidade no terreno...

...e denúncias

Entretanto, o *Público* informa que Cipriano Justo, subdirector-geral da Saúde no ministério de Maria de Belém (a anterior titular do Ministério da Saúde), acusa a actual ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, e os responsáveis governamentais de terem «congelado» a reforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS), denunciando que tal congelamento é para não ferir interesses instalados no sector, bem como os «interesses económicos que pagam campanhas eleitorais».

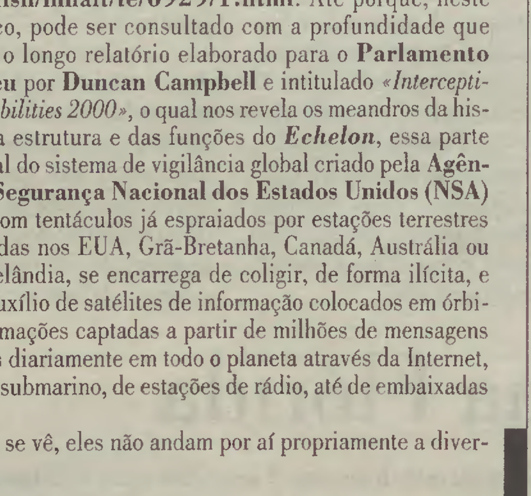
Isto, já o Governo não «revê» nem «emenda».

Aliás, nem responde. Provavelmente à espera que o país esqueça...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Fazer tatuagem em; diverso. 2 – Sorriu; prep. designativa de falta, exclusão, ausência, excepção; viatura. 3 – Contr. da prep. a com o art. def. o; guarita; habitante ou natural da Croácia. 4 – Zanga; o bagaço de que se faz a água-pé; grande quantidade. 5 – Fêmea do cavalo; pref. de origem latina, que exprime a ideia de aquém de, do lado de cá de; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas. 6 – Destino; conjunto das hastes ou ramos de um veio mineral. 7 – Abalar; penhor. 8 – Estabelecimento onde se consertam ou constroem navios; ter tonturas. 9 – Avenida (abrev.); embocadura; que não tem nenhuma beleza. 10 – Manifestar riso; espaço de 24 horas; enxergas. 11 – Razão; malograr; perversa. 12 – Aeróstato; antiga porcelana do Oriente; aquilo que prejudica ou se opõe ao bem. 13 – Irascível (fig.); que tem lã ou lanugem.

VERTICAIS: 1 – Esguelha; diz-se do cavalo que tem malha branca em volta de um ou de ambos os olhos. 2 – Preceptor; estado da Índia, cuja capital é Pangim; estrada. 3 – Banto ou bantu; fraude; pedra preciosa transparente, geralmente de cor vermelha. 4 – Qualquer veículo; cloreto de sódio. 5 – Agarrar; aqui está; contr. de prep. de com o adv. ali. 6 – Lei; respingão. 7 – Geme (gír.); hora do ofício divino, entre as sextas e as vésperas, que corresponde às 15 horas; ósmio (s.q.). 8 – Cesto de juncos de diferentes formas, geralmente com tampa e asas; 9 – Antes de Cristo (abrev.); lírio; filtra. 10 – Pessoa partidária do racismo; cada uma das varas que saem dos lados de um veículo, entre as quais se atrela o animal que puxa o mesmo veículo. 11 – Apre! (interj.); herdade limitada por marcos; saco de pano ou couro quase sempre fechado com cadeado. 12 – Argola; submeter à tarifa. 13 – Transmitir gratuitamente a outrem (bens, etc.); deuses protectores do lar e da família, entre os antigos Romanos; pedra de amolar. 14 – Sirga; abala; certamente. 15 – Título dos antigos reis do Egipto; peixe pércida.



SOLUÇÃO:

HORIZONTAIS: 1 – Tatuar; variado. 2 – Riu; sem; carro. 3 – Ao; vigia; croata. 4 – Birra; lia; ror. 5 – Égua; cis; aa. 6 – Sorte; hasteal. 7 – Aluir; arras. 8 – Arsenal; oirar. 9 – Av; foz; feio. 10 – Rir; dia; camas. 11 – Causal; gorar; má. 12 – Balão; aal; mal. 13 – Bilioso; lanoso.

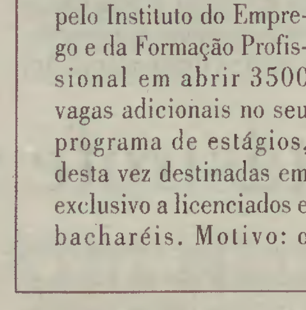
VERTICAIS: 1 – Través; zarco. 2 – Aio; Goa; via. 3 – Tu; burla; rubi. 4 – Viatura; sal. 5 – Asir; cis; dali. 6 – Regra; refilão. 7 – Mia; noa; Os. 8 – Cabaz. 9 – AC; lis; coa. 10 – Racista; varal. 11 – Irra; ero; mala. 12 – Aro; tarifar. 13 – Doar; lares; mó. 14 – Toa; sai; mas. 15 – Faraó; robalo.

Xadrez

DCCLXXVII - 16 DE NOVEMBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X43

Por: ***W. Neustadt***
1. Prémio «Shakhmaty», 1929

Pr.: [3]: Cg1 – Bg8 – Rf8
Br.: [3]: Cs. g3, g4 – Rh8



Brancas jogam e ganham

* * *

SOLUÇÃO DO [N.º 2000X43/W.N.]

1. Bd.6+, Rf7; **2.** Bf4, Rf8; **3.** Bh6+, Rf7; **4.** Bé3, Rf8; **5.** Bç5+, Rf7; **6.** B:g1, Rf8; **7.** Bç5+, Rf7; **8.** Ba3 e g.

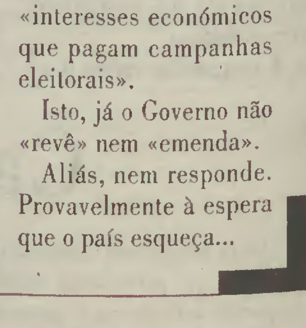
A. de M. M.

Damas

DCCLXXVII - 16 DE NOVEMBRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D43

Por: ***Reinier Cees Keller***
[NL] – 1972

Pr.: [2]: (4)-(9)
Br.: [5]: (15)-28-37-39-47



Brancas jogam e ganham

* * *

SOLUÇÃO DO [N.º 2000D43/R.C.K.]

1. 37-31, (9x36); **2.** 28-22 (36x... 9); **3.** 15-10, (4x15); **4.** 39-33, (~); **5.** 47x3+
2. ..., (4x... 31); **3.** 47-41, (36x47); **4.** 39-33, (~); **5.** 15x26+

A. de M. M.

Religiões
Jorge Messias

Golpe de mão no Leste europeu... (III)

A *Cimeira de Assis*, em 1986, a publicação da *Perestroika*, em 1987, e o encontro de Gorbatchov com o papa, em 1989, marcaram o início de uma alucinante cavalgada revisionista. O Secretário-Geral do PCUS, à sombra dos poderes especiais que o Soviete Supremo lhe concedeu, introduz alterações profundas à lei que vigorava sobre a liberdade religiosa ou de convicção. A Universidade de Moscovo de Marxismo-Leninismo foi encerrada. Liberalizou-se o ensino religioso, mesmo nos estabelecimentos de ensino dependentes do Estado. O Partido envolveu-se em polémicas estéreis com o Secretariado do Vaticano para os Não-Crentes (cardeal Franz Koening) como a de procurar saber se *Deus já teria morrido*. Entretanto, Colasuonno, Koening e muitas outras figuras de proa do Vaticano actuam livremente nos Estados socialistas europeus. A Santa Sé reconhece o regime polaco e reata relações com a Hungria. O mesmo acontece relativamente à Iugoslávia, à Lituânia, à Checoslováquia, à Bulgária e à Roménia. Em todos estes países, o Vaticano instala novos bispos e cria dioceses. O chefe das Forças Armadas da URSS, general Moiseyev, subitamente convertido às teses da reconciliação, visita o quartel-general do Pentágono onde é recebido com todas as honras. Entretanto, em Moscovo, e ao abrigo das novas disposições da lei, registam-se oficialmente, apenas nos primeiros seis meses da liberalização religiosa, 759 comunidades ortodoxas, 286 muçulmanas, 76 católicas, 38 baptistas, 26 georgianas ortodoxas, para além de dezenas de outras confissões luteranas, adventistas, reformadas, budistas, etc. Os Sovietes continuavam a funcionar mas já com larga participação dos representantes religiosos : 192 ortodoxos, 55 muçulmanos, 12 baptistas e adventistas do sétimo dia, 12 luteranos, 5 budistas, 4 greco-católicos, 2 metodistas e 1 arménio. Simultaneamente com as leis da liberdade religiosa, e ao abrigo dos poderes especiais já mencionados, o presidente soviético M. Gorbatchov promulgou um conjunto de medidas de liberalização da economia, vivamente saudadas pelo Vaticano, que abriram as portas à entrada maciça, no mercado da Federação, dos gigantescos grupos económicos e financeiros criados e geridos pelo Opus Dei.

«**P** - O papa desempenhou algum papel na queda do comunismo do Leste ?

GP - O papa lançou a grande carta da afirmação da espiritualidade. Um sistema político, especialmente no mundo de hoje, não pode assentar sobre a opressão dos sentimentos de um povo e da sua espiritualidade. Ora, na queda do comunismo, a exigência de liberdade religiosa teve muito peso e, uma vez que o povo pede liberdade religiosa, **quer também a liberdade de poder pensar de modo diverso.** O Papa fez uma proposta religiosa que ajudou, **paralelamente**, ao demembramento de um sistema opressivo».

Este raciocínio do padre Polidoro é particularmente interessante. Socorre-se do constante cruzamento de níveis reais falseados ou distorcidos. Quando fala nos grandes padrões éticos do pensamento ocidental (direitos, liberdades, garantias, diálogo, democraticidade, tolerância, procura de entendimento, paz) contapõe-os sistematicamente ao Socialismo que é, no entanto, a síntese de todos esses valores. Quando valoriza a prática política da igreja, põe de lado tudo quanto o próprio catecismo declara no plano da alegada isenção religiosa face aos conflitos sociais do mundo laico. Quando envereda pela historização dos factos não recua perante a mentira declarada ou pela aberta corrupção da palavra. Não admira que João Paulo II tenha declarado menos de dois anos decorridos sobra a data do seu encontro com Gorbatchov : «Houve entre nós qualquer coisa de instintivo, como se já nos conhecêssemos. E eu sei porquê : o nosso encontro foi preparado pela Providência !».

Quando o próprio papa mente com tal desfaçatez, por que não hão-de mentir os seus cardeais?

Cartoon
● Monginho

Pontos Naturais
Mário Castrim

Cinco poemas de amor

Rimance

Sentou-se
à janela
a ver a vida passar.

Tinha um ar tão doce...

A vida diante dela
cansou-se de a chamar.

Ai a pobre da donzela
tão longe do que era mar...

Reportagem

– Venho por causa daquele anúncio.
– Nome.
– Maria do Carmo Brás.
– Tem referências?
– Estão aqui.
– Óptimo. Idade?
– Quarenta e seis.
– Um momento, sim?

– Desculpe. O gerente
diz que já tem
a vaga preenchida.

– Estáááááá bem.
Bom dia.

A loja 42

passa dez horas
na loja 42
do Centro Comercial

passa dez horas por dia
na loja 42
iluminada a néon

dez horas dez
na loja 42
dois pisos abaixo do chão

a música em surdina
afaga de vazio
a loja 42

na loja 42
de quando em quando
um cliente entra e cicia

depois a menina
da loja 42
volta a sentar-se
e a folhear a revista
da gente famosa
e Caraíbas

é assim
na loja
42.

Poema familiar

Diogo. Livros, segredos
brinquedos
enredos
na tarde leve.

(Dois anos, em breve...)

– Avô...
– Sim, amor.

(... e tem
ao pé
aquele bebé
que Israel matou
na Jerusalém
do horror)

– Avô...
– Sim, amor.

That is...

O que está de pé
no tempo que foge
é só uma questão:
o que é
hoje
fazer a Revolução?

ATVer

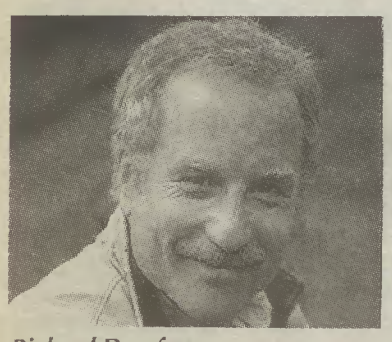
Neve Champbel

King Kong
(Sexta-feira, 17, às 02,25 , na RTP1)

Por mais «segundas vias» que se façam deste filme «de culto», nenhum, que se conheça, chega aos calcanhares gigantescos deste **King Kong** rodado em 1933, ainda o sonoro era uma criança e as cores não tinham invadido as salas de cinema. As incursões no fantástico, porém, já se haviam iniciado há muito, usando a capacidade fabulosa desta nova arte para criar sonhos em celulóide. Este filme, que fica a marcar a história do cinema, pode ser visto hoje com distância, certamente, e não serão os seus «efeitos especiais» que irão deslumbrar os telespectadores, apesar da maestria com que foram construídos nesse tempo já longínquo. Mas a parábola em que foi arquitectado, feita de horror e medos entrelaçados de amor e piedade, é para durar. O enorme monstro, que cai de amores pela heroína e é cruelmente acorrentado para servir de divertimento de circo em Nova Iorque, talvez seja «correspondido», apesar da gritaria da moça - **Fay Wray** - cuja vida ele poupa. Guindando-se ao mais alto símbolo do poder dos Estados Unidos - o Empire State - King Kong é aí abatido por aviões. A mostrar, já então, como os americanos já elevavam bem alto os seus sonhos. E como os matam...

Inserts
(Sexta-feira, 17, às 00,30, na RTP2)

Quando este filme por aí apareceu nas salas, realizado pelo desconhecido **John Byrum** e protagonizado, entre outros, por **Richard Dreyfuss** e **Jessica Harper**, o interesse que suscitou, não contando com a apreciação da qualidade da construção cinematográfica e dos actores, não foi grande coisa. Chegavam-nos, nessé tempo ainda vibrando com os ares de Abril, outras obras de maior interesse, mesmo ao nível do simples divertimento. Hoje, porém, ele pode ser «lido» como uma advertência dos tempos que aí vinham e permanecem entre nós, desencantadamente para tantos. É uma história de pornografia, de droga, de impotência e de solidão. Contada sobre o tempo dos anos trinta, mas que serve como uma luva aos tempos do fim do século...



Richard Dreyfuss

Maria de Medeiros

Gritos
(Sábado, 18, às 01,50, na RTP1)

Continuemos na América, seguindo o percurso dos seus sonhos, dramas e... fantasmas. Esta semana é parca em filmes realmente interessantes ou de grande qualidade. Fiquemo-nos, portanto, pelos divertimentos que nos são servidos. Como estes **Gritos**, filme realizado em 1996 por **Wes Craven**, um nome que fez carreira no espaço do horror com o sinistro ***Pesadelo em Elm Street*** que se transformou numa série de numerosas sequelas, sempre com ***Freddy Krueger*** a entrar pelos sonhos dos adolescentes para fazer das suas sangrentas aparições. Desta vez mantém-se o terror e a adolescência, tendo como pano de fundo uma «pacata cidade universitária dos Estados Unidos». Como se sabe pela realidade que as notícias vão dando, nada melhor do que um cenário assim para o assassino em série. Os actores, com destaque para **Neve Campbell**, cresceram muito nestes anos. E ascenderam ao estrelato. Caminho que o terror proporciona...

Henry e June
(Sábado, 18, às 0,40, na SIC)

O filme não é grande coisa e fica muito aquém do que poderia esperar-se de uma adaptação da «atmosfera» criada nos seus romances pelas personagens que deram origem a esta história - os romancistas ***Henry Miller*** e ***Anais Nin***, que se fartaram de derrubar barreiras literárias (e não só) na área do erotismo e da provocação sexual. Rodado em 1990, já com tantas barreiras derrubadas, esta obra de **Philip Kaufman** acaba por saber a rendas velhas. Assinala-se, no entanto, a interpretação de **Maria de Medeiros**, ao lado de **Uma Thurman**, e a sua entrada fulgurante na galeria internacional que, no papel de Anais, este filme lhe proporcionou.

A Viagem
(Terça-feira, 22, às 23.00, na RTP2)

Mais um filme de **Fernando Solanas**, o argentino que a televisão nos apresentou e que, ao longo das duas últimas semanas, provou que vale a pena ver. Esta **Viagem**, de um jovem que parte em busca do pai e atravessa a América do Sul, desde o mais profundo sul, na Patagónia, é ensejo para olhar o drama do sub-continente, através dos seus mitos e realidades. Uma verdadeira viagem à história, uma grandiosa jornada poética que valeu ao realizador, no Festival de Cannes, o Grande Prémio da Comissão Superior Técnica e uma Menção Especial do Júri Ecuménico.

Mediterrâneo
(Quarta-feira, 22, às 01.25, na RTP1)

Já assinalámos aqui este filme que volta ao ecrã a contar a história de um destacamento de soldados italianos que, em plena 2.ª Guerra Mundial, ocupam uma pequena ilha grega e ali ficam, isolados do mundo, despindo os uniformes, a disciplina e a própria condição militar, esquecendo-se da guerra que os esqueceu, integrando-se no preguiçoso e amável quotidiano de um Mediterrâneo doce onde acabam ganhando raízes. Uma comédia afável, realizada por **Gabriele Salvatore**.

***Quanto mais** alto se sobe...*

Quinta, 16

RTP 1
07.00 **Infantil/Juvenil**
09.45 **Praça da Alegria**
12.25 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Regiões**
14.20 **Marcas da Paixão**
15.30 **Guia Dia a Dia**
17.00 **Roseira Brava**
18.00 **Tarde Juvenil**
19.00 **Quebra Cabeças**
19.40 **Regiões**
20.00 **Telejornal**
21.10 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
21.45 **Cruzamentos**
22.30 **Programa não designado**
24.00 **24 Horas**
00.25 **Força de Operações Especiais**
00.55 **«Amor a Ferro e Fogo»** (de C.M. Talkington, EUA/1994, com Gil Bellows, Renee Zelweger, Rory Cochrane. *«Thriller»*)

RTP 2
07.00 **Hora Viva**
09.45 **Espaço Infantil-Juvenil** (às 12.00: Euronews)
14.00 **Resistência** (Últ. Programa)
15.00 **Zapping**
16.00 **Euronews**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **Onda Curta**
19.30 **Encontros Subaquáticos**
20.00 **A Minha Vida com os Animais**
20.30 **Viver no Campo**
21.00 **Biografias**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **Duas Vozes**
24.00 **«Nu»** (de Mike Leigh, R.Unido/1993, com David Thewlis, Katrin Cartlidge, Greg Cruttwell. *Drama*)
02.20 **Gente da Cidade... Amesterdão)**
02.50 **Ballet Rose** (Repetição – 1º Epis.)

SIC
08.00 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 **Aquarela do Brasil**

*Martin Sheen, a fingir de Presidente dos EUA em **«Os Homens do Presidente»***

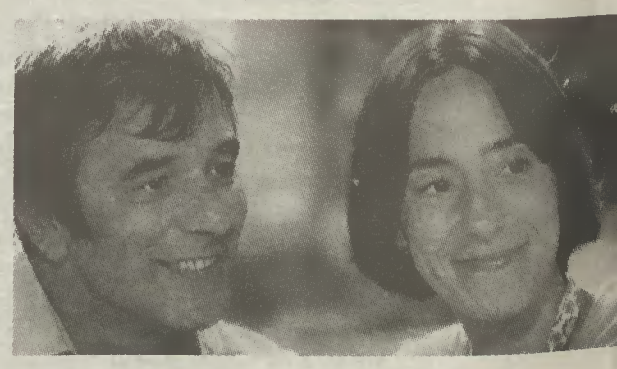
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Bairro da Fonte**
22.00 **Laços de Família**
23.00 **«Alta Fidelidade»** (de Tiago Guedes de Carvalho, Port./2000. Longa Metragem)
01.00 **Sai de Baixo**
02.00 **Último Jornal**
02.30 **No Fim do Mundo**

TVI
08.30 **Animação**
12.00 **«Big Brother»**
13.00 **TVI Jornal**
14.00 **Dinheiro à Vista**
14.30 **O Direito de Nascer**
15.05 **Batatoon**
18.30 **Que Loucura de Família**
19.00 **Dinheiro à Vista**
19.30 **«Big Brother»**
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 **Big Brother**
21.35 **Jardins Proibidos**
22.45 **As Pupilas do Sr. Doutor**
23.35 **A Bola é Nossa**
01.05 **Última Edição**
02.05 **Seinfeld**

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Sexta, 17

RTP 1
07.00 **Infantil/Juvenil**
09.45 **Praça da Alegria**
12.25 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Regiões**
14.20 **Marcas da Paixão**
15.30 **Guia Dia a Dia**
17.00 **Roseira Brava**
18.00 **Tarde Juvenil**
19.00 **Quebra Cabeças**
19.30 **Regiões**
20.00 **Telejornal**
21.05 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
21.35 **Milionários à Força**
22.15 **Histórias da Noite**
23.15 **Longa Metragem** (Filme não designado)
01.00 **24 Horas**
01.30 **Big Bang**



*Vítor Norte e Maria João Luís na série **«Bairro da Fonte»***

02.25 **«King Kong»** (de Merian C. Cooper e Ernest B. Schoedsack, EUA/1933, com Fay Wray, Robert Armstrong, Brude Cabot, Frank Reischer. *Ver **Destaque***)

RTP 2
07.00 **Hora Viva**
09.45 **Espaço Infantil-Juvenil**
12.25 **Horizontes da Memória**
13.10 **Vila Faia**
14.00 **Geração de 60** (Repetição – 1º Ep.)
15.00 **Duas Vozes**
16.00 **Euronews**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **Andamentos**
19.30 **Basquetebol**
21.00 **Biografias**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **A Outra Face da Lua**
00.30 **«Inserts»** (de John Byrum, R.Unido/1976, com Richard Dreyfuss, Jessica Harper, Bob Hoskins, Veronica Cartwright. *Ver **Destaque***)
02.30 **Ballet Rose**

SIC
08.00 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 **Aquarela do Brasil**
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Residencial Tejo**
22.00 **Laços de Família**
23.00 **Febre do Dinheiro**
23.30 **«Máximo Risco»** (de Ringo lam, 1996, com Jean-Clude Van Damme. *Acção*)
02.00 **Jogo Limpo**
04.00 **Último Jornal**

TVI
08.30 **Animação**
12.00 **«Big Brother»**
13.00 **TVI Jornal**
14.00 **Dinheiro à Vista**
14.30 **O Direito de Nascer**
15.05 **Batatoon**
18.30 **Que Loucura de Família**
19.00 **Dinheiro à Vista**
19.30 **«Big Brother»**
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 **Big Brother**
21.35 **Jardins Proibidos**
22.30 **«Amante de Sonho»** (de Nicholas Kazan, EUA/1993, com James Spader, Mädchen Amick, Bess Armastrong. *Drama*)
00.30 **Última Edição**
01.20 **Seinfeld**

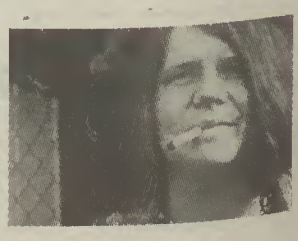
Sábado, 18

RTP 1
07.00 **Infantil/Juvenil**
12.00 **Jet 7**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Top +**
15.15 **«Do Cabaré para o Convento»** (de Emile Ardolino, EUA/1992, com Whoopi Goldberg, Maggie Smith, Kathy Najimy. *Comédia*)
17.10 **Ajuste de Contas**
18.50 **Futebol: Sporting-Boavista**
21.00 **Telejornal**
22.00 **Santa Casa**
24.00 **Lei Marcial**
01.00 **Máquinas**
01.35 **24 Horas**
01.50 **«Gritos»** (de Wes Craven, EUA/1996, com Neve Campbell, David Arquette, Courtney Cox, Drew Barrymore. *Ver **Destaque***)

03.40 **«Walking and Talking»** (de Nicole Holofcener, EUA/1996, com Catherine Keener, Anne Heche, Todd Field. *Comédia Dramática*)

RTP 2
07.00 **Euronews**
09.00 **Universidade Aberta**
12.00 **Iniciativa**
14.00 **Parlamento**
15.00 **Desporto**
19.30 **«O Pequeno César»** (*Acção*)
21.00 **Segredos dos Homens**
21.30 **Jornal África**
22.00 **Horizontes da Memória**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **O Lugar da História**
24.00 **Brit Com** («Sim, Sr. Ministro»; «Mundo Perfeito»; «Brigões»)
01.30 **«Os Frutos da Paixão»** (de Shuji Terayama, Fr.-Jap./1981, com Klaus Kinski, Isabelle Illiers, Arielle Dombasle. *Erótico*)
03.00 **Prazeres**

SIC
07.30 **Zip Zap**
11.30 **Uma Aventura**
12.00 **O Nosso Mundo**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **«Teoria da Conspiração»** (de Richard Donner, EUA/1997, com Mel Gibson, Julia Roberts. *Drama)*
16.00 **«O Meu Papá, o Anjo e Eu»** (de Rick Wallace, EUA/1998, com Judge Reinhold, Carol Kane. *Comédia)*
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Querido Professor**
22.00 **Cuidado com as Aparências**



***«Biografias»**, na RTP2, percorrem hoje e amanhã memórias da música popular deste século com Jimmy Hendrix e Janis Joplin*

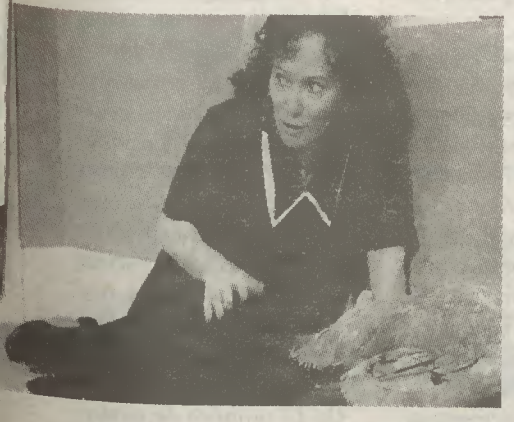
22.40 **Herman Sic**
00.40 **«Henry e June»** (de Philip Kaufman, EUA/1990, com Fred Ward, Uma Thurman, Maria de Medeiros. *Ver **Destaque***)
03.00 **Último Jornal**

TVI
08.30 **Animação**
11.40 **Top Rock**
13.00 **TVI Jornal**
13.30 **Contra-Ataque**
14.30 **4º. A Fundo**
14.45 **Caras Lindas**
16.00 **Terramoto em Nova Iorque** (Parte I)
20.00 **Jornal Nacional**
20.50 **Jardins Proibidos**
22.15 **Bora Lá Marina**
23.00 **Lux**
23.50 **«Vidas Atribuladas»** (de Chuck Bowman, EUA/1997, com Morgan Fairchild, Chandra West, Michael Woods. *Drama*)
01.45 **«No Cumprimento da Lei»** (de Dick Lowry, EUA/1993, com Dean Stockwell, Michael Gross, Mary Kay Place. *«Thriller»*)

Domingo, 19

▼RTP 1

07.00 **Infantil/Juvenil**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Made in Portugal**
15.15 **«O Meu Guarda Costas»** (de Tony Bill, EUA/1980, com Chris Maakepeace, Adam Baldwin, Matt Dillon, Ruth Gordon. *Comédia Dramática*)
17.00 **Casa da Saudade**
18.00 **Ajuste de Contas**
20.00 **Telejornal**
21.10 **Domingo Desportivo**
22.30 **João Nicolau Breyner**



Maria do Céu Guerra em nova série de ***«Residencial Tejo»***

24.00 **24 Horas**
00.15 **Liga dos Campeões: Magazine**
01.00 **«36 Horas para Morrer»** (de Yves Simoneau, EUA-Can./1999, com Treat Williams, Kim Cattrall, Saul Rubineck. *Policial*)

▼RTP 2

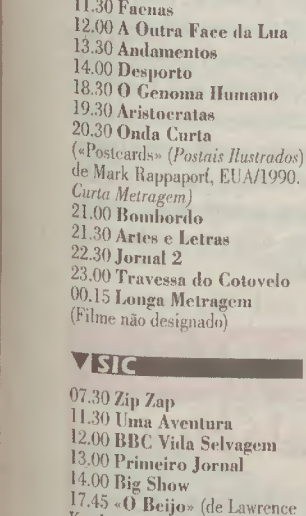
07.00 **Euronews**
09.30 **Programa Religioso**
10.30 **Missa**
11.30 **Facnas**
12.00 **A Outra Face da Lua**
13.30 **Andamentos**
14.00 **Desporto**
18.30 **O Genoma Humano**
19.30 **Aristocratas**
20.30 **Onda Curta** («Postcards» *(Postais Ilustrados)* de Mark Rappaport, EUA/1990. *Curta Metragem)*
21.00 **Bombordo**
21.30 **Artes e Letras**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **Travessa do Cotovelo**
00.15 **Longa Metragem** (Filme não designado)

▼SIC

07.30 **Zip Zap**
11.30 **Uma Aventura**
12.00 **BBC Vida Selvagem**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **Big Show**
17.45 **«O Beijo»** (de Lawrence Kasdan, EUA/1995, com Meg Ryan, Kevin Kline, Thimothy Hutton. *Comédia*)
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Querido Professor**
22.00 **Mundo VIP**
23.00 **Portugal Fashion**
01.00 **Último Jornal**
01.30 **«Armadilha»** (de Herb Freed, EUA/1998, com Richard Brake, Jason Gould. *Acção*)
03.30 **A Imortal**

▼TVI

08.30 **Animação**
11.00 **Espaço Religioso**
11.15 **Missa**



13.00 **TVI Jornal**
13.30 **Aquanautas**
14.00 **«O Fio do Suspeito»** (de Richard Marquand, EUA/1985, com Maria Mayenzet, Glen Close, Jeff Bridges, Peter Coyote. *Policial*)
16.00 **«As Aventuras de Rocketeer»** (de Joe Johnston, EUA/1992, com Bill Campbell, Jennifer Connely, Timothy Dalton. *Aventuras*)
18.00 **Roberto Leal**
20.00 **Jornal Nacional**
20.50 **«Big Brother»**
22.00 **«Big Brother»** (directo)
22.15 **Jardins Proibidos**
23.30 **«O Anel»** (de Armand Mastroianni, EUA/1996, com Nastassja Kinski, Rupert Penry-Jones, Tim Dekay. *Drama*)

Segunda, 20

▼RTP 1

07.00 **Programação Infantil-Juvenil**
09.45 **Praça da Alegria**
12.25 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Regiões**
14.30 **Marcas da Paixão**
15.30 **Guia Dia a Dia**
17.00 **Roseira Brava**
18.00 **Tarde Juvenil**
19.00 **Quebra Cabeças**
19.40 **Regiões** (Local)
20.00 **Telejornal**

«Seinfeld», todas noites na TVI

21.00 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
21.35 **Agora É que São Eles**
23.30 **Jogo Falado**
00.45 **24 Horas**
01.10 **«Regresso Misterioso»** (de Marcus Cole, EUA/1987, com Melissa Gilbert, Michael Reilly Burke. *Drama*)

▼RTP 2

07.00 **Hora Viva**
10.00 **Espaço Infantil-Juvenil** (às 12.00: Euronews)
12.30 **Horizontes da Memória**
13.10 **Vila Faia**
14.00 **Universidade Aberta**
14.30 **Geração de 60**
15.30 **Parlamento**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **Rotações**
19.30 **Encontros Subaquáticos**
20.00 **A Minha Vida com os Animais**
20.30 **Viver no Campo**
21.00 **Biografias**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **Os Sopranos**
24.00 **Artes de Palco**
01.30 **Andamentos**
02.00 **Ballet Rose**

▼SIC

08.00 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Malucos do Riso**
21.30 **Laços de Família**
22.30 **A Febre do Dinheiro**
23.00 **Roda dos Milhões**
00.40 **Sai de Baixo**
01.20 **Último Jornal**
01.40 **«O Escorpião Vermelho - 2»** (de Michael Kennedy, EUA/1996, com John Savage, Michael Ironside, Jennifer Rubin. *Acção*)

▼TVI

08.30 **Animação**
12.00 **«Big Brother»**
13.00 **TVI Jornal**
14.00 **Dinheiro à Vista**
14.30 **O Direito de Nascer**
15.05 **Batatoon**
18.30 **Que Loucura de Família**
19.00 **Dinheiro à Vista**
19.30 **«Big Brother»**
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 **Big Brother**
21.35 **Jardins Proibidos**
22.45 **Ficheiros Secretos VII**
23.45 **Causa Justa**
00.45 **Última Edição**
01.35 **Seinfeld**
02.15 **Profiler**

Terça, 21

▼RTP 1

07.00 **Programação Infantil-Juvenil**
09.45 **Praça da Alegria**
12.25 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
13.00 **Jornal da Tarde**
14.00 **Regiões**
14.30 **Marcas da Paixão**
15.30 **Guia Dia a Dia**
17.00 **Roseira Brava**
18.00 **Programa não designado**
19.40 **Regiões**
20.00 **Telejornal**

21.05 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
21.35 **Conde D'Abranhos**
22.35 **«Pequenos Crimes»** (de Morgan J. Freeman, EUA/1997, com Brendan Sexton III, Lynn Cohen, Shawn Elliot. *Drama*)
00.50 **Dinheiro Vivo**
01.20 **24 Horas**
01.45 **Strangers**
02.30 **«Quem É Pat?»** (de Adam Bernstein, EUA/1994, com Julia Sweeney, David Foley. *Comédia*)

▼RTP 2

07.00 **Hora Viva**
10.00 **Espaço Infantil-Juvenil** (às 12.00: Euronews)
12.45 **Horizontes da Memória**
13.10 **Vila Faia**
14.00 **Geração de 60**
15.00 **O Lugar da História**
16.00 **Euronews**
16.30 **Informação Gestual**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **Bombordo**
19.30 **Encontros Subaquáticos**
20.00 **A Minha Vida com os Animais**
20.30 **Viver no Campo**
21.00 **Biografias**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 «**A Viagem**» (de Fernando Solanas, Fr.-Argent.-Esp./1992. *Ver Destaque*)
01.50 **Touching Evil**
02.20 **Rotações**
02.55 **Ballet Rose**

▼SIC

08.00 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **Malucos do Riso**
22.00 **Laços de Família**
23.00 **«A Morte Fica-lhe Tão Bem»** (de Robert Zemeckis, EUA/1992, com Meril Streep, Bruce Willis, Goldie Hawn, Isabella Rossellini. *Comédia*)
01.00 **Sai de Baixo**
02.00 **Último Jornal**
03.30 **Noite de Cinema Europeu**

▼TVI

08.30 **Animação**
12.00 **«Big Brother»**
13.00 **TVI Jornal**
14.00 **Dinheiro à Vista**
14.30 **O Direito de Nascer**
15.05 **Batatoon**
18.30 **Que Loucura de Família**
19.00 **Dinheiro à Vista**
19.30 **«Big Brother»**
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 **Big Brother**
00.35 **Os Homens do Presidente**
01.35 **Última Edição**
02.25 **Seinfeld**

Quarta, 22

▼RTP 1

07.00 **Programação Infantil-Juvenil**
09.45 **Praça da Alegria**
12.25 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
13.00 **Jornal da Tarde**
13.50 **Regiões** (Nacional)
14.20 **Marcas da Paixão**
15.15 **Guia Dia a Dia**
16.45 **Roseira Brava**
18.00 **Programa não designado**
19.30 **Futebol** (Jogo da Liga dos Campeões)

21.30 **Telejornal**
22.35 **Concurso: Quem Quer Ser Milionário?**
23.05 **Liga dos Campeões**
24.00 **24 Horas**
00.25 **Força de Operações Especiais**
01.25 **«Mediterrâneo»** (de Gabriele Salvatores, Itália/1991, com Diego Abatantuono, Claudio Bigagli. *Ver Destaque*)

▼RTP 2

07.00 **Hora Viva**
10.00 **Espaço Infantil-Juvenil** (às 12.00: Euronews)
12.45 **Horizontes da Memória**
13.10 **Vila Faia**
14.00 **Geração de 60**
15.00 **Basquetebol**
16.30 **Informação Gestual**
17.30 **Brigada Submarina**
18.30 **Informação Religiosa**
19.00 **2001**
19.30 **Pelo Mundo Fora**
20.00 **Cidade Louca**
20.30 **Viver no Campo**
21.00 **Biografias**
22.00 **Acontece**
22.30 **Jornal 2**
23.00 **Zapping**
24.00 **Sinais do Tempo**
01.00 **Os Segredos dos Homens**
02.00 **2001**
02.35 **Ballet Rose**

▼SIC

08.00 **Buéréré**
10.00 **SIC 10 Horas**
13.00 **Primeiro Jornal**
14.00 **História de Amor**
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 **Fátima Lopes**
17.00 **O Cravo e a Rosa**
18.00 **Malhação**
19.00 **Uga Uga**
20.00 **Jornal da Noite**
21.00 **O Fura-Vidas**
22.00 **Laços de Família**
23.00 **A Febre do Dinheiro**
23.30 **Sexappeal**
00.30 **Sai de Baixo**
01.30 **Último Jornal**
02.00 **Tubarões de Aço** (de Rodney McDonald, EUA/1996, com Gary Busey, Billy Dee Williams. *Acção*)

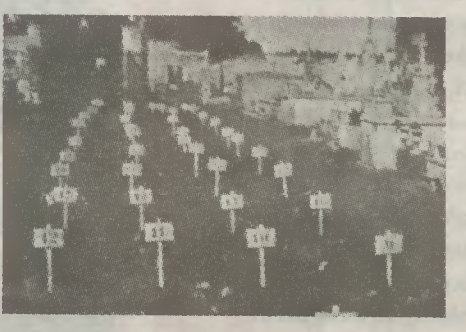
▼TVI

08.30 **Animação**
12.00 **«Big Brother»**
13.00 **TVI Jornal**
14.00 **Dinheiro à Vista**
14.30 **O Direito de Nascer**
15.05 **Batatoon**
18.30 **Que Loucura de Família**
19.00 **Dinheiro à Vista**
19.30 **«Big Brother»**
20.00 **Jornal Nacional**
21.00 **Big Brother**
21.35 **Jardins Proibidos**
22.35 **Tic Tac Milionário**
00.30 **Última Edição**
01.20 **Seinfeld**
02.00 **«A Comédia dos Infiéis»** (de George Huang, EUA/1995, com Kevin Spacey, Frank Whaley, Michelle Forbes. *Comédia*)

TVisto
Correia da Fonseca

A importância de ter memória

Uma destas noites, no recato da rubrica «Sala 2», a RTP transmitiu um filme argentino, «Os Filhos de Fierro». O Fierro referido no título era Martin Fierro, mítico herói cujo nome surge como bandeira do povo argentino no seu longo e interminado combate pela justiça, pela verdadeira paz e pela verdadeira liberdade. Rodado a preto-e-branco não apenas por isso lhe ser reclamado pelo tom dramático da narrativa mas também, decerto, porque integrava excertos de documentários do tempo de alguns dos acontecimentos contados, «Os Filhos de Fierro» é, ao mesmo tempo, testemunho, poema e libelo acusatório. Nem tento fazer aqui a sua avaliação crítica porque, sendo cinema, escapa ao âmbito da minha suposta especialidade, e mais ainda porque de qualquer modo não é isso que mais me



interessa. Interessa-me, sim, registar a passagem pelos televisores portugueses, embora na discretíssima penumbra da RTP 2, de um filme que tendencialmente veio contrariar a indiferença do telepúblico português pelo que verdadeiramente significativo tem acontecido no mundo, alheamento que se completa pelo voraz interesse generalizado por tudo o que vai acontecendo em Venda do Pinheiro.

Fosse eu inteiramente fiel à regra, aliás justificada e inteligente, que manda a crítica estar onde estão os olhos e ouvidos do telespectador, e estaria a citar aqui não o nome de Fierro mas sim o de Marco ou o de Márcia, que esses, sim, são propostos à gulosa curiosidade dos jovens e não só deles. Admito, porém que pode ser importante falar do que é importante, além de que as páginas deste jornal não são o mesmo que as páginas de uma revista de bisbilhotices e afins. «Os Filhos de Fierro» falava-nos do povo argentino, do actual e do passado, e poderá objectar-se que não se trata de nada que muito nos importe. Não é bem assim, nunca é bem assim mesmo que não nos sintamos internacionalistas, pois o mundo é bem mais pequeno do que julgamos e, como escreveu Donne, os sinos que dobram soam sempre também por nós. Neste caso, porém, há outras e mais óbvias razões. O filme contava histórias terríveis de repressão mandada pelos detentores dos poderes contra os explorados que lutavam para deixarem de o ser, e isso já está não muito distante da realidade portuguesa de há poucas décadas, conhecida por muitos de nós e por alguns bem duramente. Dir-se-á que por cá as coisas não foram tão selváticas. Será verdade, mas não é necessário que o tenham sido para que entendemos bem o que ali foi contado.

Quando a Argentina é perto

É-me preciso, contudo, deixar escrito que alguma coisa logo nos primeiros metros de «Os Filhos de Fierro», mal acabara o genérico inicial, me tocou especialmente. Sempre a narração fílmica foi acompanhada pelas palavras de um poema, e logo no início elas enunciavam um propósito decisivo: «opor a memória à traição». Não é meu mérito pessoal, longe disso, perceber como muita gente mais que a intensa ofensiva multimédia em curso contra a memória colectiva, quer pela obstrução quer pela falsificação, visa desmantelar defesas e motivações fundamentais de quem precisa de lutar. Com êxito em muitos casos, como é possível entender se olharmos em volta. Por isso julguei aperceber-me de que aquelas palavras e até aquele filme de algum modo confluiam com preocupações nossas, de muitos porque nunca estas coisas podem ser de todos. Não seria preciso tanto, naturalmente, para que se justificasse toda a atenção, toda a comoção, dadas ao filme. Mas esta razão não foi apenas mais uma: foi uma razão que é possível sentir como especificamente nossa, o que ganha uma outra força.

A partir dali foi a Argentina, é certo, mas não foi a narrativa de qualquer coisa distante.

Aconteceu mesmo que, para lá das diferenças sempre grandes e por vezes enormes, emergiram situações que os telespectadores portugueses, olhando com olhos de ver e miolos de entender, podiam perfeitamente sentir próximas: calcule-se que até se falou ali da acção dos «jornais intriguistas». Argentinos, é claro. A cena do encontro entre patrões e representantes dos trabalhadores foi igualzinha não só ao que se passou entre nós nos idos dos anos 70 mas até ao que hoje mesmo continua a passar-se, com o patronato e apelar para conversações que designa por concretas e realistas mas que, de facto, só o são no plano da complementaridade com os seus próprios interesses. De qualquer modo, ao longo de todo o filme não deixei de lembrar as palavras iniciais a lembrarem a importância de ter memória. E sempre me pareceram fundamentais.

Atalhe de foice

● Henrique Custódio

A besta e a jaula

Passados 28 anos sobre o sangrento golpe de Estado fascista no Chile comandado por Pinochet para derrubar o regime democrático presidido por Salvador Allende, o governo dos EUA veio agora confirmar o seu envolvimento directo nos acontecimentos com o mesmo descaramento com que o negou oficialmente durante todos estes anos.

E fê-lo tão naturalmente que até apresentou provas na forma de 16 mil documentos até aqui mantidos secretos nos arquivos norte-americanos, agora abertos ao público e todos fazendo parte da teia urdida pelos EUA contra o Governo de Unidade Popular presidido por Salvador Allende: 13 500 do Departamento de Estado, 1550 da CIA, 620 do FBI e 370 do Departamento de Defesa.

Entre eles encontra-se a acta de uma reunião na Casa Branca, onde o então presidente Richard Nixon ordena taxativamente que «seja feito tudo o que estiver ao nosso alcance para derrubar Allende».

E fez-se.

A economia chilena foi desarticulada pelas multinacionais norte-americanas, a contra-revolução armada, financiada e orientada pela CIA, os golpistas apoiados e dirigidos pelos serviços secretos dos EUA, o capital financeiro do país sangrado para o estrangeiro com a cobertura norte-americana, a produção interna e as exportações chilenas asfixiadas pelo poderoso vizinho do Norte, os bandidos de todos os matizes recrutados para acções terroristas, os latifundiários e o grande patronato apoiados nas suas operações de sabotagem económica e social, a extrema-direita civil e militar organizada ao pormenor, a oposição reaccionária financiada sem limites – isto enunciando apenas genericamente a vasta operação gizada friamente nos EUA para derrubar com brutal violência um governo democraticamente eleito pelo seu povo.

Agora, ao divulgar todas estas terríveis comprovações, a actual administração dos EUA admite que «as acções aprovadas pelo Governo americano durante esse período agravaram a polarização política e afectaram a longa tradição de eleições democráticas, assim como o respeito pela ordem constitucional e o estado de direito no Chile».

Mas fizeram muito mais do que isso.

Levaram ao poder a bestialidade organizada que, só nos primeiros dias do golpe, assassinou milhares de pessoas a começar pelo presidente eleito, instaurando depois uma ditadura fascista com todo o cortejo de crimes, arbitrariedades e ignomínia.

O terror, a tortura, o crime e o assassínio tornaram-se política de Estado, o país foi mergulhado na mais negra repressão, os chilenos lançados na miséria, a liberdade afogada em sangue, o país entregue aos predadores nacionais e estrangeiros.

Passados 28 anos, um Governo democrata reconhece, finalmente, o envolvimento dos EUA neste golpe hediondo, ao mesmo tempo que se descarta do general traidor e poltrão que utilizou para chefiar estes crimes não apenas contra os mais elementares direitos humanos, mas contra a própria humanidade.

Entretanto, Pinochet refugia-se agora atrás de uma máscara de senilidade, mendigando a piedade que nunca teve com ninguém e fugindo às responsabilidades como o cobarde que sempre foi.

Quanto aos EUA, devem achar que a confissão os absolve.

Mas deixam uma pergunta por responder.

Quando a besta mata pessoas, a culpa é dela ou de quem lhe abriu a jaula?

PCP apresenta propostas na especialidade

Para um OE menos mau

Os comunistas propõem alterações ao Orçamento, reconhecendo que ele não pode ser profundamente alterado, em aspectos centrais que justificaram o voto contra do PCP.

Octávio Teixeira revelou anteontem, na Assembleia da República, o conteúdo das alterações que o PCP quer ver no OE do próximo ano.

«O facto de o PCP considerar que o Orçamento, em aspectos centrais que justificaram o nosso voto contra, não é passível de ser profundamente alterado em sede de especialidade, não nos inibe, lógica e naturalmente, de procurarmos melhorá-lo», explicou aos jornalistas o presidente do Grupo Parlamentar comunista. Ressalvou que as propostas apenas abrangem as matérias que o Governo integrou no OE, pelo que, «no âmbito dos impostos sobre o rendimento e dos benefícios fiscais, reservamos para o debate na especialidade do processo legislativo da **reforma fiscal** o conjunto das nossas propostas e que constam do nosso projecto de lei». Também serão tratadas noutro momento as propostas relacionadas com o PIDDAC.

A apreciação geral negativa tem sequência lógica e natural nestas propostas de alteração

Os salários da Administração Pública, as pensões e reformas, o Ensino Superior, a programação militar, os benefícios para deficientes, o sistema fiscal, as autarquias e as colectividades são algumas das áreas tocadas pelas propostas comunistas.

A dedução específica dos rendimentos do trabalho, no âmbito do **IRS**, deve aumentar para 75 por cento de 14 vezes o salário mínimo nacional (a tender para o valor total). O **Imposto de Selo** deve abranger, com uma taxa «extremamente reduzida» de 0,1 por cento, as vendas de títulos, em Bolsa ou fora desta.

Ao Governo caberá a responsabilidade de apresentar, até 31 de Março, uma proposta de reforma global do **imposto automóvel**; mas os comunistas propõem ainda que, desde já, sejam eliminados os «benefícios ilegítimos» concedidos aos veículos todo-o-terreno e o benefício que o Governo pretende conceder em 2001 «aos veículos ligeiros mais caros existentes no mercado».

Com as alterações relativas à **Educação**, os comunistas pretendem impedir que o Governo cative 5 por cento das dotações destinadas ao Ensino Superior público (o que representaria uma redução efectiva de mais de 11 milhões de contos), reforçar em 2 milhões de contos a acção social escolar (também no Superior) e responder às «profundas carências» do ensino de Português no estrangeiro.

Os 12 milhões de contos que o Governo quer aplicar em **submarinos** devem reverter para outros programas de reequipamento e modernização da Marinha.

Os comunistas querem ainda adequar o OE às modificações na Lei de **Finanças Locais**, que estão em debate na especialidade, bem como ao cumprimento de legislação e compromissos do Governo. Propõem ainda que 1 milhão de contos seja orçamentado para apoio às **colectividades** de cultura e recreio que «incompreensivelmente sempre têm sido esquecidas pelo Estado».

Continuam a pagar *os trabalhadores, o que leva os sindicatos a intensificar a luta*

Resposta de luta

A coordenadora da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública repudiou a contraproposta governamental de actualização salarial, entregue sexta-feira pelo Governo, e reafirmou o calendário de acções definido para o mês de Novembro.

O Governo respondeu aos sindicatos com uma proposta de aumentos salariais de três por cento para 2001, sem garantias claras quanto à compensação pela derrapagem da inflação no ano 2000. Novas reuniões com os sindicatos estão agendadas para os dias 22 e 30 deste mês.

A Frente Comum marcou uma semana de luta, adiantando que no dia 28 poderão ocorrer «manifestações, concentrações e inclusive a greve».

No próprio dia da votação do OE na generalidade, trabalhadores da Administração Pública e de outros sectores manifestaram-se frente à residência oficial do Primeiro-Ministro. Mais tarde, num plenário nacional de sindicatos realizado junto às escadarias da AR, o secretário-geral da CGTP apelou ao incremento das reivindicações dos trabalhadores, com novas formas de luta. Para Carvalho da Silva, a aprovação do Orçamento demonstrou que «vale tudo para atingir objectivos políticos, mesmo que seja à custa dos trabalhadores».

Melhores salários e pensões

De entre as alterações por que o PCP se vai bater, para que o OE seja menos mau, Octávio Teixeira começou por referir as que se prendem com melhorias nos salários da Administração Pública. Do montante das dotações que o Governo pretende, desde já, cativar, os comunistas querem que **28 milhões de contos** sejam destinados a aumentos salariais em 2001. Igualmente para alcançar «um aumento salarial minimamente aceitável», o valor mínimo das actualizações deve ser de **7500 escudos**.

O valor das pensões de reforma do regime geral, para os cerca de **700 mil pensionistas com menos de 15 anos de contribuições**, deve ser fixado em 64 por cento do salário mínimo nacional (38 163 escudos), «já que é esta camada de reformados a mais injustamente tratada desde que o PS assumiu as responsabilidades de Governo».

Os «desencontros» da PT Comunicações

«A mentira tem a perna curta», diz a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom, num comunicado sobre os «encontros da PT Comunicações». Nestas reuniões, refere a CT, «o Eng.º Carlos Antunes fez belos discursos fomentando a ideia de que a PT contava com todos os trabalhadores» e que os excelentes resultados da empresa devem-se ao seu trabalho.

Tais afirmações, no entanto, são desmontadas pela CT, que lembra outras declarações públicas do mesmo responsável. Carlos Antunes disse aos órgãos de comunicação social que há 1100 trabalhadores a mais na empresa; que a distribuição de prémios por objectivos será unicamente para alguns empregados, e esqueceu-se de salientar que a passagem para a Time Sharing fomentou a precariedade, a redução dos vencimentos para 70 por cento do que era praticado na PT e a diminuição dos subsídios de refeição para 280 escudos.

A CT recorda que «a criação do Grupo PT e a divisão da empresa por segmentos de negócio tem servido quase exclusivamente para presentear uns quantos», designadamente «mais de uma centena de administradores», cujos salários passaram de cerca de 700 contos, em 1996, para cerca de 5 mil contos acrescidos de chorudas benesses.

00321
5 603199 000445